



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

GUSTAVO BARRETO DE CAMPOS

REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA
Meios de Comunicação, Sociedade em Rede e Cidadania Global

RIO DE JANEIRO
2011

Gustavo Barreto de Campos

REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Meios de Comunicação, Sociedade em Rede e Cidadania Global

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

RIO DE JANEIRO
2011

Campos, Gustavo Barreto de.

Representação Midiática e Representatividade Política: Meios de Comunicação, Sociedade em Rede e Cidadania Global / Gustavo Barreto de Campos. Rio de Janeiro, 2011.

180 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2011.

Orientador: Mohammed ElHajji

1. Comunicação e Cidadania. 2. Internet. 3. Cultura digital. 4. Redes sociais. 5. Tecnologias da Informação e da Comunicação. I. ElHajji, Mohammed (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título.

Gustavo Barreto de Campos

REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA
Meios de Comunicação, Sociedade em Rede e Cidadania Global

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada em 12 de abril de 2011.

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji
Professor Adjunto – PPGCOM
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Henrique Antoun
Professor Adjunto – PPGCOM
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. João Luis de Araújo Maia
Professor Adjunto – PPGCOM
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*A todas e todos que se dedicam, às vezes ao custo
inclusive de sua própria vida, à mídia cidadã em rede.*

*Especialmente ao meu avô Juarez, que aos
91 anos é uma fonte inesgotável de inspiração.*

RESUMO

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Representação Midiática e Representatividade Política: Meios de Comunicação, Sociedade em Rede e Cidadania Global**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Observam-se na curta existência da rede mundial de computadores – pouco mais de 40 anos – distintos usos e práticas sociais. Este trabalho trata das práticas *na* rede e *em* rede que buscam a ampliação da cidadania e dos direitos humanos, contextualizando esta relação por meio da breve história dos conceitos que envolvem a reivindicação coletiva por cidadania, a partir da utilização de aparatos tecnológicos e comunicacionais. Utilizando o surgimento do conceito de *cibercultura* como um marco, é traçado um perfil dos usos cidadãos da cultura digital. Desde a simbologia da rede na Antiguidade e na Modernidade, por meio de uma breve história das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), até os recentes movimentos da sociedade civil que atuam em rede, o objetivo deste trabalho é produzir uma cartografia conceitual da comunicação digital contemporânea, sobretudo no Brasil, e identificar os princípios que fundamentam o uso atual da Internet. A partir de uma pesquisa exploratória do tema, identificamos e analisamos na última seção deste trabalho a Revista Viração, avaliando seus desafios e obstáculos na execução de um projeto de comunicação cujo foco é a ampliação da cidadania do público jovem brasileiro.

Palavras-chave: Comunicação Digital, Cidadania, Internet, Cultura Digital, Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), História da Comunicação, Software Livre.

ABSTRACT

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Mediatic Representation and Political Representativity: Media, Network Society and Global Citizenship**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertation (Masters Degree in Communication and Culture) – Communication College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

We observe in the short existence of the World Wide Web – just over 40 years – different uses and social practices. This work discusses the practices *on* the network and *in* network aiming to extend citizenship and human rights, contextualizing this relationship through the brief history of concepts of the collective demands for citizenship, from the use of technological and communication devices. Using the emergence of the concept of *cyberspace* as a landmark, we outline the profile of citizen uses of digital culture. Since the symbology of the network in Antiquity and Modernity, through a brief history of Information and Communication Technologies (ICTs), until the recent civil society movements that operate in network, the purpose is to produce a conceptual mapping of the contemporary digital communication, especially in Brazil, and identify the principles that underlie the current use of the Internet. From an exploratory research of the theme, we identified and analyzed in the last section of this paper “Viração” Magazine, assessing their challenges and obstacles in implementing a communication project which focuses on extending citizenship of young Brazilian people.

Keywords: Digital Communication. Citizenship, Internet, Digital Culture, Information and Communication Technologies (ICTs), History of Communication, Free Software.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 Cidadania global, Estado-nação e globalização	10
1.2 Apontamentos teóricos e metodológicos	12
1.3 Questões em aberto	14
2 REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: BREVE HISTÓRICO DA CIDADANIA	17
2.1 Cidadania: História de um conceito histórico	17
2.2 Um conceito “autônomo” em permanente ressignificação	18
2.3 Cidadania e imaginário social no contexto histórico brasileiro	20
2.4 Direitos “imaginados”: verdades autoevidentes	21
2.5 Representatividade política e “vulgarização” da democracia	24
2.6 Participação popular e a questão da maioria	26
2.7 Os primeiros passos da cidadania global no Brasil	28
2.8 A “Era dos Direitos” ou os direitos de uma Era em elaboração?	30
2.9 A questão epistemológica e a “filosofia da Internet”	34
2.10 Cidadania, Internet e sujeitos sociais	35
2.11 O indivíduo moderno: entre a abstração e a participação na esfera pública	38
2.12 Individualismo liberal e o modelo Wikinomics	42
2.13 Cibercultura e o liberalismo contemporâneo	47
2.14 Revisionismo teórico e “desconstrutivismo”	48
2.15 'Inflexão individualista na cultura' e autenticidade em tempos de Internet	52
3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	57
3.1. Novas tecnologias e antigas crenças	57
3.2 Da filosofia à visão instrumentalista	58
3.3 Sistemas, redes e a Era Industrial	61
3.4 Governança, cultura de massa e opinião pública	64
3.5 Retórica, cidadania e História das tecnologias	70
3.6 A sociedade <i>conversacional</i> de Bertolt Brecht	75

3.7 Wiener e a luta contra a entropia	78
3.8 Internet: Usos sociais entre determinismos ideológicos e <i>linhas de fuga</i>	82
3.9 O nascente movimento de <i>software</i> livre	84
3.10 Os princípios libertários da arquitetura da Internet	89
3.11 A utopia tecnológica e suas configurações políticas	91
3.12 Tecnologia: entre o técnico, o cultural e o social	95
4 ESFERA PÚBLICA E REDE: EQUAÇÕES POLÍTICAS, VETORES ECONÔMICOS E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS	99
4.1 Índícios da contribuição do <i>virtual</i> na elaboração do <i>real</i>	99
4.2 A força da comunicação eletrônica: <i>mundos</i> e <i>eus</i> imaginados	101
4.3 Produção de localidade segundo novas formas globalizadas	105
4.4 Cartografias do imaginário: as cidades e as redes de comunicação	109
4.5 Entre as comunidades e as redes: recortes tecnológicos	114
4.6 A teia: “sistemas nervosos” contemporâneos	116
4.7 Espaços de fluxos e espaços dos lugares	118
4.8 Redes globais e os movimentos sociais	120
4.9 Produção biopolítica e o movimento do comum	124
4.10 A neutralidade da rede	127
4.11 O caso WikiLeaks	129
4.12 O caso The Pirate Bay	133
4.13 Blogs, wikis e a organização em rede	136
4.14 A questão das redes sociais	142
4.15 O 'tempo atemporal' dos hiperconectados	144
5 REAÇÃO E AÇÃO: A REVISTA VIRAÇÃO EM PERSPECTIVA	149
5.1 Mídia hegemônica versus novos discursos emancipatórios	150
5.2 Revista <i>Viração</i> : uma práxis editorial e pedagógica	153
5.3 Os conselhos editoriais jovens	158
5.4 Dilemas e construções coletivas	161
5.5 Desafios e perspectivas	163
5.6 Conclusões: um campo em disputa	165

6 IN-CONCLUSÕES: ENTRE OS DETERMINISMOS TECNOLÓGICOS	
E AS TECNOFOBIAS	168
6.1 História e atualidade de conceitos em construção	169
6.2 A rede e a agenda pública	171
REFERÊNCIAS	175

1 INTRODUÇÃO

A simbologia da *rede* está permeada de ideais libertadores, principalmente no que concerne a campos de conhecimento como o da comunicação, da cultura e da sociologia. As redes, creem distintos estudiosos, são por vezes descritas como “abertas”, “livres” e um “ponto de fuga” para o modelo concentrador de organização da cultura moderna. A cultura digital seria, nesta perspectiva, a cultura do século XXI, a nova compreensão de praticamente tudo. “O computador é o LSD do século XXI” (Prado, 2009).

Estamos experimentando uma *revolução*, uma *nova era*, a *sociedade da informação*, a fase *cognitiva* do capitalismo, entre outras conceituações que abordaremos neste trabalho. Parece pouco provável que alguma cátedra universitária reprove a importância do tema, tampouco que o *mercado* – ou esta noção metafísica que se convencionou assim chamar – não dê a devida atenção para a novidade.

Nem sempre foi assim – ou não o é efetivamente para distintos grupos que adotam crenças seculares e profundamente *enraizadas*, por mais que estas raízes não sejam de fato imutáveis e fixadas no tempo e no espaço. E tampouco há razões para *crer* – numa perspectiva dogmática – que as redes possam gozar de um *status* naturalmente vinculado aos ideais mais próximos do que entendemos por *liberdade*.

Um longo caminho discursivo se fez até que estes enunciados fossem possíveis. Na Roma imperial, a *rede* era a arma usada por uma certa categoria de gladiadores (os *reciários*) e servia para imobilizar o adversário, prendendo-o entre as malhas, onde ficava à mercê do vencedor (Chevalier & Gheerbrant, 2007, p.772). Surge daí o símbolo, em psicologia, dos “complexos que entram [n]a vida interior e exterior, cujas malhas são igualmente difíceis de serem desatadas e desenredadas” (*Id.*).

Também na Bíblia, as redes exprimem a angústia:

Cercavam-me laços de morte,
eram redes do xeol;
Caí em angústia e aflição.
Então invoquei o nome de Jeová.
(Salmos, 116, 3)

No Evangelho, simbolizam a ação divina: “O Reino dos Céus é ainda semelhante a uma rede lançada ao mar, que apanha de tudo. Quando está cheia, puxam-na para a praia e, sentados, juntam o que é bom em vasilhas, mas o que não presta deitam fora. Assim será no

fim do mundo” (Mateus, 13, 47-48-49).

Nas tradições orientais, igualmente, “os deuses são dotados de redes para prender os homens em seus laços ou para atraí-los a eles”. Os analistas veem nessas imagens “símbolos da busca, no inconsciente, da anamnese, cuja função é a de trazer ao umbral da consciência, como peixes das profundezas do mar, as mais longínquas e mais recalcadas recordações” (Chevalier & Gheerbrant, 2007).

Na tradição iraniana, é o homem (e particularmente o *místico*) que se arma com uma rede para tentar captar Deus: uma vez que a Divindade é simbolizada, em muitas culturas, por uma *Águia real*, a *rede* é a arma destinada a capturar essa *Águia*. Em outras palavras, trata-se da possibilidade de “reivindicar a execução da promessa divina de que Deus se encarnaria” (*Id.*). O esforço para esta caça é o próprio esforço da humanidade pela busca da Divindade, não *disponível* para caçadores não-ardorosos. “E aquele que segura firmemente a rede (i.e., aquele que, apesar de tudo, se empenha na busca apaixonada e aventureira) é como Binyamin [*manifestação do Anjo Gabriel e de Jesus Cristo*]: sempre à espreita, para melhor lançar sua rede no momento propício” (*Id.*). É o caso da aranha, que mantém uma rede (a teia) e, vigilante, aguarda sua presa.

“Em todas essas representações, simbólicas, a rede, considerada como objeto sagrado, serve como veículo de captação de uma força espiritual” (*Ibid.*, p.773-774).

Não é nosso objetivo investigar todas as simbologias pertinentes ao vocabulário contemporâneo que permeia o uso das novas tecnologias. No entanto, nota-se que grande parte da população mundial ainda possui referências culturais mais próximas à ideia da *rede* – para citar um exemplo – como símbolo de angústia e como objeto sagrado do que a partir das referências pós-modernas. Mesmo o conceito de *tecnologia* é quase que totalmente ignorado por praticamente todos os filósofos até o século passado. São apenas duas exceções significativas: Francis Bacon (por volta de 1600) e Karl Marx (meados do século XIX).

Em geral, os “grandes filósofos” postulavam que a tecnologia era (i) a simples aplicação da ciência ou (ii) era sempre benéfica. A tradição romântica de fins do século XVIII era pessimista quanto à ciência e, por tabela, quanto à tecnologia. Particularmente na Alemanha havia uma tradição filosófica muito grande na leitura pessimista sobre os males da sociedade moderna (em geral) e da sociedade tecnológica (em particular). Dusek (2009) lembra que a Sociedade para a Filosofia da Tecnologia fora fundada apenas em 1976 e é um campo que ainda não foi consolidado ainda hoje (p.10).

1.1 Cidadania global, Estado-nação e globalização

Somamos a esta perspectiva uma outra questão que é o foco deste trabalho: a *cidadania global* forjada a partir desta *sociedade em rede*. Esta investigação buscou dar conta da problemática da constituição e construção de direitos dos cidadãos (“direitos humanos”, “direitos do Homem”, “direitos naturais”, “direitos fundamentais” e outros termos que colocaremos em debate) a partir das redes *compartilhadas* e *abertas* que caracterizam o cenário político contemporâneo.

Para tanto, investigaremos a própria noção de *sociedade civil organizada*, seus múltiplos questionamentos, bem como seus conceitos correlatos: *coletivos sociais*, *agrupamentos sociais*, *movimentos sociais* etc. A interface desta problemática com a História – ou o questionamento das concepções de “História” – e, evidentemente, com as distintas concepções de “mídia” (cultura da, de massa, em rede, hegemônica e contra-hegemônica etc.) é também parte integrante desta investigação.

Um dos marcos teóricos desta questão é datado do início dos anos 1980, a partir das *comunidades imaginadas*, conceito cunhado por Benedict Anderson. A Organização das Nações Unidas, apontou Anderson (2008), admite novos membros praticamente todos os anos. E muitas “nações antigas”, tidas como plenamente consolidadas, veem-se desafiadas por “*sub*”-*nacionalismos* em seu próprio território. “A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o fim da *era do nacionalismo* que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nationness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos.” (p.28)

No entanto, ele argumenta:

[...] se os fatos são claros, a explicação deles continua sendo objeto de uma longa discussão. Nação, nacionalidade, nacionalismo – todos provaram ser de difícil definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele (...) Seria mais correto dizer que o nacionalismo demonstrou ser uma *anomalia* incômoda para a teoria marxista e, justamente por isso, preferiu-se evitá-lo, em vez de enfrentá-lo. (*Id.*)

A primeira questão colocada, portanto, é de origem conceitual: se estamos trabalhando com a ideia de *cidadania*, é essencial abordar os conceitos que se seguem na literatura sociológica: o cidadão, os direitos humanos etc. Mas até que ponto podemos identificar sem grandes controvérsias esse cidadão, se a ideia de Estado-nação encontra-se em profunda

revisão conceitual?

Neste sentido, a contribuição mais importante de Anderson é a percepção de que tanto *nacionalidade* quanto *nacionalismo* são *produtos culturais específicos*. Para entendê-los, afirma, é preciso considerar suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformaram ao longo do tempo e por que dispõem atualmente de uma legitimidade emocional tão profunda. Após “criados”, estes produtos se tornaram “modulares”, passíveis de “se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”. (p.30)

Anderson propõe a “nação” em um contexto *antropológico*: “(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.” (Anderson, 2008, p.32)

“O nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem”¹. “A única coisa que posso dizer é que uma nação existe quando pessoas em número significativo de uma comunidade se consideram formando uma nação, ou se comportam como se formassem uma”². Anderson completa: “Podemos traduzir *se consideram* por *se imaginam*”. Ou, conforme Bauman argumentou: “(...) vamos em busca de diferenças justamente para legitimar as fronteiras” (2009, p.75).

Eric Hobsbawm (1997) seguiu raciocínio parecido, ao fazer referência às *tradições inventadas*: “Por *tradição inventada* entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (p.9).

Este historiador inglês – nascido no Egito quando este país ainda se encontrava sob domínio britânico – argumentará que o “costume”, ao contrário das tradições inventadas, não pode se dar ao luxo de ser invariável, “porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais”. A *cultura* de uma determinada sociedade ou agrupamento social é dinâmica e não aceita, portanto, fixações. E mesmo no caso das tradições, “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”, como no caso das profundas mudanças na Igreja Católica, diante do

¹ Ernest Gellner, *Thought and change*, p. 169 *apud* Anderson, 2008, p.32.

² Seton-Watson, *Nations and states*, p.5 *apud* Anderson, 2008, p.32.

aumento considerável do número de mulheres entre devotos. (Hobsbawm, *op.cit.*, p.10-12)

Conforme veremos, Manuel Castells (2009) elabora outra problemática acerca da influência da denominada *sociedade em rede* e a influência deste processo na (re)constituição dos Estados modernos. Como as redes não enxergam, em grande parte, os limites das fronteiras do Estado-nação, a sociedade em rede se constituiria como um sistema global, renunciando a nova forma de globalização característica do nosso tempo. “No entanto, embora tudo e todos no planeta sentissem os efeitos daquela nova estrutura social, as redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica”. (Castells, 2009, p.II)

1.2 Apontamentos teóricos e metodológicos

Uma das principais tarefas de nossa proposta de investigação sobre as *representações midiáticas* e as *representatividade política contemporânea*, englobando os *meios de comunicação*, a *sociedade em rede* e o que aqui denominamos *cidadania global*, consiste em *historicizar* e contextualizar as implicações sociais de determinados usos da tecnologia na contemporaneidade, a partir das redes de cidadania. Quais implicações culturais estão envolvidas nesta mudança de paradigma? Existe, de fato, uma mudança de paradigma em termos comunicacionais? E no que diz respeito às estratégias da sociedade civil (global, local, em rede) na ampliação dos direitos humanos? Estão se transformando? Há transformações conceituais na própria noção de *direitos humanos*, em suas especificidades discursivas?

O fato de não definirmos *a priori* nosso instrumento metodológico, no que diz respeito a procedimentos rígidos e herméticos utilizados linearmente, não significou um esvaziamento de uma proposta metodológica para os enunciados e discursos investigados. A tarefa de reunir os temas propostos se torna mais complexo à medida que pouco estudos os relacionam – e quando o fazem, acabam por gerar uma perspectiva por mais ampla para que seja possível incluir em um único plano todos os resultados.

O problema é novo não pelos poucos atores que sobre eles se debruçam. É novo, sobretudo, pelos paradigmas que o regem, ainda hoje – o que pode ser observado a partir do vocabulário utilizado para fazer referência a alguns dos temas. Fala-se em gerar *mecanismos* de participação popular, na *arquitetura* que deve ter a rede, na *engenharia* mais adequada para

o perfeito funcionamento de um sistema. A própria *cidadania* – tornada primeira pessoa, em muitos enunciados – demandaria um *modelo* que poderia servir de base para sua posterior reprodução, dentro de um sistema excludente. As ciências humanas, na ânsia de buscar sua *cientificidade*, bebem do vocabulário das ciências *naturais* – elas próprias extremamente sociais, culturais, históricas, como veremos neste trabalho em relação às novas tecnologias.

Não há linguagem fora do discurso. O primeiro deslize ao estudar esta temática é supor que o discurso tecnocrático possa se tornar uma exceção. Não o é. Os avanços tecnológicos seguem uma lógica social, cultural e histórico, conforme destacado, mas ocorre evidentemente dentro de uma ordem discursiva, que nos propusemos a relatar detalhadamente na seção 3.

Antes, porém, achamos conveniente resgatar a *cidadania* em seu âmbito mais humano, tanto quanto foi possível. A *cidadania*, longe de usufruir de um lugar estanque na ordem discursiva contemporânea, tampouco se fez a partir de *tecnicidades*. Um longo movimento – certamente *não linear*, mas profundamente produtivo – nos trouxe até a *cidadania* tal como se apresenta hoje. Tantos seus aspectos filosóficos – e, portanto, profundamente enraizados no nosso cotidiano – quanto seus aspectos culturais são analisados na seção 2. Ainda mais importante é a análise da cidadania hoje: pelo que indica a leitura atenta dos fatos transformadores e conceitos em transformação aqui descritos, mudam os modos de fazer política.

A mediação é um fenômeno em desenvolvimento. Isso não significa que será cada vez mais forte, ou que possa ser elaborado qualquer tipo de previsão segura sobre os rumos de uma sociedade com esta perspectiva. Denise Cogo aponta uma “atual e crescente modalidade de mediação em que a experiência da cidadania não aparece ancorada nas clássicas noções de direitos *civis*, *políticos* e *sociais*, para ser sugerida, ofertada e (re)configurada pela combinação de elementos e experiências como o personalismo, a subjetividade, os valores familiares, o voluntariado e as parcerias empresariais.” Segundo Cogo, a perspectiva interacionista permite “a incorporação do conflito, da ambiguidade e do poder como experiências substantivas – não em termos de relações dominação-subordinação, mas de dinâmicas configuradoras dos processos comunicacionais e midiáticos”. (Cogo, 2006, p.12-14)

Em um balanço de trabalhos apresentados no Núcleo de Pesquisa em Comunicação para a Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

(Intercom), Denise Cogo observa a convivência de pelo menos três instâncias de compreensão do conceito de cidadania: *sociopolítica*, *cultural* e *mundial*. “Associadas a realidades comunicacionais e midiáticas, elas interagem e se mesclam para oferecerem, por meio de diferentes trabalhos, entendimentos sobre a (re)configuração de distintas modalidades de gestão, exercício e participação cidadã de atores, grupos, comunidades e movimentos sociais”. (*Ibid.*, p.22)

Ao conceito mais *clássico* de cidadania, ancorado no “exercício de direitos civis, políticos e sociais em que se combinam os ideais ocidentais de liberdade, participação e igualdade”, é agregada a noção de cidadania “fundamentada em demandas culturais”, emergindo um debate bastante contemporâneo – porém, conforme veremos, não inédito – sobre cidadania global, ou “*cidadania mundial e/ou transnacional*, entendida como princípio alternativo da ordem mundial que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres equivalentes em esferas transversais de tomadas de decisões que afetam as necessidades e interesses vitais dos indivíduos” (*Ibid.*, p.23).

1.3 Questões em aberto

Desta forma, nos perguntamos: De que forma os distintos grupos da sociedade civil tem modificado suas práticas e compartilhado seus saberes, a partir do novo cenário de midiatização e desta nova ambientação não linear? De que forma a conceituação e posterior efetivação de ideários democráticos e humanistas estão se beneficiando das novas tecnologias e desta nova lógica descentralizada e rizomática? Existe um real benefício, ou as novas tecnologias estão servindo apenas a propósitos do lucro e do jogo político dos mesmos agentes sociais do século XX?

Os fenômenos continuam a fornecer indícios que nos levam a seguir questionando até que ponto – e em que medida – esta midiatização não está permeada de lógicas sociais inerentes às práticas dos séculos passados, sob novas roupagens.

A partir do fenômeno da *midiatização*, podemos pensar a mídia como condição *sine qua non* para a própria noção de sociedade. Aqui está em processo uma mudança da *sociedade midiática* para a *sociedade midiatizada*, conforme apontam alguns autores aos quais recorreremos, em que novos atores sociais passam a incorporar lógicas e meios deste novo

modo de ambiência.

Como a sociedade (governos, empresas, sociedade civil, militares, igreja etc) está se adaptando? Quais os focos de poder que estão se enfraquecendo? O que muda no jogo político? Quais atores sociais emergem neste cenário?

Na sociedade midiática, os meios de comunicação apresentam-se como protagonistas, proveem as atividades sociais, são gestores das atividades nas organizações sociais. Por outro lado, na sociedade midiaticizada, todas as práticas da sociedade – saberes, usos, ações do cotidiano – estão permeadas por *lógicas* e *técnicas* de mídia (Sodré, 2008). Como se dá a interação entre os saberes em campos como saúde, educação, governo, judiciário, empresas, numa ambiência em que estas lógicas midiáticas tomam conta das práticas (protocolares, políticas ou religiosas, por ex.), das interações sociais, das relações culturais? Em relação ao fenômeno das profundas e cada vez mais complexas interações entre distintas redes especializadas, qual o produto mais provável: uma comunicação mais aberta ou um aumento do *ruído*, da *interferência* e da falta de compreensão mútua? O que significa, do ponto de vista da comunicação, este enfraquecimento de campos conceituais, destituídos cada vez mais das tradicionais e relativamente bem delineadas fronteiras? As novas dinâmicas em rede estariam se tornando perigosamente autorreferenciais, ou é esta a uma dinâmica anterior, discursiva, e por isso mesmo aplicável a outras lógicas comunicacionais?

Trata-se de uma leitura. Uma reconstituição. Reunimos conceitos, dados, informações, evidências. Objetivamos abrir uma pequena parte do *código-fonte* desta história, contada a partir de um ponto de vista cultural e social, e registramos neste espaço alguns de nossos achados. A diferença é que o código não possui uma fonte única: o que fazemos é interpretá-la, sugerindo possibilidades. Colocamo-nos no ponto final de cada frase – na maior parte das vezes, trata-se de uma interrogação –, *ressignificando* os códigos. Colocando questões para as fontes.

A *rede* expõe a *força do imaginário* na contemporaneidade em uma dupla perspectiva: o imaginário coletivo constrói uma rede de *significações*, ao mesmo tempo em que a rede dá visibilidade ao imaginário coletivo. As implicações desta construção coletiva em rede – os *espaços de fluxos*, conforme denomina Manuel Castells – e suas consequências para os até então *tradicionais* territórios urbanos – os *espaços dos lugares* – são o tema da seção 4.

Na quinta seção, abordamos uma experiência em comunicação que se incorpora a esta realidade extremamente *viva* – no que diz respeito ao seu vigor, à sua intensidade –,

principalmente por envolver um dos segmentos da sociedade que mais relevantes em termos históricos. Imersos em diversos processos de transformação social e política, os jovens recebem frequentemente um tratamento inadequado por parte dos meios de comunicação hegemônicos brasileiros.

Ao serem tratados ora como objeto de análise, ora como mercado consumidor, cerca de 300 deles, em 25 Estados brasileiros, encontraram na *Revista Viração* uma alternativa para exercerem sua cidadania e se expressarem com voz ativa para milhares de outros jovens. A partir da experiência deste projeto, em funcionamento desde 2003, analisamos de que forma a comunicação comunitária, alternativa e contra-hegemônica se consolidou e cultivou raízes regionais e locais, influenciando políticas públicas em nível nacional e contribuindo para a formação cidadã de centenas de vozes que destoam do padrão consumista contemporâneo.

II. REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: BREVE HISTÓRICO DA CIDADANIA

2.1 Cidadania: História de um conceito histórico

“Seria tolo achar que só há um caminho para a cidadania. A história mostra que não é assim”, afirma José Murilo de Carvalho (2010). *Cidadania* não é, tampouco, uma definição estanque, mas sobretudo um conceito histórico, cultural e filosófico. Assim como durante o século XVIII muitos não imaginavam que em pouco tempo – primeiro na Inglaterra – a educação seria universalizada, faz-se necessária uma atualização acerca das teorias tradicionais da cidadania, para posterior reflexão sobre suas implicações no campo da comunicação.

Os valores “tradicionais” não são, da mesma forma, tão *tradicionais* assim – no sentido dado usualmente a esta palavra. Na Suíça, as mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1971, ao passo que Carlos Menem se converteu ao catolicismo para poder governar a Argentina, em 1989. Mesmo na Europa, berço da *civilização*, foi instituído em pleno século XX o trabalho escravo, a partir da segregação racial estatal na Alemanha.

Um mesmo movimento que se observa no século XXI, a partir de inúmeros comunicólogos e sociólogos que tratam da comunicação, foi observado durante a história que perpassa as conquistas de *cidadania*.

Na comunicação, meios mais democráticos e interativos (telefone e Internet, sobretudo) mudaram o cenário descrito por Theodor Adorno e outros teóricos da Escola de Frankfurt durante o século XX, no qual as pessoas eram meras *espectadoras*, palavra de origem latina que indica a contemplação, a observação da maioria, que marcou a comunicação de massa durante este período. Este cenário muda, teórica e empiricamente – gerando uma discussão secular no campo teórico sobre quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha –, e ganha força na chegada do século XXI (e bem na chegada, em 2000, como veremos na seção seguinte). O *usuário* de mídias passa a interagir e exigir uma participação mais ativa, mesmo que haja gradações nesta interação.

A cidadania teve como elementos fundadores os processos de luta que culminaram na Independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa, que romperam com a lógica dos

deveres dos súditos para a lógica dos *direitos dos cidadãos*. A cidadania passou a ser cada vez mais entendida como a “expressão concreta do exercício da democracia” (Pinsky, 2008, p.10). Desta forma, o outrora *espectador* de regimes de governo fechados e pouco propensos ao diálogo passa a ter de encarar o jogo político como um exercício cotidiano de construção de *direitos*, para os fazer valer, a partir da mobilização social.

2.2 Um conceito “autônomo” em permanente ressignificação

A força do conceito na contemporaneidade é tão intensa que o historiador José Murilo de Carvalho (2010) observa a ampla aceitação do uso do termo *cidadania*. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações ou simples cidadãos a incorporaram em seu cotidiano. Mais ainda, *cidadania* substituiu o próprio *povo* na retórica política. “Não se diz mais *o povo quer isto ou aquilo*, diz-se *a cidadania quer*. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã”.

O conceito teve entre um de seus principais estudiosos – e certamente o mais influente deles – Thomas Humprey Marshall (1893-1981), sociólogo britânico, cujo principal ensaio foi “Cidadania e Classe Social” (*Citizenship and Social Class*), datado de 1950, a partir de uma conferência proferida no ano anterior. Sua análise dava conta do desenvolvimento da *cidadania* a partir de três desdobramentos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Cabe registrar que este desenvolvimento – nesta ordem específica, conforme argumentou Marshall – dizia respeito ao contexto da Inglaterra, sendo notável que em outros países, apesar do amplo uso teórico e empírico dos conceitos, esta ordem não se aplicou³.

O cidadão pleno, afirmou, é titular destes três direitos. Os (i) *direitos civis* são direitos primeiros, fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É o direito de ir e vir, escolher o trabalho, manifestar o pensamento, organizar-se, ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis. *A liberdade individual* é uma premissa.

Os (ii) *direitos políticos* se referem à participação do cidadão no governo da sociedade.

³ Marshall, T. H. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge: CUP, 1950. A tradução é da Zahar: Marshall, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

Organizar partidos, votar, ser votado, participar de consultas por meio de referendos, conferências representativas e conselhos consultivos. No Brasil, o único direito político consolidado é o direito de votar e, em um menor nível, de ser votado. A premissa, neste caso, é a existência de partidos legítimos e um parlamento representativo. O poder poderá, ainda, ser exercido diretamente pelo *povo*, desde que haja mecanismos para isso – em alguns países, incluindo o Brasil, qualquer cidadão pode, por exemplo, apresentar um projeto de lei, desde que reúna uma determinada quantidade de assinaturas significativa de outros cidadãos. O projeto de lei “Ficha Limpa”, que trata da idoneidade de candidatos a cargos políticos e que foi aprovado em 2010, é o exemplo mais bem acabado desta ideia.

Por fim, há os (iii) *direitos sociais*, que devem garantir a participação na riqueza coletiva. Educação, trabalho, salário justo, saúde e aposentadoria são alguns dos direitos sociais, que podem existir – em tese e na prática – sem os direitos civis e sem os direitos políticos, tendendo no entanto a ser arbitrários. A ideia central é a busca, sempre inacabada, de justiça social. A educação popular, pontua o próprio Marshall, é definida como um direito social, porém tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão de outros direitos. (Carvalho, 2010, p.9-11)

A cidadania nasce da ideia moderna de Estado-nação. O cidadão era aquele se sentia parte do Estado e da nação – sendo que os dois conceitos não devem ser confundidos, conforme veremos mais à frente. Nas principais constituições modernas, a relação *direitos-cidadão* era um problema quase que exclusivo do Estado. Uma das questões mais discutidas atualmente é a seguinte: é consenso que o Estado-nação *vive uma crise*. Discute-se muito, transdisciplinarmente inclusive, acerca desta crise – mas não se discute sua existência. Por outro lado, ocorreu durante o século XX o deslocamento da *nação* como principal fonte de identidade coletiva. Os motivos serão abordados neste trabalho, mais à frente. No entanto, convém questionar: se a cidadania está vinculada ao Estado-nação e à participação no governo, e este governo teve sua importância reduzida (e com ele a noção cultural de nação), como garantir a continuidade desses direitos?

A internacionalização tampouco traz benefícios imediatos. Na União Europeia, por exemplo, os governos nacionais perderam algumas de suas funções diante de órgãos políticos e burocráticos supranacionais. “Os cidadãos ficam cada vez mais distantes de seus representantes reunidos em Bruxelas. Grandes decisões políticas e econômicas são tomadas fora do âmbito nacional” (Carvalho, 2010, p.225). Por outro lado, Carvalho aponta como um

avanço da sociedade brasileira contemporânea a maior organização da sociedade civil, principalmente com o surgimento de organizações não governamentais.

Ao mesmo tempo, o renascimento do pensamento liberal coloca em pauta a profunda influência da *cultura do consumo* na cidadania global. “Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis ou um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política”, comenta, “o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas”. (*Ibid.*, p.228)

Até mesmo autores que se propõe a discutir longamente sobre estas questões, como é o caso de Hardt e Negri (2005), não se atrevem a propor “soluções globais”. Dizem estes autores (cuja obra abordaremos mais à frente): “(...) Um livro como este [*Multidão*] tampouco é o lugar para responder à pergunta *Que fazer?* Isto deve ser decidido concretamente em debates políticos coletivos” (Hardt e Negri, 2005, p.446).

2.3 Cidadania e imaginário social no contexto histórico brasileiro

O contexto histórico brasileiro não oferece um cenário muito alentador, no que diz respeito ao tema da cidadania. A tecnologia foi utilizada sobretudo como uma ferramenta de dominação. Carvalho observa que o Brasil nasceu da conquista de povos seminômades por europeus detentores de tecnologia muito mais avançada, contribuindo para a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença, de milhões de indígenas. A conquista teve, ainda, um caráter amplamente comercial – o governo colonial teve como principais aliados homens de *negócio*, exploradores, dotados de amplo poder enquanto governadores das capitanias. Como havia profundo descaso pela educação primária, um ciclo de dominação e submissão de escravos se alongou por séculos e suas consequências podem ser observadas até hoje, em formatos diferentes dos da época.

O *imaginário coletivo* já era um tema importante para a constituição da cidadania brasileira. Carvalho observa que as guerras eram poderosos fatores de criação de identidade. Assim como a guerra contra o Paraguai cumpriu esse papel – para muitos brasileiros, a ideia de *pátria* não tinha materialidade até então –, eram comuns, em todo o território nacional, rebeliões de escravos e de outros setores, contra o governo colonial ou contra grandes proprietários, colocando em risco a ordem social vigente:

Os proprietários rurais recebavam algo parecido com o que se sucedera no Haiti, onde os escravos se tinham rebelado [no final do século XVIII], proclamando a independência e expulsado a população branca. O “haitianismo”, como se dizia na época, era um espantinho poderoso num país que dependia da mão de obra escrava e em que dois terços da população eram mestiços. (Carvalho, 2010, p.27)

A própria revolução escrava no Haiti, que vai de 1791 a 1803, mas que começou a ser formulada muito antes, teve uma importante (mas não exclusiva) influência da publicação em 1789, em França, da Declaração dos Direitos do Homem. A população africana da ilha recebeu as primeiras informações sobre a agitação pela independência através de fazendeiros europeus ricos, que se ressentiam das limitações impostas pela metrópole. Os primeiros líderes das rebeliões invocaram que a igualdade da Declaração fosse aplicada à ilha, em relação a negros e brancos.

2.4 Direitos “imaginados”: verdades autoevidentes

A historiadora Lynn Hunt (2009) aponta que a primeira característica pertinente ao conceito dos *direitos humanos* é a sua *autoevidência*. “Consideramos estas verdades autoevidentes:”, escreveu Thomas Jefferson ainda no rascunho da Declaração da Independência dos Estados Unidos e, depois, na “Declaração unânime dos treze Estados unidos da América”, concluída e tornada pública em 1776, “que todos os homens são criados iguais, dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade”.

Assim também era, “na sua impetuosidade e simplicidade” (Hunt, 2009, p.14), a Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), ao afirmar “os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem”. Como lembra Hunt, a carta francesa afirmava salvaguardar as liberdades individuais, “mas não impediu o surgimento de um governo francês que reprimiu os direitos (conhecidos como o *Terror*), e futuras constituições francesas – houve muitas delas – formularam declarações diferentes ou passaram sem nenhuma declaração” (*Id.*).

Além disso, não só as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram relegados do plano político da nação (questões que continuam em aberto em muitos lugares

do mundo até hoje), mas também, à época, aqueles sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, invariavelmente, as mulheres.

Hunt destaca um paradoxo essencial para entendermos este desenvolvimento histórico e conceitual: os direitos podem ser “autoevidentes” quando estudiosos discutem há mais de dois séculos tais questões sem chegar a um acordo? Não houve entre os *constituíntes* da época a exigência de uma explicação mais detalhada. O que leva a autora a concluir que os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Em outras palavras: “Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade (...) São, portanto, direitos garantidos no mundo político secular (mesmo que sejam chamados “sagrados”), e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detêm” (Hunt, 2009, p.19).

A historiadora argumenta que os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas:

- *naturais* – inerentes nos seres humanos;
- *iguais* – os mesmos para todo mundo;
- *universais* – aplicáveis por toda parte.

Tais direitos são difíceis de determinar porque sua definição, *e na verdade a sua própria existência*, depende tanto das emoções quanto da razão. “A reivindicação de autoevidência se baseia em última análise num apelo emocional: ela é convincente se ressoa dentro de cada indivíduo. Além disso, temos a certeza de que um direito humano está em questão quando nos sentimos horrorizados pela sua violação” (*Ibid.*, p.25).

Neste ponto, alcançamos uma das questões centrais da pós-modernidade: a autonomia do indivíduo. Hunt destaca que as ideias filosóficas, as tradições legais e a política revolucionária “precisaram ter esse tipo de ponto de referência emocional interior para que os direitos humanos fossem verdadeiramente *autoevidentes*” (*Id.*), o que implicava “democratizá-lo” para o maior número de pessoas.

Tidos como *naturais*, os conceitos de *autonomia*, *empatia* e *igualdade* só ganharam força no século XVIII. Para que um indivíduo fosse moralmente autônomo, duas qualidades relacionadas e distintas estavam implicadas: a capacidade de raciocinar e a independência de decidir por si mesmo. Estavam excluídos crianças e insanos (até hoje), que poderiam no entanto adquirir ou retomar esta capacidade. Conforme destacamos, estavam excluídos da

formulação inicial os sem propriedade, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas, e sempre as mulheres.

Os direitos humanos mudam constantemente, como podemos concluir, e conceitos relacionados a eles (autonomia, empatia, igualdade etc.) são práticas culturais e não apenas ideias. Como práticas culturais, Hunt aponta que os *direitos humanos* dependem tanto do domínio de si mesmo como do reconhecimento de que todos os outros são igualmente senhores de si. “É o desenvolvimento incompleto dessa última condição que dá origem a todas as desigualdades de direitos que nos têm preocupado ao longo de toda a história” (*Ibid.*, p.28).

O desenvolvimento da valorização da *autonomia*, da *igualdade* e da *empatia* – ou melhor, o desenvolvimento destes conceitos em termos sociais e históricos – é elemento central para a constituição de valores vinculados à ideia moderna de *cidadania*. Não cabe neste trabalho expor um tema tão central de forma breve, mas basta apontar que a importância do conceito – em síntese – da *identidade* torna-se vital para a transformação profunda destas sociedades do século XVIII. Uma das consequências mais notáveis foi a abolição das formas cruéis de punição corporal e da tortura, pelo menos em termos legais.

A *cidadania* e a noção de *direitos humanos* está, aqui, no preâmbulo da formação do que Benedict Anderson denominou de “comunidade imaginada”, que Hunt redefine como “empatia imaginada”. É

imaginada não no sentido de inventada, mas no sentido de que a empatia requer um salto de fé, de imaginar que alguma outra pessoa é como você. Os relatos de tortura produziam essa empatia imaginada por meio de novas visões da dor. Os romances a geravam induzindo novas sensações a respeito do *eu* interior. Cada um à sua maneira reforçava a noção de uma comunidade baseada em indivíduos autônomos e empáticos, que podiam se relacionar, para além de suas famílias imediatas, associações religiosas ou até nações, com valores universais maiores. (Hunt, 2009, pg.30-31; Anderson, 2008)

Neste diálogo entre conceitos reside nossa maior tarefa, a partir do consenso moderno de que nada é puramente natural no homem, mas sobretudo cultural (Hunt, 2009), conforme sintetiza Denys Cuche:

Esta aceitação [*da noção de cultura*] nem sempre existiu. Desde seu aparecimento no século XVIII, a ideia moderna de cultura suscitou constantemente debates acirrados. Qualquer que seja o sentido preciso que possa ter sido dado à palavra (...) sempre subsistiram desacordos sobre sua aplicação a esta ou àquela realidade. O uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, ao que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é mais difícil entrar em acordo. (Cuche, 2002, p.11-12)

A imaginação cumpriu um papel importante na propagação dos direitos humanos ao longo de séculos da história recente. Relatos de tortura e romances epistolares produziram efeitos efetivos, que estavam além da letra morta de muitas constituições e declarações legais. “Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos)” (Hunt, 2009, p.32).

2.5 Representatividade política e “vulgarização” da democracia

Com a democratização cada vez mais ampla destes conceitos, surgia um novo debate que reconfigurou a esfera pública, principalmente com a chegada das tecnologias de comunicação de massa no século XX. No entanto, mesmo antes das profundas mudanças tecnológicas, alguns debates relacionados à ampliação de direitos e à democracia eram curiosamente parecidos com os debates contemporâneos sobre novas tecnologias.

Dominique Wolton (2007) aponta, por exemplo, a televisão como uma *mídia essencial* para a democracia, pois traz para a arena pública de debate a *questão da maioria* na democracia de massa. Wolton argumenta que grande parte das críticas feitas à televisão traduziriam a “desconfiança das elites em relação à problemática da maioria e da comunicação de grande audiência”.

Durante todo o século XIX, no que dizia respeito aos direitos políticos, as autoridades começaram a ampliar a participação popular e a representatividade política – no Brasil, já houve momentos em que a porcentagem de votantes era maior até mesmo que na Inglaterra, como demonstra José Murilo de Carvalho –, porém era frequente a preocupação com este tema. A corrupção era associada à falta de preparação dos votantes analfabetos, ignorantes, inconscientes.

A ampliação desta arena política era motivo de grande preocupação por parte daqueles que desfrutavam de notável poder – seja este *político* ou *mediático*. Alguns autores contemporâneos extremamente críticos às novas tecnologias vão na mesma direção, embora guardadas as diferenças entre os campos da comunicação e da política.

Andrew Keen, autor de um livro badalado nos Estados Unidos denominado *O culto do*

amador (2009), utiliza a teoria do renomado biólogo britânico Thomas Henry Huxley (1825-1895) – curiosamente, avô de Aldous Huxley –, que postulou o “Teorema do Macaco Infinito”. Se fornecermos a um número infinito de macacos um número infinito de máquinas de escrever – afirmou T.H. Huxley – alguns macacos, em algum lugar, vão acabar criando uma obra-prima – “uma peça de Shakeaspeare, um diálogo de Platão (...)”. A tecnologia contemporânea, compara Keen, “vincula todos aqueles macacos a todas aquelas máquinas de escrever. (...) E em vez de criarem obras-primas, esses milhões e milhões de macacos exuberantes – muitos sem mais talento nas artes criativas que nossos primos primatas – estão criando uma interminável floresta de mediocridade”, com a diferença de que, no mundo Web 2.0, “as máquinas de escrever não são mais máquinas de escrever, e sim computadores pessoais conectados em rede, e os macacos não são exatamente macacos, mas usuários de Internet” (Keen, 2009, p.8) . “O YouTube”, continua, “eclipsa até os blogs na vacuidade e absurdo e seu conteúdo. Nada parece prosaico demais, ou narcísico demais, para esses macacos autores de vídeos.” (*Ibid.*, p.11).

A *sabedoria das massas*, questiona, é a lógica do mecanismo de busca da *Google*: quanto mais pessoas “cliquem” em um determinado *link*, mais este *link* se torna popular. “A ordenação dos títulos nesses sites reflete o que outros usuários estiverem lendo, não o julgamento especializado de editores de notícias” – o que, segundo Keen, tem transformado a Internet em um meio em que os temas mais populares são conteúdos desprezíveis, sem qualquer importância política ou cultural. “No atual culto do amador, os macacos é que dirigem o espetáculo. Com suas infinitas máquinas de escrever, estão escrevendo o futuro” (*Ibid.*, p.14).

Os “macacos” a que se refere Keen são, por analogia – a partir de pequenas adaptações históricas – o analfabeto e o escravo de outros séculos. Até hoje, é recorrente o discurso de que a corrupção e o descaso com a política institucional são decorrentes do baixo nível educacional da população – o que mantém o mecanismo representativo em um ciclo sem fim.

A própria popularização ou vulgarização – do latim *vulgáris*, ou seja, comum, ordinário, trivial, corriqueiro – de publicações, durante os séculos XVI e XVII, era vista com restrições por homens e mulheres de status elevado. Peter Burke (2006) conta que eles se sentiam incomodados com a ideia de publicar livros, sob o pretexto de que “seriam vendidos ao público em geral, e portanto fariam com que os autores se identificassem aos comerciantes”. Com isso, poetas de círculo social íntimo e alguns escritores “preferiam fazer

seus trabalhos circularem entre amigos e conhecidos em cópias manuscritas” (Burke, 2006, p.52).

2.6 Participação popular e a questão da maioria

Conforme veremos mais adiante, a questão da cidadania está relacionada à participação política (nos meios, no governo), cujos entendimentos variam no que diz respeito à *representação midiática* e à *representatividade política*. O grande debate é, frequentemente, sobre a capacidade da população (ou sua falta) de ficar à frente de mecanismos tão poderosos de liderança e de governança. Uma corrente muito representativa de governantes, nos atos de fundação de distintas democracias ocidentais, acreditavam que, para o próprio bem do *povo*, o governo deveria ser limitado a cidadãos mais capacitados a *preservar* a democracia. A mesma lógica encontra ecos em termos de representação midiática – o mesmo Andrew Keen, já no título de seu *O culto do amador*, escreveu: “Como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores”.

No Brasil, seja por meio de revoltas, seja por meio de manifestos públicos e outras ações coletivas, a participação popular é maior do que círculos conservadores costumam propagandear. José Murilo de Carvalho observa que, já na independência, por exemplo, a população do Rio de Janeiro se manifestou nas ruas por várias vezes, aos milhares, em apoio aos líderes separatistas e contra as tropas portuguesas. Em janeiro de 1822, registra Carvalho, 8 mil pessoas assinaram o manifesto contra o regresso de D. Pedro a Portugal. “Para uma cidade de cerca de 150 mil habitantes, dos quais grande parte era analfabeta, o número é impressionante. Em 1831, um levante em que se confundiram militares, povo e deputados reuniu 4 mil pessoas no Campo de Sant’Anna, forçou D. Pedro I a renunciar e aclamou seu filho, uma criança de cinco anos, como sucessor”.

Havia, de fato, diversos aspectos culturais e morais que eram decisivos para uma determinada intervenção pública. A Revolta da Vacina (1904) contou com um acúmulo de insatisfações com o governo por parte da população e com o oportunismo de setores da oposição. No entanto, também apresentou aspectos moralistas e vinculados a uma onda de boatos, conforme destaca Carvalho:

A vacina era aplicada no braço com uma lanceta. Espalhou-se, no entanto, a notícia de

que os médicos do governo visitariam as famílias para aplicá-la nas coxas, ou mesmo nas nádegas, das mulheres e filhas dos operários. Esse boato teve um peso decisivo na revolta. A ideia de que, na ausência do chefe da família, um estrangeiro entraria em sua casa e tocaria partes íntimas de filhas e mulheres era intolerável para a população. (Carvalho, 2010, p.75)

Um boato cumpria sua função, portanto, de incitar a população contra o governo. O autor ou idealizador da informação falsa – um indivíduo ou um grupo, agindo ou não politicamente – certamente contou com a “ajuda” de uma história cultural, de um regime de crenças, de uma ampla gama de valores compartilhados pelo conjunto da população. Este imaginário – hoje certamente transformado pelas profundas mudanças tecnológicas contemporâneas – era o pano de fundo para as mobilizações sociais. Uma forma, por fim, de participação na *esfera pública*, mesmo que seja a partir da reação à não interferência em suas vidas privadas.

Outro imaginário que dominou boa parte do século XVIII se relacionava ao ódio ao estrangeiro, sobretudo ao português. “Nas revoltas regenciais localizadas em cidades, a principal indicação de brasilidade era o nativismo antiportuguês, justificado pelo fato de serem portugueses os principais comerciantes e proprietários urbanos”. A *coesão nacional* sofreu um forte impacto da guerra contra o Paraguai, visto que nenhum acontecimento anterior tinha tido caráter tão nacional e envolvido parcelas tão grandes da população. (*Ibid.*, p.77-78)

Carvalho registra que a única liderança que se conseguiu se firmar como um herói cívico foi Tiradentes, único entre os rebeldes mineiros de 1879 que tinha um rosto popular, “e talvez por isso mesmo tenha sido o único a ser enforcado”. Pintores, conta Carvalho, o representaram com a aparência de Jesus Cristo, “o que sem dúvida contribuiu para difundir sua popularidade”.

O autor conclui que até 1930 “não havia povo organizado politicamente, nem sentimento nacional consolidado” (Carvalho, 2010, p.83).

Os imaginários no começo do século XX eram povoados de algumas práticas culturais e políticas estrangeiras, trazidas pelos imigrantes, onde se destaca a influência dos operários europeus nas nascentes organizações anarco-sindicalistas, principalmente em São Paulo. Durante o século XIX e início do século XX, o imigrante era bem-vindo e até subsidiado, a partir de um referencial econômico: a necessidade de substituir os escravos e abastecer de mão de obra as lavouras de café. Após a Primeira Guerra Mundial, “o estrangeiro passou a ser visto como agitador, corruptor do operário nacional”. O próprio governo procura colocar

aqueles estes contra aqueles, acusando os estrangeiros de privar os brasileiros de seus empregos. A lei de sindicalização de 1931, já com o nacionalista Getúlio Vargas no poder, continha um dispositivo que obrigava as empresas a contratar um mínimo de dois terços de operários nacionais. (*Ibid.*, p.119)

A cultura sindical dos europeus era uma ameaça à orientação varguista de fortalecer os sindicatos a partir de uma centralização estatal. Existiam sindicatos apenas para as categorias determinadas pelo Estado e, mesmo estes, poderiam sofrer intervenção estatal sempre que o governo federal julgasse necessário. Os trabalhadores rurais e os trabalhadores autônomos, por exemplo, estavam excluídos das políticas oficiais trabalhistas – isso num país em que, até 1960, 55% da população ainda morava no campo.

2.7 Os primeiros passos da cidadania global no Brasil

A internacionalização do movimento sindical se deu, nesse período, por influência da imigração. A sociedade brasileira, no entanto, sofria com a baixa participação organizada da população. Carvalho avalia que os movimentos autoritários em 1964 foram acompanhados da ausência de organizações civis fortes e representativas que pudessem impedir a radicalização dos militares. As estruturas sindical e estudantil eram de cúpula. “Controlando seus postos de direção, líderes de esquerda eram vítimas de ilusão de ótica, julgavam estar liderando multidões quando apenas dirigiam uma burocracia.” (*Ibid.*, p.152)

A violenta ditadura militar apenas piorou esse quadro, com perseguições frequentes a líderes destas organizações e de outras estruturas da sociedade. Durante o regime, entrou em vigência por algum tempo a possibilidade de pena de morte por fuzilamento. A censura prévia e a autocensura, devido ao clima criado em torno do papel da imprensa e de sua relação com o governo, foram amplamente observados neste período.

A internacionalização dos problemas políticos brasileiros contribuíram para a queda do regime autoritário. A Igreja Católica foi uma das instituições que, por meio do trabalho e da pressão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – influenciadas pela teologia da libertação –, passa a influenciar o quadro político nacional. Inclusive por meio da internacionalização dos casos de desrespeito aos direitos humanos.

Para isso, a Segunda Conferência dos Bispos Latino-Americanos, de 1968, em

Medellín, foi importante. Em 1970, comenta Carvalho, o próprio Papa denunciou a tortura no Brasil. A hierarquia católica passa a se mover com firmeza na direção da defesa dos direitos humanos e da oposição ao regime militar. No Brasil, o órgão máximo de decisão era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Padres foram presos e até mesmo assassinatos, mas a força da instituição acabou por ampliar a luta contra o regime autoritário.

Os partidos políticos, os sindicatos e outras instituições – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e grupos de artistas e intelectuais – também tiveram um papel decisivo e ganharam força após a abertura para a democracia. Em comum a todos estes grupos, havia a luta pela retomada de direitos fundamentais cassados pelos constantes atos institucionais por parte dos militares.

Nos anos após a redemocratização, é notável o esforço organizativo da sociedade civil. Muitos grupos mantiveram vínculos internacionais que vinham sendo costurados desde o processo de abertura. Um dos exemplos mais bem acabados é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possuía essa dupla vinculação. Ao mesmo em que o MST – de alcance nacional – representou a “incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio”, o grupo também se articula em nível global, por meio da Via Campesina.

A Via Campesina foi fundada em abril de 1992 – portanto antes da chegada da Internet ao Brasil (que ocorreu em 1995) –, e mantém uma das maiores redes globais colaborativas do mundo. O grupo coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Participam da rede organizações nacionais e regionais com autonomia, que deliberam por meio de conferências globais. Está organizada em oito regiões: Leste Europeu, Oeste Europeu, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África. A Terceira Conferência da organização, realizada em novembro de 2000 na Índia, contou com mais de 100 delegados de organizações camponesas de 40 países⁴.

No Brasil, a rede conta com o apoio, além do próprio MST, de entidades como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira dos Estudantes de

⁴ Via Campesina. Wikipédia, sem data. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Campesina>. Acesso em 11 fev. 2011.

Engenharia Florestal (ABEEF), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros. Redes acadêmicas e de jornalistas dão outros tipos de apoio, principalmente nas áreas de formação e de comunicação. A página da organização na Internet pode ser acessada em três línguas (inglês, francês e espanhol)⁵. A internacionalização do movimento campesino permite que o grupo participe de todas as principais reuniões globais sobre o tema – incluindo a mais recente cúpula sobre biodiversidade e mudanças climáticas, a COP16, realizada em Cancún, no México, ao final de 2010.

2.8 A “Era dos Direitos” ou os direitos de uma Era em elaboração?

Para Bobbio (2004), o processo de democratização do sistema internacional, caminho para a “paz perpétua” no sentido kantiano da expressão, não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, acima de cada Estado.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos (...) haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. (Bobbio, 2004, p.21)

Bobbio afirma três teses a respeito: (i) os direitos naturais são direitos históricos; (ii) nascem no início da era moderna, justamente com a concepção individualista da sociedade; e (iii) tornam-se um dos principais indicadores do progresso histórico.

Por *direitos naturais*, cumpre um esclarecimento: são *naturais* não por estarem *divinizados* na sociedade, o que seria uma incoerência a partir da afirmação anterior de que a cidadania é elaborada a partir de um processo histórico. Por *naturais* devem ser entendidos os direitos que são adquiridos no ato do próprio nascimento, sendo portanto estendidos a todos os cidadãos (e não dependendo mais do soberano). As únicas polêmicas que perduram, do ponto de vista teórico, são duas: uma de caráter religioso (quando começa e quando termina a vida?) e outra de caráter filosófico (quem pode ser considerado cidadão?).

Esta última, de caráter igualmente histórico – excluindo por exemplo os escravos, analfabetos e mulheres do direito ao voto – tem sido sensivelmente esclarecida, mas permanece viva em muitos países. Os Batwa, por exemplo, uma minoria significativa na

⁵ Via Campesina (página oficial). Disponível em: <<http://viacampesina.org/>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

África Central, têm sido subjugados por séculos pelas etnias mais populosas, como os hutus e os tutsis. No Burundi, cidadãos Batwa frequentemente não são registrados e não possuem, portanto, direitos legais ou acesso a serviços sociais básicos⁶. Em outros casos, os migrantes ocupam um papel decisivo na sociedade que escolheram para viver, constituindo uma parcela importante da produção da riqueza nacional, mas continuam sem direitos sociais básicos ou acesso ao sistema político.

No entanto, conforme já destacamos, existe um profundo significado histórico nessa inversão levantada por Bobbio e Pinsky, característica da formação do Estado moderno, entre Estado e cidadãos. Bobbio sustenta que ocorreu, no plano histórico, uma radical inversão de perspectiva na representação da relação política – ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos –, que se deu a partir de uma visão individualista, fundamentalmente liberal, segundo a qual para se compreender a sociedade é preciso partir de baixo, de seus indivíduos, em oposição à concepção orgânica tradicional, segundo a qual a sociedade como um todo vem antes dos indivíduos. É com o nascimento do Estado de direito, afirma, que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista do cidadão.

No Estado despótico, os indivíduos singulares só têm deveres e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos. (Bobbio, 2004, p.78)

O caminho da concepção individualista da sociedade, argumenta Bobbio, é contínuo, por vezes interrompido, porém procede lentamente, “indo do reconhecimento dos direitos do cidadão de cada Estado até o reconhecimento dos direitos do cidadão do mundo”, cujo primeiro anúncio foi a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* – “através do direito entre os outros Estados, até o direito cosmopolita” (Bobbio, 2004, p.24).

Os direitos humanos são, também para Bobbio, *direitos históricos*, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, “não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Há, por vezes, retrocessos notáveis, baseados em doutrinas ortodoxas que, na verdade, representam interesses políticos e conjecturas desfavoráveis para a efetivação da cidadania. No Brasil, por exemplo, a Constituição republicana de 1891 – realizada à luz de um liberalismo ortodoxo – retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, direito

⁶ POVO Batwa reivindica direitos e igualdade no Burundi. UNICRIO, 08 ago. 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/13397402>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

que constava na Constituição de 1824 e que, na Inglaterra, era universal desde 1870. Além disso, no que diz respeito aos direitos sociais, não cabia ao Estado promover a assistência social. A Constituição republicana proibia o governo federal de interferir na regulamentação do trabalho. Tal interferência, segundo Carvalho (2010), era considerada uma “violação da liberdade do exercício profissional”.

No que diz respeito à “era da Internet”, “sociedade da informação” ou outras designações que discutiremos mais à frente, cabe questionar, à luz dos contextos históricos da cidadania:

1. Qual a influência deste desenvolvimento histórico concebido em termos liberais, individualistas? Que relação pode possuir como esta nova era, vinculada ao império da imagem?
2. Neste mesmo contexto comunicacional, próprio do século XXI, de que forma é possível pensar os direitos humanos? Em termos de efetivação *por meio* das novas tecnologias? Ou *a partir* das novas tecnologias – inaugurando, inclusive, novos direitos? Seria, por exemplo, a conexão à Internet um direito fundamental?
3. Por fim, e propositalmente posterior à segunda questão: este contexto comunicacional é, de fato, próprio do século XXI?

Se seguindo às liberdades sociais – os direitos de segunda geração –, novas formas de participação emergem, resultando nos denominados direitos de terceira geração, “uma categoria ainda excessivamente heterogênea e vaga”, segundo Bobbio. Um dos mais importantes, afirma, é reivindicado pelos movimentos ambientalistas – o direito de viver num ambiente não poluído. O autor aponta, ainda, novas exigências, “que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração” (*Id.*, p.26), referentes aos efeitos da pesquisa biológica, que permite a manipulação do patrimônio genético (seja da natureza, seja dos indivíduos).

Outros fatores poderiam desencadear novas formulações políticas. A crescente dependência social em relação à Internet já aponta o tema como transversal e por vezes contraditório. Enquanto meio, conforme iremos abordar mais à frente, a Internet já desponta como principal articulador de informações em áreas importantes para a cidadania moderna,

como a saúde por exemplo⁷. Ao mesmo tempo, seu uso excessivo pode provocar problemas de saúde (problemas de coluna ou a própria dependência dos pós-modernos *dataholics*).

Estes direitos de terceira e de quarta geração, aponta Bobbio (2004), nascem pelo “aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens”. Surgem, então, ora novas ameaças às liberdades, ora novos direitos para proteger os cidadãos. Na seção 4, analisamos as dinâmicas de ferramentas como o *blog* e o *twitter*, bem como plataformas como o *Pirate Bay* e o *WikiLeaks*, como forma de aprofundar esse debate.

O acesso à informação pública é, em muitos países, uma “aspiração ideal”, mais do que um direito (apesar de constar em várias legislações de democracias ocidentais). Na verdade, o nome “direito” serve unicamente “para atribuir um título de nobreza”, aponta Bobbio, que fala tanto sobre os direitos sociais nunca conquistados efetivamente, quanto sobre os denominados direitos de terceira e quarta geração. Autores citados por Bobbio apontam, por exemplo, como direitos de terceira geração os direitos de solidariedade, o direito ao desenvolvimento, à paz internacional, a um ambiente protegido, à comunicação, os do consumidor, à qualidade de vida, à liberdade de informação. Segundo uma pesquisa realizada pelo Serviço Mundial da agência de notícias britânica BBC no início de 2010, envolvendo 26 países, quatro entre cinco adultos consideraram o acesso à Internet um direito fundamental do ser humano.

No que nos interessa para esta análise, a *era dos direitos* passa, por vezes, a ter efetiva vigência apenas esporadicamente e, sobretudo, pela ação de determinados setores da sociedade civil, principalmente aqueles que podem atuar globalmente. Nesta mesma linha, a *era da Internet* se aplica de forma heterogênea, sob dois pontos de vista: (i) é heterogêneo seu acesso e, portanto, desigual seu poder de transformação; (ii) é heterogênea a eficiência quanto ao seu uso específico para a ampliação de direitos e, portanto, igualmente desigual seu poder de transformação, mesmo para aqueles que a utilizam *tecnicamente* bem.

⁷ Sobre usos da Internet para a área de saúde, é particularmente interessante o artigo de SOARES, Murilo Cesar. Internet e saúde: possibilidades e limitações, Revista TEXTOS de la CiberSociedad, 4. Temática Variada, 2004. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=51>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

2.9 A questão epistemológica e a “filosofia da Internet”

Uma das principais dificuldades em estudar as novas formas de comunicação descentralizada, sobretudo centrada nos estudos culturais e sociais da Internet, é a novidade do tema. Não são poucos os autores que ignoram quase que por completo formas emergentes de comunicação interativa (como John B. Thompson em seu *Ideologia e Cultura Moderna*). Outros preferem fazer comentários limitados sobre a Internet (caso de Canclini, Bauman e Kellner), enquanto um terceiro grupo se dedica ao tema de forma notavelmente apocalíptica (caso de Dominique Wolton). Faremos uma breve referência a estas análises.

No entanto, na discussão sobre as metodologias aplicadas aos estudos das redes, das comunicações interativas e da Internet em específico, cabe aqui questionar a princípio o quanto de *teleológico* existe no debate em curso. É notável o caráter anticientífico, oriundo da ética aristotélica, da teleologia enquanto procedimento acadêmico. Norberto Bobbio, reconhecendo tal problemática, recoloca a questão das concepções finalísticas do conjunto da história, cuja base de pensamento torna os eventos históricos *sinais* ou *indícios* reveladores de um processo, não necessariamente intencional (no sentido de uma direção preestabelecida).

Bobbio questiona: “Apesar da desconfiança, ou até mesmo da aversão que o historiador experimenta diante da filosofia da história, será que podemos excluir inteiramente que, na narrativa histórica de grandes eventos, oculta-se uma perspectiva finalista, ainda que o historiador não tenha plena consciência disso?” (Bobbio, 2004, p.68)

Apesar de ser uma metodologia condenável, aponta, “o homem é um animal teleológico, que atua geralmente em função de finalidades projetadas no futuro. Somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender o seu *sentido*” (*Id.*). O próprio autor arrisca afirmar que, à luz de Kant, e “do ponto de vista da filosofia da história”, o debate sobre os direitos humanos, cada vez mais amplos, pode ser interpretado como um “sinal premonitório do progresso moral da humanidade” – mesmo que o autor reafirme não se considerar “um cego defensor do progresso”.

Bobbio aponta que o *progresso definitivo e irreversível*, central na filosofia da história em outros séculos, não se sustenta a partir de análises que demonstram, por exemplo, o renascimento contínuo de ideais do passado, mesmo após terem sido consideradas mortas. O exemplo mais bem acabado desta afirmação parece ser a já referida presença de escravidão a partir de uma segregação étnica pelo Estado em plena Europa do século XX. O autor, no

entanto, completa: “Apesar disso, não podemos deixar de nos interrogar sobre o destino do homem, assim como não podemos deixar de nos interrogar sobre sua origem, o que só podemos fazer escrutando os sinais que os eventos nos oferecem”. (Ibid., p.70).

Enquanto o progresso científico e técnico, que ora investigamos neste trabalho, parece ser indubitável e estável, diante de *sinais* e *indícios* recolhidos dentro do âmbito desta pesquisa, “bem mais difícil – se não mesmo arriscado – é enfrentar o problema da efetividade do progresso moral”, por duas razões destacadas pelo autor: (i) o próprio conceito de moral é problemático; (ii) ainda que todos estivessem de acordo, seria praticamente impossível realizar “indicadores” para medir o progresso moral de uma nação. Mesmo que, como vimos, os direitos humanos e a cidadania são vistos como “indicadores” do progresso geral de um determinado Estado-nação.

Bobbio lembra ainda que Kant criticava políticos de sua época por não terem confiança na virtude e na força da motivação moral, bem como por “viverem repetindo que *o mundo foi sempre assim como o vemos hoje*”, argumentando que, com essa atitude, tais políticos faziam com que objeto de sua previsão – a imobilidade e a monótona repetitividade da história – se realizassem efetivamente.

2.10 Cidadania, Internet e sujeitos sociais

A partir desta observação de Kant, é curioso notar que pesquisas contemporâneas realizadas no âmbito da comunicação dizem respeito, em grande parte, ao que “as pessoas esperam”, o que *líderes* esperam, o que os *governantes* esperam etc. No entanto, em um tema tão recente, e cuja ignorância ainda é naturalmente grande (até pela sua jovialidade), a credibilidade de uma determinada informação está centrada, em geral, no número de pessoas que acreditam nela. Especialistas do ramo da comunicação se preocupam com mais frequência em realizar *pesquisas de recepção* – empíricas ou teóricas –, termo da moda nas comunicações desde que autores como Stuart Hall recolocaram a problemática do sujeito e autores como Jesús Martín-Barbero e Néstor García Clanlini reavaliaram o campo por meio da análise do discurso e da antropologia urbana.

Fato é que esta percepção tem consequências já notadas por diversos observadores atentos. Se pessoas em quantidade suficiente buscarem a informação “sexo” – se, digamos,

este for o tema de maior relevância e, portanto, de maior audiência –, então este será efetivamente um tema sobre o qual devemos nos debruçar, discutir, questionar, aplaudir. Um tema amplamente discutido na Internet entra frequentemente na esfera pública midiática, por conta da pressão exercida pelas redes sociais. O mesmo vale para as pesquisas: a credibilidade de uma pesquisa sobre Internet, realizada entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010 pelo Serviço Mundial da BBC e divulgada em março de 2010, se dá pelo fato de ter envolvido quase 28 mil pessoas em 26 países.

A pesquisa constatou que quatro entre cinco adultos consideram o acesso à Internet um *direito fundamental* do ser humano. De todos os entrevistados, 87% dos que usam a rede mundial de computadores defenderam o direito de ter acesso a ela. Entre os não-usuários, 71% disseram que deveriam ter o mesmo direito. A pesquisa foi realizada pelo instituto internacional *GlobeScan* para uma série da BBC, que durante o mês de março daquele ano trouxe reportagens e análises “explorando o poder da internet”.

Para 90% dos entrevistados, a rede mundial de computadores é um “bom lugar para se aprender”, 78% “sentem que a internet deu a eles mais liberdade” e, apesar do “entusiasmo geral com a ferramenta, a maioria (55%) disse que poderia viver sem a internet”. Parte dos entrevistados se mostrou cauteloso. Cerca de um terço deles (32%) dizem que as fraudes são o aspecto mais preocupante da internet, enquanto 27% acreditam que o pior problema é o conteúdo violento e explícito presente em muitos sites.

O curioso é que a Internet, vista como sinônimo de liberdade, sofre com uma profunda desconfiança por parte dos usuários desta pesquisa. Quase metade (49%) acredita que a internet “não é um lugar seguro para elas expressarem suas opiniões”. Na Alemanha, este número sobe para 72% dos entrevistados, acompanhado de 71% na França e 70% na Coreia do Sul. A sondagem mostrou que 53% dos entrevistados creem que a Internet “não deveria ser regulada pelos governos” – não constando o que pensam os demais 47% dos entrevistados (acham que deveria ser regulada ou não emitiram opinião?)⁸.

No escopo desta pesquisa, cabe questionar:

- I. É produtivo colocar a Internet como um “direito fundamental”, visto que se relaciona com tantos outros direitos?
- II. Supondo que um país decida regulamentar a Internet – fato que até hoje é

⁸ PARA 4 em cada 5 pessoas, internet é direito fundamental, diz pesquisa. BBC Brasil, Brasília, 08 mar. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100307_pesquisabbc_internetml.shtml>. Acesso em: 03 fev. 2011.

inédito, pelo menos no que diz respeito a uma regulamentação integrada e voltada para o meio, como ocorre no caso dos sistemas de radiodifusão –, quais seriam os critérios jurídicos e sociais?

III. Diante do vasto leque de ferramentas oferecidas na rede mundial de computadores – comércio eletrônico, redes de relacionamento, hospedagem de sites, serviços de comunicação, trocas de mensagens pessoais –, seria viável fundamentar essa regulamentação sem se perder em um amplo leque de atividades e ramos tão distintos entre si, como sites de pornografia, serviços educativos e jogos *online*?

A regulamentação de temas tão controversos é uma tarefa fundamentalmente política. A intervenção na dinâmica da rede – que, como veremos, é sobretudo *individualista* – poderia significar uma profunda mudança de percepção sobre o que é a política.

No que diz respeito ao escopo da nossa própria pesquisa, consideramos útil fazer observações sobre um aspecto do tema *cidadania* – os direitos políticos – vinculados a um aspecto do tema das *redes* – a internet.

Bobbio observa que a relação política por excelência é a relação entre governantes e governados, entre “quem tem o poder de obrigar com suas decisões os membros do grupo e os que estão submetidos a essas decisões” (2004, p.74). Ele observa ainda que essa relação pode ser considerada a partir do ângulo dos governantes ou a partir do ângulo dos governados. No curso do pensamento político, predominou sobretudo o ângulo dos governantes. Basta lembrar que as Nações Unidas, maior organismo internacional representativo, é uma organização interestatal. E até hoje, décadas após o contexto de sua criação, Alemanha e Japão são considerados “Estados inimigos”, segundo o artigo 53 da Carta da ONU, ainda vigente (mesmo que historicamente defasado). De qualquer forma, os indivíduos possuem uma participação bastante marginal dentro do sistema multilateral da ONU, que privilegia os Estados-nação signatários da Carta da ONU após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O autor nota que o objeto da política sempre foi, portanto, o *governo*: o bom ou mau governo, como se conquista o poder, como ele é exercido, como interagem, quais disputas realizam, como fazem as leis, como fazem que as leis seja respeitadas, como declaram guerras e como pactuam a paz, como nomeiam as lideranças etc. São os “guias” que conduzem a população, na concepção hegemônica, à esquerda ou à direita. Até mesmo governos recentes

de esquerda – cuja caracterização seria, oportunamente, a maior representatividade popular – não possuem mecanismos ambiciosos de participação popular – embora estes sejam um pouco mais visíveis do que governos tradicionalmente de direita – e são lideradas por figuras mais notáveis pelo carisma do que pelo amor à democracia participativa (Hugo Chávez, Fidel Castro, Lula, entre outros).

A função dos políticos seria, nesta visão, a de organizar um universo fracionado, que “necessita de uma mão firme para ser estável ou sólida”, enquanto “os cuidados devem por vezes ser enérgicos para terem eficácia sobre um corpo doente”. O indivíduo é, neste caso, um objeto de poder. No máximo, um “sujeito passivo”.

2.11 O indivíduo moderno: entre a abstração e a participação na esfera pública

Este *sujeito passivo* povoava o imaginário acadêmico há muito, conforme sabemos. A extensamente difundida teoria da *manipulação* pode ser definida como uma “resposta de um organismo a um estímulo”. Foi proposta primeiramente nos Estados Unidos durante a primeira Guerra Mundial, quando o monopólio da informação dava um poder quase irrestrito à mídia (imprensa, cinema, rádio e fotografia). A pergunta em geral feita era (e continua sendo): quais os efeitos de curto prazo, visto que estamos em uma sociedade atomizada, de *massa*, de *mônadas*? A disciplina que melhor sustentava essa tese era a psicologia mecanicista e o *propagandista* era um dos principais produtores de informação.

O conceito de *mercadoria*, por sua vez, estava relacionado a todo e qualquer produto midiático produzido pela indústria cultural. Por definição, esta produção é “feita em larga escala e consumida pela massa de consumidores mais ou menos homogêneos”. Este modelo foi pensado principalmente na Alemanha, França, Inglaterra e América Latina. Foi proposto durante os anos 1940, quando havia entre os pesquisadores um forte debate sobre a cultura popular e uma forte crítica ao Iluminismo. Enquanto que o conceito de *manipulação* foi sustentado financeiramente pelo governo dos EUA, este se fortaleceu nos meios acadêmicos.

Mercadoria tomava como pressuposto uma sociedade de classes, tendo o marxismo e a Escola de Frankfurt como fundamento e parecendo ser básico perguntar: qual é a lógica da produção cultural? Na Alemanha de Hitler ou no Brasil de Vargas se discutia muito em meios acadêmicos sobre o a força que representava o aparelho ideológico do Estado. Alguns dos

sujeitos mais ativos eram o sociólogo da cultura, o crítico cultural e o gestor de políticas públicas.

Mesmo em modelos que tomavam o sujeito como ativo em relação à mídia ou ao governo, não se tratava ainda de um indivíduo singular, com seus direitos originários (*naturais*), e sim do *povo em sua totalidade*, no qual o “indivíduo singular desaparece enquanto sujeito de direitos” (Bobbio, p.75).

Narrativas dissidentes são uma das recentes conquistas conceituais e passam a constituir a identidade de muitas *culturas em trânsito*, contrapondo o discurso iluminista que hegemonizou períodos históricos anteriores. Conforme destaca Hall,

[...] o universalismo pós-iluminista, liberal, racional e humanista da cultura ocidental parece não menos significante historicamente, mas se torna menos *universal* a cada momento. Muitas grandes ideias – liberdade, igualdade, autonomia, democracia – foram aperfeiçoadas na tradição liberal. Entretanto, é evidente que o liberalismo hoje não é a *cultura além das culturas*, mas a cultura que prevaleceu: aquele particularismo que se universalizou com êxito e se tornou hegemônico em todo o globo. Seu triunfo ao praticamente estabelecer os limites do domínio “da política” não foi, em retrospecto, o resultado de uma desinteressada conversão em massa à Regra da Razão Universal, mas algo mais próximo a um tipo de “jogo” do poder-conhecimento mais mundano e foucautiano.” (Hall, 2003, p.73)

Na teoria contemporânea, a partir desta problemática, Hardt e Negri (2005) elaboraram o conceito de *multidão*, considerada pelos autores uma “alternativa viva que se vem constituindo dentro do Império” (p.12). O *Império* – que já havia sido tema de uma badalada obra anterior de mesmo nome – dissemina esta ordem global citada por Bobbio, com sua “rede de hierarquias e divisões que mantém a ordem através de novos mecanismos de controle e permanente conflito” (Hardt e Negri). A globalização, contudo, “também é criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e os continentes, facultando uma quantidade infinita de encontros” (*Ibid.*, 2005, p.12). A *multidão*, conforme destacaremos na seção 4, pode ser encarada como uma rede aberta e em expansão, na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, “uma rede que proporciona os meios de convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (p.12).

A análise de Hardt e Negri convergem na discussão que ora realizamos quanto à tentativa de redefinir a política tradicional, apontada por Bobbio, ao discutir as noções tradicionais de sujeito social. São de três tipos: *povo*, *massas* e *classe operária*. O *povo*, como já apontamos, possui uma concepção unitária, reduzindo a diversidade da população a uma unidade, ao *uno* que não recebe apoio nem mesmo do mercado – as recentes abordagens de

marketing realizam pesquisas sistemáticas para identificar diferentes públicos-alvo para diferentes clientes. A multidão, em contrapartida, “é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única (...) uma multiplicidade de todas [as] diferenças singulares” baseadas em etnias, formas de viver, gênero etc.

As *massas*, por outro lado, tampouco podem ser reduzidas a uma unidade ou identidade, mas não são formadas por sujeitos sociais. A essência das massas é a indiferença, “todas as diferenças são submersas e afogadas nas massas. Todas as cores da população reduzem-se ao cinza”. Por fim, argumentam, a *classe operária* já não desempenha um papel hegemônico na economia global, embora quantitativamente não tenha diminuído em escala planetária, pois atualmente “a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla, como *produção social*” (*Ibid.*, p.13).

Para Hardt e Negri, uma rede distributiva como a Internet é um bom modelo para a multidão, pois “os vários pontos nodais se mantêm diferentes mas estão todos conectados na rede”, sendo “as fronteiras externas da rede de tal forma abertas que novos pontos nodais e novas relações podem estar sendo constantemente acrescentados”. Em suma, a *multidão* não é uma identidade (como é o *povo*), nem uniforme (como as *massas*). Representa o *comum*, que permite aos diversos pontos, singularidades, comunicar e agir em conjunto.

Este conceito remete à própria noção de *comunicação*, que permeou, como vimos, toda a história do conceito. A etimologia do termo remete a “agir (em) comum”; o fato de tornar uma “ação comum”; ou ainda, a possibilidade de “agir em comum” ou tornar o quadro social e/ou o laço afetivo comuns a vários sujeitos e/ou grupos de diferentes naturezas (sociais, afetivos, vocacionais, profissionais, culturais) e por eles compartilháveis. A origem latina da palavra, *comunicare*, significa “transmitir”, o ato de “fazer saber”, “participar”, “estabelecer ligação” ou ainda “unir”. Comunicar, neste sentido, tem como finalidade levar a todas as pessoas o conhecimento e sentimentos com relação a uma particularidade ou a um conjunto de particularidades. Ter correspondência. A comunicação é, portanto, uma relação que os indivíduos estabelecem dentro de uma comunidade com o objetivo de obter um entendimento recíproco.

Assim, não haveria possibilidade de ordenamento simbólico ou de organização social sem a interferência do fator comunicacional. Ou seja, o conceito “Comunicação” se refere, na verdade, ao próprio espaço simbólico (espontâneo ou organizado; natural ou artificial) no qual

se dá a interação psicológica e social entre sujeitos, agentes, atores e autores sociais.

Quando Hardt e Negri ressaltam o papel do indivíduo contemporâneo – porém não mais aquele indivíduo abstrato, massificado –, estão justamente a falar desse cidadão de direitos ativo, global, até mesmo cosmopolita (nos termos de Kant). Na verdade, Bobbio contextualiza seu argumento afirmando que a grande reviravolta deste entendimento teve início no Ocidente, “a partir da concepção cristã da vida, segundo o qual todos os homens são irmãos enquanto filhos de Deus”, aperfeiçoado pelo *jusnaturalismo*, que pode ser considerado “a secularização da ética cristã” (Bobbio, 2004, p.75).

Enquanto que para Lucrécio “os homens viviam como animais”, para Cícero “vagavam pelos campos como animais” e para Hobbes comportavam-se, nesse estado natural, “uns contra os outros como lobos”, Locke – o principal inspirador dos direitos humanos da modernidade – começa o capítulo sobre o estado da natureza com as seguintes palavras: “Para entender bem o poder político e derivá-lo de sua origem, deve-se considerar em que estado se encontram naturalmente todos os homens; e esse é um estado da perfeita liberdade de regular as próprias ações e de dispor das próprias posses e das próprias pessoas como se acreditar melhor, nos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de nenhum outro” (Locke *apud* Bobbio, 2004⁹).

Este é, de diversas formas, um pensamento que está na raiz – sem tomar o termo “raiz” como uma referência fixa no tempo e no espaço – de muitas aspirações libertárias que dominam o imaginário popular no que diz respeito à comunicação, em geral, e à Internet, especificamente. Neste sentido, trataremos a seguir de uma das ideologias que dá fundamento, conforme observamos nesta seção, à cidadania moderna, bem como suas implicações nas novas tecnologias.

⁹ J. Locke. *Segundo tratado sobre o governo*. II, 4.

2.12 Individualismo liberal e o modelo Wikinomics

[...] sensing ourselves as fused in our contact with something greater, deeply moving, or admirable (...) This brings us back into the category of the 'festive', which I invoked above: moments of fusion in a common action/feeling, which both wrench us out of the everyday, and seem to put us in touch with something exceptional, beyond ourselves. Which is why some have seen these moments as among the new forms of religion in our world. (Charles Taylor, 2007, p.483)

Em contraposição a autores *apocalípticos* como Andrew Keen (2009), centenas de artigos e teses acadêmicas, bem como milhares de textos disponíveis pela Internet, chamam a atenção para a “revolução digital” que se passaria na contemporaneidade, sob o ponto de vista dos *integrados*, para utilizar a feliz formulação de Umberto Eco.

Conforme discutiremos na seção 3, debate-se muito a tecnologia enquanto redentora das mazelas sociais (determinismo tecnológico); a eliminação de fronteiras nacionais e distâncias por meio da navegação *online*, configurando-se um novo lugar de sociabilidade; o viés revolucionário de toda e qualquer nova tecnologia na história, tal como o advento da escrita; a descentralização do poder de emitir informação, em contraposição ao cenário de controle dos meios de comunicação de massa; o poder do anonimato; e, por fim, uma maior autonomia do “receptor”, que estaria mais preparado para decodificar as informações recebidas. (Curran, 2007; Vaz, 2004)

Para avaliar estas questões, foi escolhida uma obra de grande sucesso de público, *Wikinomics*. Lançado em 2006, este “*bestseller* empresarial” ganhou rapidamente as primeiras posições do *ranking* de vendas em jornais como *The New York Times*, *The Washington Post* e *BusinessWeek*. O discurso dos autores é contextualizado a partir de dois textos que consideramos útil: James Curran (2007), *Teoria midiática e cultural na era do liberalismo*, e Charles Taylor, *The Age of Authenticity* (2007).

O *Wikinomics* foi lançado em dezembro de 2006 e foi escrito por Don Tapscott e Anthony D. Williams, dois norte-americanos especialistas em *business strategy*. Virou, rapidamente, um dos livros mais vendidos em todo o mundo e já pode ser adquirido nas versões em áudio e digital¹⁰. Os autores iniciam sintomaticamente a obra lembrando que a

¹⁰ Faltam dados confiáveis sobre a venda, portanto os omito temporariamente, até melhor informação.

revista norte-americana *Time* escolheu, em uma espécie de concurso anual, “você” [*you*] como a pessoa do ano de 2006. Tradicionalmente, é escolhida uma pessoa real (por ex., Barack Obama, em 2008) ou um símbolo de inovação (por ex., “The Computer”, em 1982). “Você” foi em referência à emergência do colaborador *conectado*, que começaria a exercer uma influência decisiva em todos os segmentos sociais, políticos, econômicos e culturais¹¹.

Toda semana (na época do lançamento do livro), registram Tapscott e Williams, o site de troca de informações *MySpace* recebia dois milhões de usuários novos. A cada segundo do dia, ressaltam, um novo blog era criado. “Parecia que ‘*você*’ estava de fato mudando o mundo” (Tapscott e Williams, 2008, prefácio, p. IX)¹². A tese central dos autores é a de que surge com grande força um “novo modelo de produção” que estaria centrado na “mídia gerada pelo usuário” [*user-generated media*] e na “produção entre pares” [*peer production*]¹³. No livro, de caráter declaradamente empresarial, os autores concluem que “as empresas podem estar passando pela maior transformação da história recente” (id.).

O segmento empresarial precisaria apenas entender que, com os custos de colaboração caindo sensivelmente, “companies can increasingly source ideas, innovations, and uniquely qualified minds from a vast global pool of talent” (*Id.*). Sem trazer necessariamente estas mentes brilhantes para dentro da corporação, como se dava no modelo tradicional (ou anterior) empresarial.

Wikinomics reforça a ideia de que a colaboração pela Internet pode trazer a *salvação*. Sem metáforas: “Around the world there are hundreds, probably thousands, of collaborations occurring in which everyone from scientists to schoolchildren are mobilizing to do something about carbon emissions. The 'killer application' for mass collaboration may turn out to be saving the planet, literally” (*Ibid.*, p. X)

De tendência claramente *liberal*¹⁴, os autores destacam ainda que, entre as críticas que

Impressiona, no entanto, o número de executivos de grandes empresas que fazem referência à obra.

¹¹ Para “You”, vide <http://en.wikipedia.org/wiki/You_%28Time_Person_of_the_Year%29>. Para as “pessoas” do ano, para a revista *Time*, vide <http://en.wikipedia.org/wiki/Time_Person_of_the_Year>.

¹² Todas as menções a este livro que estiverem em português são traduções livres deste autor, já que a obra que tomei por referência está na língua original, em inglês. Alguns eu traduzo, outros mantenho na língua materna para manter a fidedignidade quanto à obra.

¹³ Em referência à tecnologia P2P, ou *peer-to-peer*, que possibilita a livre troca de arquivos de qualquer natureza, com possibilidades remotas de controle por um centro, já que utiliza porcentagens pequenas de cada usuário. Desta forma, os “arquivos” trocados não pertencem a nenhum “par” em específico e, ao mesmo tempo, pertence a todos. Tentativas de processar individualmente usuários que disponibilizam grandes quantidades de arquivos de música ou vídeo se mostraram infrutíferas, diante da grande quantidade de pessoas “beneficiadas” por estas trocas.

¹⁴ É importante notar que “liberal”, nos Estados Unidos, tomam um sentido diferente do que entendemos no Brasil. Costumam ser identificados como liberais aqueles atores sociais que estão mais à esquerda, em geral simpatizantes ou membros do Partido Democrata. Aqui, utilizamos o termo no sentido que se aproxima da

receberam, se encontra a de que estariam promovendo uma “economia livre” em que voluntários não remunerados são explorados por corporações que visam aumentar seus lucros. A resposta é no mínimo curiosa: “Few of these critics seem to have noticed that the majority of the people who participate in peer production communities are profiting, sometimes monetarily and other times by using their experience to further their careers or expand their network” (*Ibid.*, p. XI). Algo parecido com a dinâmica da pirâmide para ganhar dinheiro, em que é prometido a todos os participantes da pirâmide, incluindo os que estão na base, uma recompensa pela participação na empreitada, mais cedo ou mais tarde.

Para sistematizar todos os benefícios deste novo modo de produção argumentado na obra, Tapscott e Williams enumeram sete novos modelos de colaboração em massa, sempre argumentando que “pessoas e empresas estão ganhando” [*In every one of the new models of mass collaboration in the book, people and companies are winning*]. Conforme Paulo Vaz (2004), a “previsão” dos autores é um malabarismo conceitual que não resiste a uma contra-argumentação minimamente razoável: “Como qualquer previsão, elas [as esperanças de democratização depositadas na difusão da Internet] operam nesse desnível vital entre o que existe no presente e o que pode existir”. Vaz argumenta que

como o que é possível de existir ultrapassa em muito o que hoje existe, sendo apenas limitado pelo concebível a cada momento histórico, as análises otimistas selecionam nesse vasto conjunto de possibilidades só o que desejam, o que as assemelha às utopias políticas. A diferença com as utopias políticas é que a passagem ao desejável não deriva da ação humana, mas do presumido poder de ação do objeto técnico. (Vaz, 2004, p.126)

A argumentação de Tapscott e Williams também se centra em uma suposta mudança completa de paradigma da sociedade, a partir desta nova plataforma tecnológica denominada *wikinomics*, como fica evidenciado no seguinte trecho

With more than a billion individuals online, *Wikinomics* heralds an *unprecedented* opportunity. Mass collaboration is not only the most significant driver of success in today's marketplaces, it's helping to transform the way we *conduct science, create culture, inform and educate* ourselves, and *govern our communities and nations*. Networked models of collaboration and innovation can bring the prepared manager rich new possibilities to unlock human potential. But to succeed, one must challenge the conventional business wisdom that has companies and other institutions mired in twentieth-century thinking. (ib., p. XII, grifo meu)

O trecho acima é importante porque destaca três características fundamentais.

interpretação econômica. Mais à frente uma análise da influência liberal no entendimento sobre a Internet e sobre o pensamento pós-moderno será relatada.

Primeiro, a utilização da categoria “sem precedentes”, que poderia ser substituída por “nunca na história...”; segundo, a referência a esta nova dinâmica como potencializadora de transformações na ciência, na cultura e na educação. E, por fim, o informe de que apenas conseguirão alcançar a salvação aqueles que “desafiarem” as lógicas obsoletas do “pensamento do século vinte”, conforme concluem no prefácio, em uma passagem notavelmente semelhante a uma mensagem religiosa: “Organizations that heed the principles of wkinomics are thriving, succeeding, and profiting – not to mention doing good things. We hope you and your organization do so as well”¹⁵ (id.). A última frase poderia ser: “Venha para a nossa igreja! Junte-se à nossa oração!”

Há também anúncios do futuro que já chegou, conforme iremos abordar mais à frente, como na página 10: “Welcome to the new world of wkinomics where collaboration on a mass scale is set to change every institution in society”.

Aqui há outro fator importante, a partir de uma observação de Charles Taylor. Os autores questionam, durante boa parte do livro, a hierarquia que atualmente vigora nas grandes empresas. “Throughout *history corporations* have organized themselves according to strict *hierarchical lines of authority*. Everyone was a subordinate to someone else – employees versus managers, marketers versus customers, producers versus supply chain subcontractors, *companies versus the community*. There was always someone or some company in charge, controlling things, at the “top” of the food chain” (*Ibid.*, p.1, grifo meu). Segundo o contra-argumento apresentado no livro, “mudanças profundas” na “natureza da tecnologia, na demografia e na economia global” estão abrindo espaço para “novos modelos poderosos de produção baseados nas comunidades, colaboração e auto-organização, mais do que apenas hierarquia ou controle”.

Uma curiosidade: os próprios autores informam que suas pesquisas, a despeito do que argumentam, foram efetivadas após um investimento de nove milhões de dólares, em seis anos, financiados por empresas interessadas em saber como poderiam se utilizar deste novo “ambiente P2P”. Também informam que os resultados possuem propriedade, ou seja, não serão disponibilizados ao público. Para, em seguida, confortar os leitores e “esclarecer”: “However, our work with these companies inspired us to *devote* weekends and evenings to write a book that would take this work to the next level and inspire a broad audience to apply

¹⁵ “As organizações que acatam os princípios da wkinomics estão prosperando, fazendo sucesso e lucrando - para não mencionar as coisas boas que estão realizando. Esperamos que você e sua organização assim o faça”.

its ideas, frameworks, and guidelines. We conducted more than one hundred interviews and discussions with key players in this revolution” (*Ibid.*, p.3, grifo meu).

O romantismo (certamente voluntário) de Tapscott e Williams, que comentarei mais à frente, vem juntamente com a descrição da metodologia “colaborativa”. Eles explicam que, devido a frequentes viagens, tinham que fazer reuniões por Skype, “talking, exchanging material, or being silent as appropriate”. E concluem: “At times it felt like we were in the same room”. (*Id.*)

Outra característica notável é a visão estritamente empresarial da obra. A primeira descrição é a de um dono de uma empresa (CEO) que utiliza a colaboração de massa para encontrar ouro e recuperar os lucros de sua empresa, a despeito da “desconfiança” dos geólogos que lá trabalhavam. A Goldcorp conseguiu transformar, concluem, 100 milhões de dólares investidos inicialmente na colaboração de massa em nove bilhões de dólares, quase que exclusivamente por meio das dicas de internautas especialistas.

O acesso crescente às tecnologias de informação, calculam, coloca as ferramentas para colaborar, criar valor e competir “na ponta dos dedos de todos” [*everybody's fingertips*], o que conseqüentemente “liberaria as pessoas a participar na inovação e na criação de riquezas em todos os setores da economia” (*Ibid.*, p.11), o que de certa forma ignora a desigualdade entre os *inforicos* e os *infopobres*, termos utilizados no *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano* (PNUD, 1999¹⁶), chamando a atenção para a crescente marginalização informacional entre os países e no interior de cada país. Conforme lembra Mattelart (2006, p.155-157), com base no relatório, um terço da humanidade não dispunha, à época, nem sequer de eletricidade. A deficiência no acesso à telefonia segue o mesmo caminho e, mesmo na Índia – segundo maior exportador de *softwares* de informática –, a taxa de penetração da Internet para o conjunto do país atingia apenas 0,25% da população.

A retórica em *Wikinomics* se assemelha a enunciados binários simplificadores. Os autores repetem durante as vinte primeiras páginas frases parecidas, trocando apenas a ordem e disposição das palavras, fazendo uso constante de trocadilhos como “Age of Participation” e “weapons of mass collaboration” (Tapscott e Williams, 2008, p.11). Na mesma proporção em que o ex-presidente norte-americano George W. Bush e seu secretariado utilizam o discurso de que “aqueles que não estão conosco estão contra nós”, Tapscott e Williams afirmam: “This is giving rise to new collaborative capabilities and business models that will empower the

¹⁶ Video <http://www.pnud.org.br/rdh/>

prepared firm and destroy those that fail to adjust” (id.). Ou ainda: “[...] a world where only the connected will survive. A power shift is underway, and a tough new business rule is emerging: Harness the new collaboration or perish. Those who fail to grasp this will find themselves ever more isolated – cut off from the networks that are sharing, adapting, and updating knowledge to create value” (ib., p.12).

Outra ideia comum é, conforme referência anterior, a antecipação de futuro. “Twenty years from now we will look back at this period of the early twenty-first century as a critical turning point in economic and social history. We will understand that we entered a new age, one based on new principles, worldviews, and business models where the nature of the game was changed” (ib., p.19).

2.13 Cibercultura e o liberalismo contemporâneo

Em *Teoria midiática e cultural na era do liberalismo* (2007), James Curran descreve quatro influências fundamentais da pesquisa no campo dos estudos culturais e midiáticos. O primeiro foi a queda do Muro de Berlim, e tudo o que representou tal acontecimento. Curran lembra que ganha força a tese do “fim da história” de Francis Fukuyama (1992), remetendo a uma união deliberada que passou a ser realizada com frequência, à época, entre democracia e capitalismo. Isso teria influenciado diversos intelectuais, dado o momento dramático para a crítica radical ao capitalismo ou a apresentação de alternativas ao modelo liberal.

Um outro acontecimento importante teria sido a efervescência cultural dos anos 1960. “No coração daquela revolta, estava a afirmação do individualismo” (Curran, 2007, p.17). A questão fundamental era, naquele momento, apontar para uma valorização dos atores sociais e, portanto, afirmar identidades. Esta foi a forma de negros, mulheres, homossexuais e jovens, entre outras “minorias” – do ponto de vista político, cultural e social – rejeitarem o racismo, a repressão sexual, a desigualdade social e a hierarquia social.

Ao mesmo tempo em que se tratava, portanto, de uma afirmação vista como progressista, também era uma rejeição ao “coletivismo representado pela democracia social tradicional” (ib., p.18). O individualismo se tornou uma das bandeiras da direita, a partir dos anos 80, vinculando sempre que possível a liberdade individual a valores de mercado.

Curran ressalta a ascensão das mulheres como o terceiro acontecimento, com

importantes conquistas políticas, inclusive em termos acadêmicos. E, por fim, a quarta principal influência teria sido a intensificação da globalização, com a redefinição (por exemplo) do conceito de *Nação* e a representação desta como culturalmente construída. Ou, para utilizar um conceito de uso recorrente, o problema da desterritorialização dos espaços tradicionais, incluindo aí as Nações.

Outros autores, como Antoun (2009, p.113), enfatizarão o debate sobre disciplina e controle, afirmando, a partir de Michel Foucault, que “a fuga da disciplina é uma experiência bastante diferente da resistência”. Para Antoun, “enquanto o diagrama disciplinar vigorou, quando a resistência se aliava à fuga, o indivíduo era confinado nas instituições-limite – a cadeia, o hospício e o hospital –, sendo recompensado com sua aniquilação” (id.). Tudo o que era passível de submeter alguém ao exame disciplinar, resume, foi paulatina e massivamente eliminado pelos jovens e pelas mulheres.

Hardt e Negri (2001) citam o exemplo dos jovens nos países capitalistas em particular, onde a margem de liberdade proporcionada e obtida pelos trabalhadores seria maior:

[Nestes países,] a recusa do regime disciplinar da fábrica social foi acompanhada de uma reavaliação do valor social de todo o conjunto de atividades produtivas. O regime disciplinar claramente já não conseguia conter as necessidades e os desejos dos jovens. (...) A recusa em massa do regime disciplinar, que assumiu uma variedade de formas, foi não só uma expressão negativa mas também um momento de criação, o que Nietzsche chama de transvaliação de valores. (Hardt e Negri, 2001, p.294)

Antoun argumentará que, aliado a esta mudança, está o nascimento da cibernética, do *design*, da informática e da microfísica no início do século XX, “toda uma série de saberes que hoje constituem a face estratificada do diagrama do controle”, onde vigoram “as novas relações de poder e suas resistências”. (Antoun, 2009, p.114)

2.14 Revisionismo teórico e “desconstrutivismo”

Na questão da redefinição conceitual das abordagens acadêmicas, James Curran demonstra como, a partir dos anos 1970, “gênero e grupos étnicos passaram para a um primeiro plano, enquanto as classes sociais saíram de foco”. A mudança principal se deu na medida em que “a ligação entre a luta cultural e uma estratégia coletiva visando o controle político do Estado, ressaltada pelo próprio Gramsci, quase desapareceu” (ib., p.20-21).

Também importa, neste sentido, a avaliação de Habermas: a *esfera pública* que conceitua teria sido “colonizada no período subsequente [*pós séc. XVIII, quando teria surgido*] por um Estado expandido e por poderosos interesses corporativos”. Segundo Habermas, “a mídia moderna caiu sob a influência das relações públicas, da publicidade e dos grandes negócios, oferecendo um consumismo raso, um espetáculo político vazio e um pensamento conveniente e pré-empacotado” (Curran, 2007, p.21).

A questão de Curran continua a mesma, neste caso: como se deu a mudança no campo acadêmico e a interpretação pouco precisa de determinados autores. “A moda intelectual e os intelectuais conscientes da moda haviam mudado” (ib., p.22), conclui.

A partir deste quadro teórico, de *prestação de contas com o marxismo*, autores como Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard ganharam peso para designar um mundo social de natureza fragmentada, indicando a impossibilidade de teorias gerais da história (Lyotard), ao passo que proclama que a “circulação em massa de imagens transformou o mundo numa sala de espelhos, levando a uma implosão de sentidos” (Baudrillard). Em outras palavras, o “desconstrutivismo” passou a ser a nova categoria geral que determinava toda e qualquer análise razoável, deslocando as análises do coletivismo para a política estética.

Sintomaticamente, em *Wikinomics*, Tapscott e Williams falam justamente da ameaça do *coletivismo*, sugerida a princípio por Bill Gates. “Many top executives are lining up alongside Gates to harpoon what they see as newfangled 'communists' in various guises” (Tapscott e Williams, 2008, p.16) [algo como: *Muitos executivos estão se alinhando a Gates para indicar o que veem como um novo comunismo, sob diversos disfarces*].

Os autores de *Wikinomics* “esclarecem” que “it must be said that mass collaboration and peer production are really the polar opposites of the communism that Gates and Lanier despise”. Enquanto o coletivismo

envolve coerção e controle centralizado, a ação coletiva envolve a autoseleção escolhida livremente e coordenação distribuída [*freely chosen self-selection and distributed coordination*] (...) ao passo que o comunismo reprime o individualismo, a colaboração em massa é baseada em indivíduos e e companhias fazendo um extenso uso da computação distribuída e das tecnologias da comunicação para alcançar resultados compartilhados por meio de associações voluntárias livres. (*Ibid.*, p.17)

Para os confiantes autores, esta seria uma possibilidade “to make governments more accountable and lift millions of people out of poverty” (id.).

A partir da conceituação de populismo cultural, Curran aponta a existência de um

“novo meio social e cultural entremeando sentidos comuns e construções de identidade, que interrompe, deflete, divide ou transforma por fora ou estilhaça a comunicação” (Paul Willis, *Common Culture*, 1990 *apud* Curran, 2007, p.25). O mercado seria, portanto, libertador e forneceria “o material bruto que as audiências trabalham e transfiguram como produtoras ativas de sentido”, além de “subverter certezas e convenções passadas” e oferecer um “material melhor e mais livre para a construção de segurança e coerência na busca pela auto-atualização”. E, finalmente, o “encontro da coerência com a identidade (...) acontece nos momentos de lazer, não nos de trabalho, através de mercadorias, não de partidos políticos, privadamente, não coletivamente” (id.).

A edição de *Wikinomics* é, de certa forma, uma reedição dos conceitos de Willis, a partir das possibilidades de “empoderamento” (*empowerment*¹⁷), ou seja, de “dar poder a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas” (Valoura, 2006), e de “empreendedorismo”¹⁸ dos cidadãos, ou seja, na habilidade de gerar riquezas por meio da transformação de conhecimentos e bens em novos produtos.

Curran informa que, curiosamente, Willis é proveniente de uma tradição de extrema-esquerda, com foco na auto-realização do indivíduo – segundo Curran, “uma vertente da cultura radical dos anos 1960 que provou ser politicamente móvel durante a década de 1980”, incluindo a adesão às reformas dos governos Reagan e Thatcher.

A análise de Curran também inclui, no que diz respeito ao que denomina “teoria cultural e midiática revisionista” (2007, p.28), o advento da Internet, da rede e da revolução digital, tópico que particularmente interessa neste trabalho. Há diversas formas de identificar as “novas mídias” e as redes, quase sempre com o foco no *empoderamento* e no *empreendedorismo* acima mencionados.

As novas mídias e as redes estariam expandindo a diversidade das mídias¹⁹, promovendo uma cultura de demanda dirigida ao usuário, na qual as pessoas não aceitam mais o que é empurrado a elas por conglomerados midiáticos²⁰, transferindo poder às pessoas e facilitando a construção de subjetividades emancipadas²¹, promovendo o ativismo global e novas formas de políticas progressivas²², facilitando novos experimentos empolgantes em

¹⁷ Vide <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Empowerment>>

¹⁸ Vide <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>>

¹⁹ Compaine e Gomery, 2000 *apud* Curran, 2007, p.29.

²⁰ Negroponto, 1995 *apud* Curran, 2007, p.29.

²¹ Poster, 2001 *apud* Curran, 2007, p.29.

²² Donk et al., 2004 *apud* Curran, 2007, p.29.

*democracia eletrônica*²³, trazendo vida a uma *vila global gay*, um paraíso para apoio prático e emocional para minorias sexuais que eram perseguidas ou rejeitadas ao redor do mundo²⁴.

“O avanço generalizado desse tipo de literatura não deixa espaço para dúvidas de que o nosso sistema midiático tem sido maravilhosamente enriquecido pela adição das novas mídias” (ib., p.29), ironiza Curran. “As inúmeras descrições celebratórias do campo” exageram “o poder popular sobre as mídias, ao mesmo tempo que reduz a influência das mídias sobre o público”, por meio de uma “influência neoliberal” que “tem promovido impressões favoráveis do mercado” (ib., 30).

Curran alerta que a maioria dos pesquisadores dos estudos culturais na Grã-Bretanha não sustenta uma dimensão econômica nos seus trabalhos. Basta lembrar das argumentações recorrentes em *Wikinomics* que não citam quaisquer dados empíricos, conforme trecho já citado: “*Few of these critics seem to have noticed that the majority of the people who participate in peer production communities are profiting*”. E remetem à própria “metodologia” de boa parte destes *best-sellers*, baseados em “cases” de sucesso, o que permite voltar a atenção para casos efetivamente bem sucedidos, em detrimento de uma análise mais sóbria. *Wikinomics* novamente não foge a esta regra.

O autor conclui que muitos estudos sobre as novas mídias celebram as novas possibilidades tecnológicas do modo acrítico, minimizando restrições sociais e implicações políticas (como o enfraquecimento do Estado-nação), além de dar por garantida a perfeita adaptação das sociedades à cultura *web*, ao adotar a perspectiva do populismo cultural. Curran alerta que o legado pré-mercado que marcou o surgimento da Internet, principalmente a partir de universidades, “está sendo agora desafiado por atividades colonizadoras de conglomerados midiáticos estabelecidos e pelo diversificado crescimento do comércio pela internet (...) Até mesmo a ideia de que o mundo virtual tem uma economia política é estranha à maioria dos estudos das novas mídias” (ib., p.34).

Em suma, Curran afirma que

O liberalismo de mercado vê a sociedade primordialmente como um agregado de cidadãos, em vez de ter uma visão mais abstrata em termos de grupos sociais. É reforçada a ideia de que as pessoas vivem em sociedades abertas, livres das amarras associadas às classes sociais, pois o mercado é uma força equalizadora que promove a igualdade de oportunidades em prol da eficiência. Trabalho duro, talento e empreendedorismo são recompensados, dentro de sociedades de mercado, como uma forma de promover a criação de riqueza, no interesse de todos. (id.)

²³ Tsagarousianou et al., 1998 *apud* Curran, 2007, p.29.

²⁴ Gross, 2003 *apud* Curran, 2007, p.29.

Este tipo de propaganda liberal pós-moderna pode ser representada pela metáfora da “ponta dos dedos de todos”, acima citada, que afirma que o acesso crescente às tecnologias de informação coloca as ferramentas de colaboração, criação de valor e competição na ponta dos dedos de todos [*everybody's fingertips*], o que conseqüentemente “libera as pessoas a participar na inovação e na criação de riquezas em todos os setores da economia” (Tapscott e Williams, 2008, p. 11).

2.15 'Inflexão individualista na cultura' e autenticidade em tempos de Internet

Há pelo menos quatro décadas parece haver “uma inflexão individualista na cultura” (Vaz, 2004), a partir da hipótese de que os indivíduos estariam “cada vez mais livres das obrigações identitárias que decorriam da pertinência à família ou à classe” (id.).

Charles Taylor, em *The Age of Authenticity* (2007, p.473), exemplifica: “A majority of Americans believe that communities are eroding, families, neighbourhoods, even the polity; they sense that people are less willing to participate, to do their bit; and they are less trusting of others”. O autor destaca ser esta uma impressão não necessariamente acadêmica, porém sintomática.

As interpretações para este fenômeno são variadas, mesmo que o próprio fenômeno não seja *homogêneo*. Desde valorações de caráter (egoísmo e hedonismo) até julgamentos mais otimistas (caso das argumentações mais pragmáticas, que veem uma valorização do ser humano). Para Taylor, a partir da década de 1960, com o que denomina revolução individualista – ou “individuação revolucionária” [*individuating revolution*] –, houve uma valorização dos espaços privados. “People concentrated more on their own lives, and that of their nuclear families (...) And in this newly individuated space, the costumer was encouraged more and more to express her taste, furnishing her space according to her own needs and affinities, as only the rich had been able to do in previous areas” (Taylor, p.474).

Wikinomics dialoga bem com este contexto, porém sugerindo que os avanços tecnológicos seriam, antes mesmo de influenciados por fatores culturais anteriores, responsáveis em si por uma mudança de paradigma. Ao abordar o tema da *autenticidade*, Taylor explica que está se referindo a um entendimento que surge com o expressivismo

romântico do final do século XVIII, ideário que se realizou como resposta à razão iluminista instrumental – ou, na sua forma contemporânea, a qualquer modelo que tenta se impor de fora para dentro por abstrações como a sociedade, a geração anterior, a religião ou a autoridade política.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, indica Taylor, ganha expressividade a ideia de que cada pessoa pode e deve ser “você mesma”, “do your own thing”, “be yourselves in the world of today”, bem como as terapias que surgem a partir dos anos 1970 prometendo “help you find yourself, realize yourself, release your true self”, e por aí vai. (Taylor, *op.cit.*, p.475)

É desta premissa que Tapscott e Williams não abdicam, ao apontar que são justas as preocupações com o “coletivismo” e com o “novo comunismo” que poderia surgir a partir da colaboração em massa.

A ideia do *true self* não é nova, no entanto, e talvez seja mesmo anterior ao século XVIII. As implicações sociais e culturais é que parecem ter mudado. Mas, de qualquer forma, já era possível identificar uma busca pelo autêntico, por exemplo, nos ensaios do Michel de Montaigne (1533-1592), quando este explica porque um determinado relato tem mais valor:

[...] O homem que tinha a meu serviço, e que voltava do Novo Mundo, era simples e grosseiro de espírito, o que dá maior valor a seu testemunho. As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação, persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram, e para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos.

A informação objetiva, nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não tenham imaginação para inventar e justificar suas invenções e igualmente que não sejam sectárias.

Assim era o meu informante, o qual, ademais, me apresentou marinheiros e comerciantes que conhecera na viagem, o que me induz a acreditar em suas informações sem me preocupar demasiado com a opinião dos cosmógrafos. Fora preciso encontrar topógrafos [*exploradores*] que nos falassem, em particular, dos lugares por onde andaram. Mas, porque levam sobre nós a vantagem de ter visto a Palestina, reivindicam o privilégio de contar o que se passa no resto do mundo.

Gostaria que cada qual escrevesse o que sabe e sem ultrapassar os limites de seus conhecimentos; e isso não só na matéria em apreço, mas em todas as matérias. Há quem tenha algum conhecimento especial ou experiência do curso de um riacho, sem saber de resto mais do que qualquer um, e no entanto, para valorizar sua pitada de erudição, atira-se à tarefa de escrever um tratado acerca da configuração do mundo. Este defeito muito comum acarreta graves inconvenientes. (Montaigne, 2002 [1580], p.258-259)

Não havia um conceito de autenticidade tal como ele se concretiza a partir do século XIX, porém a busca por relatos mais verdadeiros, a partir de um homem que possui uma fala mais “pura” e “simples”, já aparece aqui. E essa aproximação com o *outro*, seja este um dito

“selvagem” ou alguém do outro lado da rua, é um dos benefícios proclamados da Internet, tema que veremos mais à frente.

Taylor comenta a importância do questionamento das dicotomias nos anos 1960, como trabalho e diversão, razão e sentimento, trabalho intelectual e trabalho braçal – ou seja, a oposição entre o “velho” e o “novo”. Ele chama atenção ainda para a obra de David Brooks, *Bobos in Paradise: The New Upper Class And How They Got There* (2000), que descreve os norte-americanos dos anos 1990 descendentes dos *yuppies*²⁵ (“young urban professional” ou “young upwardly-mobile professional”, profissionais de meia idade da classe média alta). Esta “geração” teria feito as pazes com o capitalismo e com a busca por produtividade, porém valorizando valores como “desenvolvimento pessoal” e “auto-expressão”. Para Taylor, esta seria a síntese de uma geração que andou de mãos dadas com as políticas de Reagan e Thatcher. Eram caracterizados pelo estilo de vida de grande mobilidade [*highly mobile lifestyle*].

Além disso, assim como os autores de *Wikinomics*, os “Bobos”²⁶ também tinham como anseio a melhoria da vida de toda a população e um retorno a relações comunitárias mais verdadeiras. Taylor aponta que, apesar da adesão ao capitalismo e à produtividade, esta espécie de “subcultura capitalista” (p.478) não é totalmente aceita entre ricos e poderosos. Um dos pontos centrais questionados pelos autores de *Wikinomics*, a hierarquia corporativa, é aqui lembrada por Taylor como um fator de disputa. “There still exists a culture of the big vertical corporations; and there is a tension between the two” (id.).

Taylor questiona o esvaziamento, na contemporaneidade, da palavra “escolha” [*choice*], por supor que a liberdade de “escolha” está acima de qualquer parâmetro social. Uma *escolha* ora é vista como um mero arroubo de egoísmo – tal como na crítica conservadora à excessiva liberdade individual contemporânea –, ora como reduzida à escolha do consumidor. Nestas visões, argumenta Taylor, o sentido político de “escolha”, como algo que empresta responsabilidades e consequências, é praticamente anulado. O *poder de escolha* ao qual nos remete o pensamento pós-moderno seria, conclui o autor, a-histórico e descontextualizador (Taylor, p.480-481).

Quando Tapscott e Williams falam da maior liberdade de escolha, caem em dois equívocos voluntários: focam na escolha dos consumidores – que denominam não mais *consumers*, mas *prosumers* –, ao passo que desconsideram que a qualidade e a quantidade de

²⁵ Vide <<http://en.wikipedia.org/wiki/Yuppie>>

²⁶ Vide <http://en.wikipedia.org/wiki/Bobos_in_Paradise>

“escolhas” depende de uma variável consideravelmente extensa de fatores culturais, políticos, sociais e econômicos.

Outra ideia fixa dos autores de *Wikinomics* reside na ideia de que a colaboração em massa é um fator de mudança de paradigma sem igual – vide o subtítulo, *How Mass Collaboration Changes Everything*. Taylor denomina a “fusão” este momento típico em que uma grande quantidade de pessoas estão reunidas, como numa partida de futebol ou durante o carnaval. “Durkheim gave an important place to these times of collective effervescence as founding moments of society and the sacred. In any case, these moments seem to respond to some important felt need of today's 'lonely crowd'.” (Taylor, p.482) Ele procura diferenciar a categoria “common action”, como numa reação popular à polícia, e “common feeling”, em que um grande número de pessoas é “tocada” coletivamente, movida como se fosse uma, e

sensing ourselves as fused in our contact with something greater, deeply moving, or admirable (...) This brings us back into the category of the 'festive', which I invoked above: moments of fusion in a common action/feeling, which both wrench us out of the everyday, and seem to put us in touch with something exceptional, beyond ourselves. Which is why some have seen these moments as among the new forms of religion in our world. (Taylor, 2007, p.483)

O “prosumer”, em outros termos, aparece na análise de Taylor. Um tênis Nike pode dizer algo sobre o que queremos ser ou parecer, o tipo de “agente empoderado” [*empowered agent*] que pode usar o “just do it!” como lema. Cria-se, com isso, uma identificação direta com os principais heróis do esporte. “Agindo desta forma, me junto a outros milhões para expressar minha '*individualidade*'. Além disso, eu me expesso dessa forma me vinculando a algum mundo superior, o lugar das estrelas e dos heróis, o que é amplamente uma idealização fantasiosa” (id.).

Além dos palácios do consumo do qual fala Taylor, a construção de lugares fantasiosos também poderia, em alguns casos, se alargar para o “ciberespaço”, uma tentativa de criar um *locus* de sociabilidade humana. Taylor conclui que todo *conformismo* e *alienação* pode parecer, por fim, *escolha* e *autodeterminação*, não apenas porque os espaços de consumo oferecem a “escolha celebrativa das múltiplas opções”, mas também porque carrega algum estilo consigo, fazendo o *consumidor* se sentir quebrando um espaço de confinamento, como a família ou outra forma de tradição.

Apesar dos diversos trabalhos que procuram ampliar os debates acerca da Internet, *Wikinomics* consegue achar bastante espaço junto a um público que se pretende *global* e que

busca reforçar sua *globalidade* a partir de fantasias reforçadas pelo discurso liberal pós-moderno. Este discurso parece ser, na verdade, reapropriado por teóricos adeptos do determinismo tecnológico, já que se encontrava largamente disponível antes mesmo do advento da rede mundial de computadores.

A potencialização das ilusões de desterritorialização e da fantasia do mundo *na ponta dos dedos de todos* colaboram, em parte, para a conclusão tida como geral de que a Internet é um meio mais democrático do que os meios de comunicação da massa. A sanha liberal reside no fato que, qualquer que seja a premissa, a ênfase da Internet não pode residir nas formas de coletivismo e de organização de movimentos sociais na rede, visto que a *web* é um espaço para expressão de milhões de *individualidades*.

O discurso liberal acerca da Internet está voltado para a ideia de que esta é fragmentada, individualista e desterritorializada. A principal utopia hegemônica da rede mundial de computadores reside na ideia de que a própria sociedade ultraliberal – aquela na qual “há apenas indivíduos”, conforme declarou a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher – poderá se realizar na *web*.

É sobre os diversos enunciados que construíram estas e outras utopias sobre uma rede mundial de comunicação que falaremos na próxima seção.

3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

3.1. Novas tecnologias e antigas crenças

Ao realizar uma pesquisa com o ponto de partida sendo a palavra-chave “sociedade da informação”, utilizamos uma ferramenta atualmente muito conhecida, desenvolvida por uma empresa de capital majoritariamente norte-americano, prestadora de serviços na Internet, a *Google*, com sede também nos Estados Unidos. Este empresa tem uma participação importante no mundo “real” dos negócios, apesar de sua especialização no mundo “virtual”: no segundo semestre de 2007, as ações ordinárias da empresa estavam cotadas a US\$ 650 cada.

A própria *Google* é um caso frequentemente estudado, dada a participação ativa que desempenhou na nova economia vinculada à Internet. Para 2011, a empresa anunciou que vai contratar mais de 6.200 trabalhadores, aumentando a sua força de trabalho em 25%. Ao final de 2010, a *Google* empregava 24.400 funcionários. A empresa criada por Larry Page e Sergey Brin possuía até então mais de 60 escritórios em 30 países²⁷.

O próprio presidente dos EUA, Barack Obama, havia feito um discurso horas antes do anúncio da empresa, falando na necessidade de criar mais empregos e investir nos domínios das tecnologias da informação. “Somos a nação do *Google* e do *Facebook*”, afirmou Obama. “Trinta anos atrás, não podíamos saber que a Internet levaria a uma revolução econômica. O que podemos fazer é incentivar a criatividade e a imaginação de nosso povo. Somos a nação do *Google* e do *Facebook*. Na América, a inovação não apenas transforma nossas vidas. É como ganhamos a vida”²⁸. O próprio diretor-executivo da *Google*, Eric Schmidt, integrou um grupo de empresários consultados por Barack Obama no início de 2011, sobre as estratégias a seguir para relançar a economia.

Continuando em nossa “busca”, o resultado remete a 4.020.000 (quatro milhões e vinte mil) páginas na Internet, em 0,16 segundos – indicando respectivamente o excesso e a velocidade que marcam a *web*. Estão organizadas em tópicos, de modo hierárquico – as mais *importantes* aparecem primeiro. Os critérios são definidos por um algoritmo, ou “sequência

²⁷ ABRANTES, Talita. *Google vai contratar 6,2 mil pessoas em 2011*. Exame.com, 26 jan. 2011. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/carreira/google-esta-contratando-26012011-15.shl>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

²⁸ MANGUEIRA, Clarissa. *Google vai contratar mais de 6 mil pessoas em 2011*. Agência Estado, Nova York, 26 jan. 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/not_52480.htm>. Acesso em: 01 fev. 2011.

ordenada de operações elementares extraídas de um repertório finito de operações executáveis em um tempo dado” (Mattelart, 2006, p.12).

O primeiro resultado é uma página que conceitua o termo “sociedade da informação”, de modo breve. Esta conceituação está hospedada numa iniciativa igualmente “virtual” denominada Wikipédia, uma enciclopédia multilíngue *online*, colaborativa, ou seja, escrita por várias pessoas comuns em diversas regiões do mundo, sendo mais de 99% delas voluntárias – algumas poucas são pagas apenas para manter o *software* funcionando, outras para manter o servidor²⁹. Para quem pretende investigar a fundo e conceituar a “sociedade da informação”, a busca no Wikipédia se demonstra ineficaz³⁰. Pode ser útil, no entanto, para aqueles que desejam ter apenas uma ideia introdutória e geral sobre o tema, e eventualmente buscar referências para consultas mais amplas.

O caminho para que a humanidade alcançasse esse desenvolvimento digno de nota, frequentemente vinculado à denominada *sociedade da informação*, foi longo e cheio de nuances – que ainda hoje repercutem nas próprias ferramentas interativas e, principalmente, nas pessoas que fazem uso delas.

Castells observou que durante a maior parte da história humana, por exemplo, as *redes* foram ferramentas de organizações capazes de congregar recursos em torno de metas centralmente definidas, alcançadas através da implementação de tarefas em cadeias de comando e controle verticais e racionalizadas. “As redes eram fundamentalmente o domínio da vida privada; as hierarquias centralizadas eram o feudo do poder e da produção” (Castells, 2003, p.7). Atualmente, seria possível argumentar – conforme expõe o autor – que a introdução de tecnologias de informação e comunicação permitiu às redes “exercer sua flexibilidade e adaptabilidade”, afirmando assim “sua natureza revolucionária”?

Nosso objetivo nesta seção será o de sistematizar as questões pertinentes às novas ferramentas tecnológicas de caráter pretensamente *comunicacionais* em seu contexto *sociocultural*, passando portanto pela análise das sociedades e suas tecnologias a partir de um quadro mais amplo. Trata-se, portanto, de dar atenção a temas como padronização da língua, imaginários sociais, geopolítica, redes, mundialização e sociedade civil, entre outros temas subjacentes.

²⁹ A Wikipédia voltará a ser tema deste trabalho na seção seguinte.

³⁰ Wikipédia. Sociedade da Informação. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_da_inform%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 jan. 2011.

3.2 Da filosofia à visão instrumentalista

A presença maciça de um determinado otimismo no que diz respeito às “novas mídias” está longe de ser um acontecimento “natural”, fruto do desenvolvimento evolutivo das *tecnociências*. Muito menos se pode dizer que estamos mais próximos de uma democracia real e participativa, dada a “realidade” de um acesso em massa – mesmo que incipiente – às ferramentas até pouco tempo atrás restritas primeiro a setores militares e à comunidade científica.

Para Mattelart (2006), a própria padronização da língua, que serve de distinção entre os povos, é um elemento de uniformização do mundo. A visão *tecnolibertária* idealiza a sociedade em torno do conceito de “aldeia global” de Marshall McLuhan e funciona a partir do “mito da tecnologia salvadora”, que por sua vez esconde um esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar em escala planetária. O autor aponta que a “utopia moderna de uma linguagem mundial nasceu muito antes que a linguagem informática cristalizasse o projeto de uma língua universal” (*Id.*).

Os questionamentos se centram no âmbito da *cultura*, e não tanto da tecnologia disponível, dado que há distintos interesses políticos e sociais em negociação. A tecnologia se apresenta, em distintos casos, como uma narrativa *naturalizante* do jogo social, como se as forças sociais que ora se apresentam pudessem ser dizimadas pela homogeneização do mundo em uma plataforma global. É um esquema parecido com a visão do “mercado” como força única e detentora de um poder tão universalizante que se propõe a acabar com as noções de História e Ideologia.

A análise histórica e conceitual de Mattelart remete ao “culto ao número”, que circunscreve a ideia de uma sociedade regida pela informação. Um pensamento do enumerável e do mensurável, “protótipo de todo discurso verdadeiro ao mesmo tempo que instaura o horizonte da busca da perfectibilidade das sociedades humanas” (p.11). O algoritmo, neste sentido, é um modo de organizar o pensamento, e com isso Mattelart referencia Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) como uma espécie “santo padroeiro” da cibernética (Wiener, 1948 *apud* Mattelart, 2006, p.11-12). Conforme Mattelart:

As reflexões do filósofo e matemático alemão sobre a natureza da lógica marcam efetivamente uma etapa essencial da ideia segundo a qual o pensamento pode se manifestar no interior de uma máquina. Leibniz aproxima-se da automatização da razão ao elaborar uma aritmética binária (1679) e um *calculus ratiocinator* ou “máquina aritmética” (1673). Uma

calculadora mais aperfeiçoada que a de Blaise Pascal. Descobrir um “ponto” a partir do qual tudo é ordenado: é o princípio que guia Leibniz em sua procura de “novas bússolas do saber”. (p.12)

Este princípio pode ser observado em ferramentas como a busca por palavras-chave da Google, em que uma palavra pode ser “buscada” no *universo* de outras milhares de páginas. Concomitantemente, a ferramenta ainda dá, por exemplo, indicações de outras palavras-chave conexas e até mesmo uma possível correção, caso o usuário tenha cometido um erro na digitação. Este *universo* é finito e filtrado a partir de elementos socioculturais e políticos, apesar de efetivamente representar uma abertura para um conjunto de informações antes impossíveis de serem acessadas.

Do ponto de vista econômico, esta busca por uma metodologia mais eficiente de cálculos respondia, em parte, “às exigências da formação e do desenvolvimento do capitalismo moderno”:

Com as operações além-mar, emerge um mercado de coleta, de arquivamento, de tratamento burocrático e de difusão de dados destinados aos negociantes, financistas e especuladores. A navegação marítima exige a construção de navios mais eficientes. O cálculo das longitudes torna-se um laboratório privilegiado para o aperfeiçoamento do mecanismo relojoeiro, ancestral longínquo do artefato programado. (Mattelart, p.13)

Antes de Leibniz, Francis Bacon (1561-1626) é outro filósofo (mais tarde chanceler da Inglaterra) que destaca: “A virtude dos números é tripla: lê-los e escrevê-los não exige muito trabalho; é impossível decifrá-los; e, em certos casos, eles estão além de qualquer dúvida” (Bacon, 1996, p.232 *apud* Mattelart, 2006, p.13). Este postulado data de 1605 e Bacon refere-se às inovações registradas na arte da codificação e da decodificação. Conforme Mattelart, a problemática da ciência das linguagens secretas será um dado recorrente da história que conduz às máquinas inteligentes do século XX.

O projeto de Leibniz é, fundamentalmente, uma *busca de uma língua ecumênica*. O desejo do filósofo é o de “contribuir para a aproximação dos povos, para a unificação não apenas da Europa, mas também do 'gênero humano por inteiro’”, a partir da tradição do humanismo cosmopolita, inscrito em um pensamento religioso.

Leibniz expôs, em 1703, o mecanismo da redução dos números aos mais simples princípios, como 0 e 1, que ele “inventa” neste momento. Informou, no entanto, que um sistema combinatório parecido com o seu já estava em vigor havia quatro mil anos na China de Fo-Hi. A tentativa de Leibniz é a de “resolver a imperfeição das linguagens naturais, fontes

de discórdia e obstáculos à comunicação”. Não é por coincidência que o filósofo também almejava atrair a China para a *Respublica christiana*. René Descartes (1596-1650) também tentou elaborar, em 1629, uma nova língua concebida por meio de um sistema decimal de numeração. A partir desta premissa amplamente aceita de planificação das sociedades, diversos autores passam a procurar “soluções” dentro desta perspectiva.

Este ideal também passa a ser utilizado, em dado momento, pelos Estados modernos, a partir da conceituação da “ciência útil”. A partir dos tratados de Westfalen (1648), que inauguram o conceito moderno de Estado-nação, organizar estes novos territórios e suas populações é uma questão central. O cálculo de probabilidades, lançado por Pascal e Huyghens por volta de 1660, torna-se “uma nova forma de objetivação das sociedades humanas”. A primeira definição oferecida por Gottfried Achenwall (1719-1772) da “estatística” molda-se nessa tradição pragmática: é a “ciência do Estado” (*Staatswissenschaft*). Mattelart aponta duas implicações históricas distintas:

[É] a partir da prática burocrática da Prússia do absolutismo que o procedimento de recenseamento da população tirará em 1725 sua legitimidade científica. A Inglaterra, em nome do respeito aos direitos individuais, resistirá muito tempo à ideia de contagem populacional geral. (Mattelart, 2006, p.19)

A premissa desta lógica é simples: o cálculo permite *prever* o futuro. Conforme aponta o autor, um dos principais objetivos do astrônomo Edmund Halley, em 1693, ao elaborar tabelas de mortalidade, é justamente fornecer técnicas atuariais para avaliar as tabelas de seguros de vida.

3.3 Sistemas, redes e a Era Industrial

O papel dos revolucionários de 1789 na França é central para o desenvolvimento de um modelo de racionalização de processos comunicacionais. O ideal *igualitário*, da *igualdade cidadã*, inspirou não só a proclamação dos direitos humanos (conforme descrito na seção anterior), mas também a unificação da língua pela supressão dos dialetos, a adoção do código civil e a instauração do dispositivo estatístico, entre outras transformações significativas. Já neste momento existia um debate que opunha aqueles que zombavam do “furor matemático” e aqueles cujo projeto passava pela estatística e pelo que os críticos denominavam “utopia

geométral”. Algumas medidas marcam profundamente as transformações em andamento:

O decreto sobre o sistema decimal de pesos e medidas representa uma das decisões normativas mais simbólicas, pois pega o contrapé dos preconceitos e das tradições da época feudal que havia feito da anarquia das medidas um instrumento de engodo no comércio em favor dos poderosos. O metro aparece como a realização do ideal secular da transparência na troca. (Mattelart, 2006, p.26-27)

O projeto de uma língua universal, como vimos, marca todos os debates acerca do tema. Tal como para Condorcet (1743-1794), segundo o qual a língua dos signos que propõe deve estar apta a “lançar sobre todos os objetos englobados pela inteligência humana um rigor, uma precisão que tornariam o conhecimento da verdade fácil, e o erro quase impossível”. Essa língua, argumenta, faria amplo uso de quadros, tabelas, procedimentos de figuração geométrica e análise descritiva. Outro elemento é a permanente observação, nestes dados, das “frequências dos acontecimentos”, de modo a “prever o futuro, as probabilidades”. Nada diferente da moderna técnica empresarial de “criação de cenários”.

Outro postulado recorrente, no que diz respeito ao mito da tecnologia salvadora, era o de que o desenvolvimento das comunicações seria um fator que em si propiciaria melhorias na governança política da humanidade. Esta problemática se torna crítica a partir das primeiras discussões sobre a *cultura de massa*, mas já no final do século XVIII aparecem autores que buscam pensar a questão. É o caso de Alexandre Vandermonde (1735-1796):

Foi dito algo em relação ao telégrafo que me parece infinitamente correto, e que faz sentir toda a sua importância; é que o fundo dessa invenção pode bastar para tornar possível o estabelecimento da democracia em uma grande população. Muitos homens respeitáveis, entre os quais Jean-Jacques Rousseau, pensaram que o estabelecimento da democracia era impossível nas grandes populações. Como tal povo pode deliberar?

Nos antigos, todos os cidadãos se reuniam em uma praça; eles comunicavam sua vontade... A invenção do telégrafo é um novo dado que Rousseau não pôde fazer entrar em seus cálculos. Ele pode servir para falar a grandes distâncias tão correntemente e distintamente quanto em uma sala.” (Vandermonde, 1795 *apud* Mattelart, 2006, p. 29)

Mattelart argumentará que “a cada geração técnica o discurso salvador sobre a promessa de concórdia universal, de democracia descentralizada, de justiça social e de prosperidade geral renoverá o mito das descobertas com a ágora da Ática (...) Os homens contaram os números, e, por fim, somente os números contaram”.

As utopias da comunidade universal e da sociedade descentralizada pontuam o avanço das redes de comunicação. Um dos ícones e precursores desta ideologia foi Claude Henri de

Saint-Simon (1760-1825), segundo o qual a “reorganização do corpo político” se daria com uma aliança entre os industriais e os “cientistas positivos” – fisiologistas, químicos, físicos e geômetras. Nesta perspectiva, “a única maneira de sair da crise de civilização que a afeta a sociedade” é “tratá-la como uma grande indústria” (p.32). Formula-se neste momento a “administração científica”, que conduz ao ideal de *tecnocracia*.

Desta forma, Saint-Simon elaborou a projeção da sociedade a partir de um paradigma biológico, da “fisiologia social”, apontando o “sistema industrial” como “organismo-rede”. A *rede*, quer seja material ou imaterial, quer seja de transporte, bancária ou vetor de símbolos, é o “arquétipo da organização” (p.33). A partir desta premissa, o economista Michel Chevalier (1806-1879) elaborou uma equivalência entre a diminuição das distâncias de ponto a ponto e o “apagamento das distâncias de uma classe a outra”. A utopia das redes faz com que Chevalier avalie que esta nova ferramenta poderá construir igualdade e democracia.

O ideal de liberdade individual, recorrente entre muitos governantes americanos e ingleses, é uma das premissas de filósofos em séculos anteriores. As aspirações são de diversas ordens, mas todas possuem um estímulo no *global*, no momento em que apelam a modelos universais e tomam a humanidade como *una*. Muitas destas propostas evidenciavam distintos interesses e ideologias ao longo de séculos. “Adentrando o terceiro milênio, os *tecnolibertários* do ciberespaço, violentos adversários da ideia de Estado-nação, se valerão dessa tradição para justificar seu projeto planetário de *comunidades virtuais*.” (Mattelart, p.36)

A criação de normas e procedimentos junto a uma população em crescimento demográfico permitiu que os “cientistas positivos” avançassem com o projeto de desenvolvimento das técnicas de *vigilância*. A primeira reunião internacional de estatísticos é aprovada em Londres, em 1851, e ocorre dois anos depois, em Bruxelas, marcando a normatização internacional das nomenclaturas e dos métodos de observação estatística. Eis o primeiro exemplo de uma *rede* estável de trocas científicas.

No mesmo período, o astrônomo e matemático belga Adolphe Quételet (1796-1874), embaixador de um modelo de organização de serviços estatísticos e de recenseamento que criou para o governo belga, “propõe (...) uma teoria probabilística de ordenação dos fatos sociais que resulta em um modelo inédito de gestão da coisa pública. Entre as expressões utilizadas estão a “física social” (o modelo) e o “homem médio” (tal como o centro de gravidade nos corpos, a média em torno da qual oscilam os elementos sociais). “A tecnologia

de risco criada pelas instituições privadas de seguros é extrapolada para o conjunto do corpo social.” (Mattelart, p.40) A “sociedade seguradora”, por fim, acaba por fazer sentido dentro do projeto político do “Estado-providência”.

Alguns julgam que “a ciência dos números está a ponto de substituir a história”. Este elemento *racionalizador* da vida do “homem médio” ganhará adeptos em sociedades de organização social distintas, tanto de aspiração capitalista quanto comunista/socialista. Os especialistas em cultura de massa, surgindo com força a partir da matriz americana, no começo do século XX, apontarão que o próprio controle da opinião pública se faz necessário para uma boa governabilidade.

3.4 Governança, cultura de massa e opinião pública

A vinculação da estatística (e dos números, em geral) à governança da população de um Estado moderno não se relaciona, necessariamente, à concepção moderna de democracia (participação direta do povo, ou por meio de representantes). Estas *ferramentas* corporativas foram desenvolvidas com grande êxito nos Estados Unidos, originando uma nova disciplina: as *relações públicas*.

As estratégias de *marketing* adotadas a partir do uso consciente dos dispositivos de comunicação disponíveis passam a ter um uso político diferenciado no Estado moderno, à medida que governos americanos do começo do século XX passam a incentivar estudos neste campo. Conforme Walter Lipmann, autor de manuais de relações públicas nos anos 1920, destaca:

Na falta de instituições e de uma educação pelas quais o meio possa ser tão bem descrito que as realidades da vida pública se destaquem, em nítido contraste com a opinião pública autocentrada, os interesses comuns, em sua grande maioria, escapam por completo à opinião pública, e só podem ser geridos por uma classe especializada, cujos interesses pessoais ultrapassam o caráter local (Lipmann *apud* Chomsky, 2003, p.455)

Lipmann argumenta que existem dois papéis políticos distintos a serem desempenhados. O primeiro é conferido à classe especializada, o “círculo íntimo”, “homens responsáveis”, que têm “acesso às informações e à compreensão”. O segundo papel é “a tarefa do público”, mais limitada. Não cabe ao público “julgar os méritos intrínsecos” de uma questão nem oferecer análises ou soluções. “O público age apenas alinhando-se como

partidário de alguém que esteja em condições de agir como um executivo”. São “espectadores interessados da ação”, e não participantes. (Lippmann *apud* Chomsky, 2003, p.456).

Na década de 1920, as técnicas de *marketing* se instalam como instrumento de gestão do consumo de massa:

A difusão das noções de administração da opinião e de engenharia da anuência indica o interesse por um novo modo de governar a democracia de massa, sábia dosagem de informação e de censura [Lippmann, 1922; Lasswell, 1927]. Os governos aprenderam a lição do uso intensivo da propaganda durante a primeira guerra total. Espectadores da ação e não participantes, as massas, argumentam os teóricos da opinião pública, devem ser controladas para o seu próprio bem por uma minoria inteligente, uma classe de especialistas. (Mattelart, 2006, p.43)

A filosofia sansimonista da *rede* ainda se ancorava em uma concepção centralizadora de reorganização social. Os movimentos antiautoritários opõem-lhe, no entanto, o projeto de uma “sociedade na qual o centro não estará em lugar algum e a circunferência em todos os lugares”. Alguns valores centrais da época estão em jogo:

Dissolução da cidade e dissolução do Estado: esses dois temas se conjugam nas teorias anarquistas desde seu nascimento, isto é, a partir da segunda metade do século XVIII. Mais precisamente quando William Godwin (1756-1836) publica em Londres, em 1793, o seu *Enquiry Concerning Political Justice and its Influence on Morals and Happiness*. Em seu projeto de sociedade, os indivíduos, motivados pela razão de autolibertação, se agrupariam em pequenas comunidades, sem leis e instituições inscritas no marmore. (*Ibid.*, p.47)

Joseph Proudhon (1809-1865) acompanha e redefine este projeto, acompanhando o desenvolvimento das organizações e das lutas da classe trabalhadora. “Os geógrafos anarquistas conjugam, já na época da eletricidade, o princípio proudhoniano de organização descentralizada da associação comunal e da livre federação das livres associações industriais e agrícolas.” (*Ibid.*, p.47-48) Os ideais libertários que permeiam o pensamento anarquista servirão de base para a elaboração de uma utopia das redes como solução para as injustiças e desigualdades históricas e sociais.

A tecnologia da informação seria hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, enquanto a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, “em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana.” (Castells, 2003, p.7) É notável que muitos críticos das “máquinas” propunham que estas poderiam acelerar um “sistema unitário mecânico” (Coomaraswamy, 1913 *apud* Mattelart, 2006, p.49).

Para Muniz Sodré (2008), a concepção industrial das redes, pensada por engenheiros

nos séculos XVIII e XIX, passa por diversas transformações e passa a ser reelaborada frente à ascensão do capitalismo moderno na Europa do século XIX e o período posterior identificado como *Modernidade*. Segundo Sodré:

No que diz respeito à Revolução da Informação, novo mesmo é o fenômeno da estocagem de grandes volumes de dados e sua rápida transmissão, acelerando, em grau inédito na História, isto que se tem revelado uma das grandes características da Modernidade – a mobilidade ou a circulação das coisas no mundo. Se a [Revolução] Industrial centrou-se na mobilidade espacial, a da Informação centra-se na virtual anulação do espaço pelo tempo, gerando novos canais de distribuição de bens e a ilusão da ubiquidade humana. (p.14)

Ainda em relação às redes, o arquiteto da Escola de Chicago, Frank Lloyd Wright (1869-1959), concebe o “espaço orgânico” como uma “topografia acêntrica de unidades isoladas, mas ligadas entre si por uma malha fechada de redes de circulação. Uma forma de implantação que procura preservar a individualidade, ao mesmo tempo que cria um novo tipo de sociabilidade.” (Mattelart, p. 50)

Sodré argumenta que o fenômeno “mítico-religioso” das redes tecnológicas contemporâneas não é suscitado pelo conteúdo e seu suposto poder de mobilização, mas sim por uma “lógica mercantil, profética-moralista e auto-escatológico, que troca o antigo bem ético pelo bem-estar individualista”, associando salvação e consumo. Por outro lado, a ascensão do fenômeno das redes se dá pela articulação da rotina cotidiana dos indivíduos com o efeito da simultaneidade, instantaneidade e globalidade característico da intervenção das modernas telecomunicações no tempo-espaço. Onde antes havia a regulação pela religião, entra a midiaticização tecnológico. O divino se estabelece por meio da ferramenta que, confirmando a tese de Karl Marx em seu *Grundrisse*, “[aboliu] barreiras espaciais e [acelerou] o tempo de circulação das mercadorias, com um efeito de expansão do capital” (Sodré, 2008, p.67).

A contração do espaço-físico convencional por meio da aceleração da temporalidade “tende a abolir o tempo por eternização do instante sem duração, confluindo para uma visão de ciberespaço próxima à concepção cristã de paraíso etéreo”. Outro fator é a ideologia que “vê na suposta racionalidade comunicacional o *melhor dos mundos*” (*Id.*). O autor argumenta que toda experiência subjetiva de transcendência depende fortemente de práticas mediadoras, que variam do ritual a formas escritas.

Nas catedrais da Idade Média, lembra o historiador Peter Burke (2006), as imagens esculpidas em madeira, pedra ou bronze e em vitrais (pinturas sobre o vidro) formavam um

poderoso sistema de comunicação. Até mesmo nas culturas grega e romana, tidas como essencialmente orais, é questionada por historiadores, dada a importância das estátuas e da publicidade oficial. A arte das catedrais era, igualmente, didática e tinha uma função cultural muito importante. Na Idade Média, conta Burke, as pessoas aprendiam com as imagens tudo o que era necessário saber – a história do mundo desde a criação, os dogmas da religião, os exemplos dos santos, a hierarquia das virtudes, o âmbito das ciências, artes e ofícios. “Tudo era ensinado pelas janelas das igrejas ou pelas estátuas dos pórticos [galerias antigas]”.

Em parte, esta realidade da Idade Média é explicada pelo baixo nível intelectual, o que justificava a busca por uma comunicação ágil e fácil de se fazer entender.

Uma das formas de alcançar este objetivo era dar enorme importância aos rituais públicos das autoridades como, por exemplo, a coroação de reis e a homenagem de vassalos ajoelhados em frente ao soberano. O mesmo tipo de ritual se repete hoje na Inglaterra, na coroação televisada da rainha Elisabeth II. Para quem via ou vê a cena, à época e ainda hoje, fica evidenciado que trata-se de um evento importante.

O rito, portanto, sempre possuiu um forte componente visual, uma forma superior de publicidade – no sentido mais amplo da palavra, ou seja, a efetivação de mecanismos complexos para deixar algo estancado no imaginário social. Não é à toa que a palavra “espetáculo” era de uso comum já no século XVII e foi ressuscitada no século XX. Isso se deu a partir de uma conjuntura histórica e social.

Atualmente, os governantes mais perspicazes se utilizam deste mecanismo cultural para continuar obtendo dividendos políticos em todas as partes do mundo. A construção da “guerra no Iraque”, sem qualquer comprovação dos motivos oficiais dados à época, foi possível em parte a partir da elaboração de uma narrativa que se integrasse à lógica da espetacularização midiática. E não se trata de se integrar apenas, como alguns poderiam pensar, aos grandes meios de comunicação e seus referenciais político-econômicos. A narrativa, para fazer sucesso, deve obedecer padrões culturais que foram internalizados na maior parte das pessoas a partir de diversas referências alheias ao debate da questão específica (neste caso, a necessidade ou não de uma guerra). A saber: a literatura, o cinema, os valores familiares, as teorias mais aceitas da psicologia etc. Deve manipular estas questões, sobretudo, a partir dos binarismos mais aceitos, tal como Bem *versus* Mal, Vitória *versus* Derrota, Sucesso *versus* Fracasso, entre outros.

Um exemplo recente ocorreu no Rio de Janeiro (e em todo o canto onde havia

telespectadores interessados no tema), durante os confrontos próximos do fim do ano no Complexo do Alemão, uma área cuja presença do Estado se dá quase que exclusivamente por meio da ação policial. Após uma série de ataques a carros de passeio e incêndios por toda a cidade, as autoridades competentes decidiram intervir militarmente, escolhendo a área devido a supostas informações acerca da presença maciça de líderes de organizações criminosas na região. Algumas mensagens foram recorrentes em distintos meios de comunicação, de forma insistente, durante uma semana:

(I) o Rio estava em *guerra*;

(II) o *Bem* era a Polícia e o Estado e o *Mal* eram os traficantes, que possuíam seu “coração” no Complexo do Alemão e;

(III) qualquer um que se opunha ou que relativizasse esta Verdade deveria ser colocado(a) entre os *infiéis* da Batalha entre o Bem e Mal, nesse caso defendendo o Mal (os traficantes).

Para alcançar este objetivo, foram utilizadas pelas autoridades (midiáticas ou políticas) imagens históricas (“Dia D”, “Batalha do Alemão”), os binarismos do Bem *versus* Mal e da Vitória *versus* Derrota, o sentido de urgência (“Estado de exceção”) típico de momentos de (supostas) intensas transformações (“É agora ou nunca”) e, finalmente, a imagem do *trunfo* (O Bem venceu o Mal e todos ficaram felizes para sempre). A partir deste mecanismo, é razoável que as pessoas passem, então, a escolher “um lado” – o que já é um resultado de um binarismo, pois os “lados” podem ser e são quase sempre escolhidos politicamente, a partir de uma visão hegemônica – e defendem fervorosamente determinada posição, sem ao menos conhecer as implicações desta escolha. É notável ainda que a sociedade civil pouco apareça nestes momentos – das centenas de entrevistados em extensas transmissões pela televisão, por exemplo, não foi ouvido nem um único líder comunitário da região³¹.

Peter Burke (2006) observa que, já na Europa moderna, a *comunicação multimídia* – tal como ocorre hoje – era a mais efetiva, ao apelar simultaneamente para os olhos e para os ouvidos, combinando mensagens verbais com não verbais, musicais e visuais. Faziam uso, por exemplo, dos tambores e trompetas em paradas militares, ou ainda violinos em performances de salão. “Essas formas incluíam rituais, espetáculos, montagens de teatro amador, peças, balés e óperas” (Burke, 2006, p.48). Além de criar solidariedade entre

³¹ BARRETO, Gustavo. Consciência.Net, Rio de Janeiro, 05 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/ritual-da-vitoria-e-a-batalha-do-alemao-o-espetaculo-chega-ao-fim/>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

governantes e súditos, acreditava-se à época que os rituais fossem um meio de promover mudanças no mundo. “A consagração da hóstia transformava-a em corpo e alma de Cristo, enquanto a cerimônia da coroação tornava a pessoa um rei” (*Id.*).

No século XVII, a forma principal de espetáculo público era a procissão – em geral religiosa, mas muitas vezes secular. Existiam ainda as batalhas de exibição e as execuções públicas – estas como forma de demonstrar a todos a ineficiência de resistir às autoridades competentes, que podem ser comparadas a muitas exibições de violência da televisão moderna. A noção pós-moderna de *celebridade* também conheceu seu paralelo nessa época:

Outro tipo de espetáculo pode ser descrito como “teatro” da vida diária do governantes, que muitas vezes fazia suas refeições em público e podia até mesmo transformar em rituais seus atos de se levantar pela manhã e ir dormir à noite, como o famoso caso de Luís XIV da França (reinado de 1643 a 1715). Também a rainha Elisabeth I – que declarou que os príncipes eram “colocados em palcos” – foi habilidosa ao explorar essa situação para propósitos políticos, transformando-se em uma deusa ou um mito com tanta competência quanto Eva Perón – no sistema de mídia tão diferente, na Argentina, em meados do século XX. (Burke, 2006, p.49)

A televisão certamente ampliou essas práticas culturais, mas está de longe de ter inventado a dramatização pública e a personalização da política. O próprio carnaval brasileiro produziu uma prática parecida, com a referência sempre descontraída e, por vezes, questionadora de personalidades públicas.

Conforme destacamos, a própria *vulgarização* – do latim *vulgáris*, ou seja, *comum*, *ordinário*, *trivial*, *corriqueiro* – de publicações, durante os séculos XVI e XVII, era vista com restrições por homens e mulheres de status elevado, pois estava embutida a ideia de que, se vendidas ao público, “fariam com que os autores se identificassem aos comerciantes”. Poetas de círculo social íntimo e alguns escritores “preferiam fazer seus trabalhos circularem entre amigos e conhecidos em cópias manuscritas” (Burke, 2006, p.52).

A partir desta lógica, os autores dos manuscritos procuravam criar vínculos sociais entre os indivíduos envolvidos e, além disso, os textos eram mais maleáveis, pois “quem fazia as transcrições muitas vezes sentia-se livre para acrescentar ou subtrair algo dos versos que copiava, ou então modificava os nomes para adaptar o que estava escrito à sua própria situação” (*Id.*). Atualmente, conclui Burke, o manuscrito seria chamado de um meio *interativo*.

Havia, evidentemente, outros motivos para a circulação dos manuscritos. A principal era a possibilidade de escapar da censura religiosa, moral e política. Assim como ocorre atualmente numa escala muito maior com os e-mails de *spam* satirizando personalidades

públicas e governantes, no fim do reinado de Luís XIV (1661 a 1715), na França, circulava uma grande variedade de manuscritos satirizando o rei, sua família e seus ministros. Outros livros clandestinos atacavam o cristianismo. A *Carta para a Grande Duquesa*, de Galileu Galilei (1564-1642) – uma discussão sobre a relação entre ciência e religião – circulou em grande número antes de ser impressa, em 1636. Burke comenta que a organização deste “setor” que se aproxima bastante do compartilhamento livre por meio da Internet – as grandes empresas denominam *pirataria* – era avançada:

Em alguns casos, volumes impressos eram copiados para distribuição clandestina em uma região na qual sua publicação tivesse sido proibida. No começo do século XVIII, em Paris, o comércio de cópias manuscritas de livros não-ortodoxos era extremamente organizado, e os copistas profissionais trabalhavam para negociantes que os vendiam próximos aos cafés. Cerca de uma centena de textos desse tipo circulava na primeira metade do século XVIII. (Burke, *op. cit.*, p.53)

Alguns destes eram, inclusive, noticiosos, enviados a número limitado de assinantes, principalmente entre 1550 e 1640, uma ou duas gerações antes dos jornais. A flexibilidade proporcionada pela forma manuscrita permitia a personalização das notícias, de acordo com os interesses dos assinantes – uma prática comum na assinatura de serviços noticiosos por e-mail, onde o usuário pode marcar os assuntos de preferência, deixando de lado aqueles que não interessam.

Até mesmo o moderno Karaokê, diversão de origem japonesa que consiste na disponibilização de versões instrumentais de músicas populares para que as pessoas a complementem com sua própria voz, possuía uma versão análoga durante o século XVII. Na Inglaterra, canções populares impressas eram por vezes copiadas nas paredes das tavernas, “de modo que as pessoas que não conhecessem a letra de uma determinada balada ou dela não se lembrassem pudessem cantar junto com os outros” (*Ibid.*, p.54).

3.5 Retórica, cidadania e História das tecnologias

A própria prática da conversação foi transformada pela difusão de livros impressos. À semelhança do que ocorria com os manuscritos noticiosos, diversos tratados do século XVI passaram a oferecer instruções às pessoas de diferentes idades e grupos sociais, dando conselhos sobre quando falar ou ficar em silêncio, para quem falar, sobre o quê e em que estilo. “O número de edições feitas, os destaques e as anotações em algumas cópias que

restaram sugerem que esses conselhos eram levados a sério”. Burke conclui:

(...) as publicações estavam contribuindo para aquilo que os autores dos tratados teriam chamado de refinamento do discurso e também para sua crescente uniformidade, processo estimulado ainda mais pela publicação de gramáticas de diversas línguas europeias. (*Id.*)

Philippe Breton (2003) observa que a argumentação sempre foi, historicamente, uma necessidade. Uma sociedade “verdadeiramente democrática” deve propor a todos os seus membros os meios para serem cidadãos, isto é, “ter uma verdadeira competência ao tomar a palavra”. A retórica nasceu em um contexto judiciário, no século V antes de Cristo, e se estendeu rapidamente para o domínio político. Em sistemas democráticos, “a história da arte oratória quase se confunde com a história política”. Isto ocorre pois o político se confunde com o orador em sua capacidade de “conduzir as massas”.

(...) ao orador, então, que sabia tomar e conduzir através da palavra aquela multidão ardente e caprichosa, e sempre tão apaixonada pela arte, que desejava encontrar até nos debates mais acalorados um espetáculo de eloquência ao mesmo tempo que um combate, a este orador hábil pertencia o governo do Estado e o império da Grécia: Péricles não teve nunca outro título quando esteve no poder supremo. (Benoit, 1983, p.9 *apud* Breton, 2003, p.20)

Muniz Sodré comenta os conceitos de *maioridade* e *menoridade* na interpretação dos alemães:

Em Kant, “maioridade” (*Mündigkeit*) significa “possibilidade de falar”. O seu oposto, “menoridade” (*Unmündigkeit*), relaciona-se àquele que não tem voz, que não tem direito à plena fala. A “maioridade” marca a conquista de ser ouvido, ou, em outras palavras, de ser cidadão. Daí a noção contemporânea de “minorias” implicar sua luta para alcançar o poder da fala. (Sodré, 2000 *apud* Barbalho, 2005, p.36)

Entre os antigos romanos, inventores da república, o conceito de “opinião pública” já estava sendo elaborado e a argumentação era “o núcleo definitivo de todo ensino e fundamento da cidadania” (Breton, 2003). Segundo o historiador Pedro Paulo Funari (2008, p.68), Cícero fazia referência a *popularis opinio*. A própria palavra *opinio* é de origem latina e era utilizado tanto para traduzir o termo grego *doxa*, por oposição a *episteme* (ciência), como também para designar “impressão”, falsa ou verdadeira. *Opinio* transmite a sensação de falta de certeza, imprecisão, e sua raiz, *dokeo*, indicar “parecer”, “imaginar”. Cícero faz referência, por exemplo, aos “homens bárbaros”, cuja “impressão vale, muitas vezes, mais do que a própria realidade”. (*Id.*)

Eram comuns expressões como *opinio est* (considera-se) e *opiniones omnium* (todos

acham), vinculadas muitas vezes ao sentido do *boato* contemporâneo, revelando um espaço público retórico, relacionando tanto às opiniões individuais quanto às percepções coletivas. A esfera pública está registrada nas paredes de Pompeia, que preservaram grande número de epígrafes. Entre as inscrições, havia cartazes eleitorais, anúncios de apresentações no anfiteatro e grafites. Chama a atenção a descrição quanto ao número de cartazes eleitorais pintados por toda a cidade, na disputa das eleições anuais.

Cícero se preocupava com a harmonia entre os julgamentos de *cultos e incultos*: “É necessário que assim se diga, de modo a ser aprovado pela multidão, e o mesmo seja aprovado pelos cultos... Aquilo que não é aprovado pelo povo, não pode ser provado para um auditório inteligente”. (Cícero *apud* Funari, 2008, p.69). Os escravos estão fora da arena pública, mas a opinião pública romana era composta por mulheres, cidadãos libertos e pobres, que eram aceitos como autores de discursos públicos (as mulheres não votavam).

As eleições em Roma se davam por meio dos *comícios por tribos*, elegendo questores (encarregados das finanças), edis (encarregados da administração pública), tribunos militares e tribunos plebeus. Votavam pobres e até mesmo os cidadãos libertos (ex-escravos). As assembleias eram tanto eleitorais quanto legislativas. O voto era por grupo, e não individual. Esta arena era tão importante que César construiu um edifício de 25 mil metros quadrados para as eleições populares, comportando até 70 mil pessoas. A impressão dos nomes dos candidatos também era outra etapa importante, como demonstra um informe do ano 5 a.C.: “Que o presidente dos comícios trate de colocar, em locais que se possa ler com facilidade, tábuas de madeira brancas, nas quais estarão escritos os nomes dos candidatos” (Funari, 2008, p.63).

Na Europa moderna, a necessidade de reformas políticas promovidas por grupos adversários levaram as elites a promover debates mais amplos, sem que o termo *opinião pública* fosse utilizado. A comunicação boca a boca não era suficiente, sendo substituída por debates públicos e ampla utilização de panfletos. De tão bem sucedida que eram algumas das iniciativas populares, em certas ocasiões as elites tentava minar o debate iniciado a partir de interesses de classe, nem sempre obtendo sucesso. No século XVI, o interesse de governos em relação à opinião pública era parecido com o atual. Os pontos de vista do *povo* precisavam ser (i) suprimidos, (ii) moldados ou, mais raramente, (iii) seguidos. (Burke, 2006, p.82)

A novidade da impressão gráfica teve um papel importante, por exemplo, na Reforma então em curso. A Igreja teve seu poder reduzido. Burke registra que o inglês John Foxe, por

exemplo, pregava que o “papa deve abolir o conhecimento e a impressão gráfica, ou esta, a longo prazo, vai acabar com ele”. A reação se deu por meio da criação do famoso Índice de Livros Proibidos (Burke, p.56 e 82). Durante o início do século XVI, os protestantes promoveram uma “ofensiva de mídia”, seja para difundir suas mensagens, seja para atacar a Igreja Católica, ridicularizando-a e “usando o repertório tradicional do humor popular para destruir o inimigo pelo riso” (*Id.*).

Burke observa que a tríade *informação*, *educação* e *entretenimento*, que domina o atual debate acerca da *sociedade da informação*, possuíam descrições distintas em outros momentos históricos. Nos séculos XVII e XVIII, *informação* era geralmente descrito como “inteligência”, enquanto *educação* representava a “instrução”. Já *entretenimento* possuía denominações como “recreação”, “passatempo” ou ainda “diversão”. Os termos achavam equivalentes linguísticos em diversos idiomas e dialetos europeus. No século XIX, as elites culturais se identificavam com os termos “distinto” e “elevado”; a informação poderia ser “útil” ou “trivial”, da mesma forma que o termo “entretenimento” era considerado “aviltante”. A posterior revolução industrial deu novos significados aos termos, dado o aumento da riqueza e do lazer. (*Ibid.*, p.188-189)

Nos séculos XVIII e XIX, a educação se tornou essencial para países como a Prússia, a França e a Inglaterra, em um processo que lembra o aprendizado da informática nos dias atuais, em termos sociais. Tratava-se sobretudo de uma necessidade da industrialização à época, e de uma demanda do capitalismo na contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, todas as constituições das nascentes democracias garantiam outro princípio da cidadania: a liberdade de expressão. A imprensa igualmente se industrializava. Passaram a ser comuns, durante o século XIX, os jornais liderados por empresários do que já era conhecido como o “quarto poder”. E igualmente nesse momento surgiram os jornais da “imprensa pobre”, uma espécie de imprensa contra-hegemônica, antes mesmo de Gramsci cunhar o termo em sua teoria social.

A imprensa radical na Inglaterra, por exemplo, se reuniu principalmente em torno do *cartismo*, um movimento confessional da classe trabalhadora em luta por liberdades democráticas. O lema de que “conhecimento é poder” embasou, por exemplo, a linha editorial do *Poor Man's Guardian*, jornal de trabalhadores que não pagava imposto e cuja primeira impressão foi feita em 1831. As pautas vinham não só de notícias tradicionais, como as que em geral saíam no *The Times*, mas de panfletos e livros. Um dos mais influentes jornais

cartistas ingleses foi o *Northern Star*, fundado em 1838 e publicado pela primeira vez em Leeds. O *Star* se baseava no serviço voluntário de correspondentes locais e conservava também um lugar para a poesia, incluindo ainda a *ficção cartista*. Era lucrativo por ser representativo e mobilizar a opinião pública. (Burke, 2006, p.196)

Por volta de 1900, a imprensa estava estabelecida em quase todos os países democráticos do mundo e era uma notável força social. A impressão gráfica, aponta Burke, permaneceu um meio de comunicação básico, mesmo depois do aparecimento da mídia eletrônica – o cinema e, pouco depois, o rádio. Além dos jornais e livros, ficaram populares as enciclopédias. A descrença na imprensa popular era, no entanto, parecida com a crítica elitista a qual já fizemos referência: os leitores, cada vez em maior número, usariam sua sabedoria e a imprensa livre para ler informações fúteis. O temor era, igualmente, de que a imprensa – que parecia estar se tornando ainda mais poderosa do que o parlamento, na visão de alguns – pudesse se tornar uma força política que desestabilizaria os governos. A participação popular, mesmo que caótica, facilitaria esse processo.

O conservador inglês Robert Peel (1788-1852), por exemplo, descrevia a opinião pública como “um grande composto de insensatez, fraqueza, preconceito, sentimentos errados, sentimentos corretos, obstinação e parágrafos de jornais”. Os jornais na Inglaterra eram extremamente politizados – o *The Times* era, por exemplo, um fervoroso defensor de uma reforma parlamentar entre os anos de 1830 e 1832, ao mesmo tempo que ostentava o título de maior jornal europeu. Benjamin Disraeli (1804-1881), um dos principais críticos de Peel, afirmava por meio de seus romances que a representação da imprensa era “muito mais completa do que a do Parlamento” e ironizava o papel das *massas*: “Deus fez o homem à sua própria imagem, mas a do público é feita pelos jornais”. (Disraeli *apud* Burke, *op. cit.*, p.203)

As avaliações sobre a opinião pública começaram a ser tão importantes que uma profissão do século XXI, relações públicas, começou a ser desenhada por figuras como o renomado jornalista norte-americano Walter Lippmann (1889-1974). Burke registra que sua coluna, que teve início em 1931, era publicada em 250 jornais, sendo um em cada dez fora dos Estados Unidos. Dizia ele: “Muitas pessoas compram um jornal porque suas próprias vidas são tão desinteressantes que elas desejam uma emoção vicária, a leitura sobre um conjunto de pessoas imaginárias cheias de vícios magníficos com os quais, em suas fantasias, possam se identificar” (Lippmann *apud* Burke, *op.cit.*, p.204). Seu livro mais famoso, *Public Opinion* (1922), é uma das obras fundadoras da noção contemporânea de opinião pública.

Na contemporaneidade, Sodré argumenta que os fenômenos observados na *comunicação massiva* são uma reprise da “velha combinação da prática mediadora com a vivência mística, só que agora sob a égide do *medium*, tecnologicamente afim a características divinas, como onividência e ubiquidade”. Sob o influxo da “retórica midiática” e dos “sacerdotes-atores-homens de *marketing*”, novos crentes são seduzidos, hoje como antes, pela promessa de um “democrático acesso direto à divindade”.

Mesmo atravessando distintas religiões, o fenômeno prospera com uma moralidade de base cristã – segundo Sodré:

(...) em princípio, esta é a resultante do *ethos* cultural comum ao cristianismo e à atração das gnoses. Mas também a resultante da forma de vida típica da hegemonia interna norte-americana, que vive a celebridade como uma espécie de estado de graça e converte até mesmo os direitos civis em “religião” popular, um credo moral que, na prática eleitoral, tem misturado no século XX política e vida privada dos candidatos. (Sodré, 2008, p.68)

A utilização de meios de comunicação por parte dos políticos não é uma novidade em nenhum país. Mais recente, no entanto, é este elemento *culturalista* (nos termos de Appadurai). Ao mediatizar o espaço público e privado, a própria política (seu âmbito, seus debates, suas disputas) ocupam agora um espaço isolado da própria política cotidiana. De nada adianta o que se faz efetivamente de bom, dizem os *marketeiros*, se não há suficiente visibilidade. Não importa atos negativos ou vergonhosos, desde que não sejam suficientemente visibilizados na arena pública midiática.

3.6 A sociedade *conversacional* de Bertolt Brecht

As propostas de espaços democráticos abertos, vias de comunicação revolucionárias e outros projetos de *aldeia global* já haviam encontrado, bem antes de McLuhan, um entusiasta da era do rádio. A partir da segunda década do século XX, o dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) apresentou, a partir do panfleto intitulado “teoria do rádio”, utopia tecnológica de uma sociedade *conversacional*, dialógica. “Por meio da radiodifusão, todos poderiam confluír para um consenso, e as massas poderiam exigir diretamente prestações de contas ao Estado” (Sodré, *op. cit.*, p.72).

O contexto alemão é particularmente notório. Celso Frederico (2007) observa que, em sua origem, o rádio surge como um substituto do telégrafo – sendo, por isso, conhecido

inicialmente como “sem-fio”. O aparelho bastante rudimentar era usado nos navios para transmissões telegráficas em código. Em 1916, durante conflitos pela independência da Irlanda, os revoltosos usaram de forma pioneira o *sem-fio* para transmitir mensagens. Frederico constata esta utilização como a primeira que se conhece do rádio moderno. Marshall McLuhan (1979), comentando o episódio, observou:

Até então, o sem-fio fora utilizado pelos barcos como "telégrafo" mar-terra. Os rebeldes irlandeses utilizaram o sem-fio de um barco, não para uma mensagem em código, mas para uma emissão radiofônica, na esperança de que algum barco captasse e retransmitisse a sua estória à imprensa americana. E foi o que se deu. A radiofonia já existia há vários anos, sem que despertasse qualquer interesse comercial. (McLuhan, 1979 *apud* Frederico, 2007)

As emissoras comerciais passaram a realizar, na Alemanha, grandes investimentos no novo meio, contando contudo com grande concorrência das rádios ligadas ao movimento operário. Os trabalhadores realizavam emissões em larga escala, com o objetivo de divulgar informações políticas e concorrer com as emissoras oficiais, distantes da vida da classe trabalhadora. Paralelamente, afirma Frederico, criaram-se as “comunidades de ouvintes”, por meio da instalação de amplificadores nas ruas. Esses grupos que construíam rádios reúnem-se em abril de 1924 na *Arbeiter-Radio-Klub Deutschland*. Segundo informes da polícia, a associação agrupa quatro mil sócios em 1924 (Frederico, 2007)³².

A “teoria do rádio” aparece, portanto, em um contexto favorável, quando parecia haver uma *abertura* proporcionada por um novo meio de comunicação para a intervenção na sociedade. A teoria de Brecht só foi possível devido ao respaldado do movimento das rádios operárias que, no entanto, sofriam cada vez mais com a censura.

O autor lembra ainda que os estudos sobre a história do rádio na Alemanha mostram que esse meio de comunicação teve a sua origem também ligada a uma rebelião – a revolução operária de 1918-1919:

À semelhança da Revolução Russa, o movimento operário alemão organizou-se em *soviets*. Durante essa breve experiência revolucionária, o rádio faz sua estreia, servindo como meio para coordenar o movimento nas várias regiões do país e manter contato com o regime revolucionário da Rússia. O rádio surge, pois, como um instrumento de *mobilização política*, e, só depois de cinco anos, com a revolução derrotada, é que se estabeleceu a "radiodifusão pública da diversão", ou seja, passou a ter uma função comercial e a monopolizar o "comércio acústico", segundo a feliz expressão de Brecht. (Frederico, 2007)

³² É possível conhecer mais sobre a história desta associação e inclusive ouvir uma das gravações de época no site <http://www.dra.de/rundfunkgeschichte/75jahreradio/anfaenge/radioten/inhalt_radiobund.html>. Acesso em: 10 fev. 2011.

Com a repressão crescente, afirma, os grupos econômicos monopolizaram o rádio, se apropriaram da transmissão e *transformaram o público em mero receptor*. Brecht afirmava à época que não existiam motivos técnicos: uma simples modificação pode transformar qualquer aparelho de rádio num instrumento que, ao mesmo tempo, recebe e transmite mensagens. “Mas as possibilidades da técnica, ou melhor, o desenvolvimento das forças produtivas encontrava-se bloqueado pelas relações de produção e sua expressão jurídica – as relações de propriedade. Brecht reivindica a transformação desse aparelho de *distribuição* num verdadeiro instrumento de *comunicação*” (*Id.*).

O monopólio dos meios de comunicação, por um lado, e a existência de um outro tipo de público produtor e consumidor, por outro, delimitam o espaço em que Brecht se debate. Pode-se, então, entender o paradoxo brechtiano: a luta contra o monopólio da fala coexistindo com "a tentativa inédita de utilização dos recursos do rádio".

Sobre *O vôo sobre o oceano*, Brecht observa que a peça “não deve servir-se da radiodifusão atual, mas que deve modificá-la. A concentração de meios mecânicos, assim como a especialização crescente na educação [...] requerem uma espécie de rebelião por parte do ouvinte, sua ativação e reabilitação como produtor”. E acrescenta: “Esta não é certamente a maneira mais importante de utilização do rádio, mas sem dúvida se insere em toda uma série de experiências que caminham nesse sentido” (Brecht *apud* Frederico, 2007).

Em sua aspiração por um uso libertário da comunicação, o dramaturgo marxista encontra a companhia frequente de pensadores cristãos. Contemporâneo do alemão, o pensador cristão evolucionista Teilhard de Chardin, preocupado com a doutrina dos fins últimos, associava às novas tecnologias da comunicação sua ideia do *caminho progressivo da espécie* para um organismo humano planetário, o “ultra-humano” (Sodré, 2008, p.73). Chardin faz referência à “extraordinária rede de comunicação radiofônica e televisiva como um *verdadeiro sistema nervoso*, um estado superior de consciência, difuso nas franjas ultratecnizadas, ultra-socializadas, ultracerebralizadas da massa humana”, uma espécie de realização tecnológica perfeita, o novo princípio organizador da visão moderna (*Id.*).

3.7 Wiener e a luta contra a entropia

Philippe Breton (1994) argumentará que o próprio tema da sociedade da comunicação – e seus correlatos *era da informação, revolução da comunicação, capitalismo cognitivo* etc – nasceu precisamente em oposição e como reação à barbárie moderna e à profunda crise que esta tinha provocado. Norbert Wiener – possivelmente um dos fundadores, ainda nos anos 1940, da noção de *cibercultura* – é um cientista que busca “lutar contra o diabo, a desordem, a entropia [o grau de desordem de um sistema termodinâmico], contra tudo que se interpõe entre homens e torna opacas as suas relações, contra tudo o que, para ele, conduz inelutavelmente as nossas sociedades ao desastre e à dissolução dos laços sociais” (Breton, 1994, p.9).

Assim como Sodré, Breton observa que esta utopia inspira a ética implícita dos meios de comunicação modernos e, em simultâneo, alimenta o espírito racionalista, organizador, de que são portadoras as novas tecnologias. “Quais os efeitos concretos desse imperativo existencial que nos afirma que se comunicarmos mais, qualquer que seja o conteúdo, tudo correrá melhor? As nossas sociedades tornaram-se mais *racionalis* pelo fato de utilizarem massivamente as máquinas para comunicar de todo o gênero que povoam o nosso meio ambiente” (*Id.*) A apologia sistemática do consenso das novas tecnologias, conclui, postula um progresso sem exclusão, provocando justamente seu oposto: o encorajamento do fim da política e a apologia de uma sociedade sem conflito.

Jesús Martín-Barbero (2006), ao mesmo tempo em que reconhece que a comunicação começou a ocupar um lugar estratégico na configuração dos novos modelos de sociedade, alerta que “isso está sendo mal-interpretado por uma tendência crescente nos estudos latino-americanos de comunicação ao autismo epistêmico, que pretende isolar esses estudos das ciências sociais, construindo uma pseudo-especificidade baseada em saberes técnicos, taxonomias psicológicas e estratégias organizacionais” (p.53).

O discurso tecnicista ganhou força a partir da postulação nos anos 1960, sistematizada por Marshall McLuhan e outros colaboradores, de que as grandes etapas da história da Humanidade são produtos diretos das inovações no domínio das técnicas de comunicação. A sociedade seria diretamente modelada, portanto, no plano cultural, intelectual e social, pelas inovações tecnológicas que foram, sucessivamente, a escrita, a imprensa, o cinema, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, por fim, a internet – entre outros meios peculiares,

como a televisão a cabo e o rádio digital.

A análise de McLuhan, extremamente simplificadora, excluía em muitos casos avaliações econômicas, sociais ou culturais de países distintos. Segundo Breton, “sem a imensa ressonância social de que se beneficiou a noção primeira de comunicação implementada nos anos 1940, ela teria permanecido isolada num universo de significação restrito, no interior das fronteiras da comunidade científica” (*Ibid.*, pág. 15).

Breton identifica o ano de 1942 como símbolo da construção de uma nova noção de comunicação, e momentos distintos a partir desta data. O primeiro momento é de 1942 a 1947-1948. Surgem os primeiros conceitos de *cibernética* e *rede*, de alcance limitado para o conjunto da população. O segundo momento, a partir de 1947-1948, é o momento em que um grupo de pesquisadores – liderados pelo matemático Norbert Wiener – buscam ampliar a noção de comunicação ao domínio da análise e, posteriormente, para uma ação política e social. Quase todos os pesquisadores estão associados a campos de pesquisa estranhos à comunicação contemporânea, como a matemática, as ciências da Natureza e técnicas. A obra mais notável de Wiener sobre o tema, *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine*, foi publicada pelo MIT press em 1965 e data de 1948, tendo sido revisada em 1961³³.

A reflexão sobre o novo campo não surgira no próprio campo da mídia de então em parte por falta de interesse, em parte por falta de perspectiva. Os ideólogos e outros pesquisadores de humanas guardavam profundas desconfianças quanto à utilização massiva de técnicas de comunicação para fins de propaganda, dado o contexto do pós-guerra e suas utilizações especialmente danosas nos Estados Unidos (incitando a população a aceitar a guerra, na década de 1910), na Alemanha (a propaganda nazista) e em outros países – incluindo o uso político que Vargas fazia do rádio, por exemplo.

O estudo no campo da cibernética possuía uma conotação distinta da que possui atualmente. Tratava-se da investigação das “leis gerais da comunicação”, dizendo respeito a um amplo leque de temas, ora vinculando a comunicação a *fenômenos naturais ou artificiais*, ora estudando as implicações das comunicações nas máquinas, nos *animais*, nos *homens* ou na sociedade. (Breton, 1994, p.17)

A palavra *controle*, presente no título, está vinculada a uma noção técnica, *neutra*. Diferentemente de usos como em *controle social* e *sociedade de controle*, Wiener identificava

³³ Está disponível, parcialmente, por meio do Google Books em <<http://bit.ly/fL0p2Y>>. Acesso em: 10. fev. 2011.

o termo a partir do seu uso local, *under control*, sob controle, dominada, previsível etc. O que é entendido em geral como formas de poder, *controle*, neste caso é entendido um mecanismo técnico de regulação, de comando. À luz da matemática e das ciências técnicas.

Apesar disso, Wiener possuía princípios de caráter fortemente político: propõe que a comunicação seja reconhecida como valor central para o homem e a sociedade, ao mesmo tempo que se insurge contra todos os regimes fascistas e totalitários, mas também contra democracias liberais, que permitem “um uso não-humano dos seres humanos”. A cibernética, em sua dimensão *puramente técnica*, é “uma exploração sistemática de todas as analogias que podem existir, através das leis matemáticas, entre fenômenos de natureza diferente, oriundos ao mesmo tempo do mundo da vida, da Natureza ou do universo do artifício” (Breton).

Que há de comum entre o funcionamento de um míssil, que procura atingir o seu alvo, guiando-se pelo calor libertado pelo foguetão, e certos aspectos do funcionamento do músculo cardíaco? Ou entre um termostato e um regulador de máquina e o movimento que consiste em levar um copo à boca e beber? Ou entre a evolução do Universo e o destino das comunidades sociais? O elemento comum é, para Wiener, a existência de *relações* – no sentido matemático – entre certos elementos separados pelas suas aparências. (Breton, 1994, p.20)

A matemática representava para ele uma “vasta metáfora”, antes de serem um fim em si mesma. E a cibernética não era propriamente uma disciplina, mas sobretudo “a oportunidade de renovar o conjunto de disciplinas”, propondo uma “visão de mundo global e unificada, que se organiza em torno do eixo da comunicação e abrange todas as disciplinas e onde está latente a transformação da comunicação em *valor* de amplo alcance social e político”. (*Ibid.*, p.23). O movimento de *permuta da informação* é integralmente constitutivo dos fenômenos, sejam eles naturais ou artificiais.

As contribuições mais importantes do matemático foram justamente na elaboração de analogias entre o sistema nervoso do homem e certos dispositivos artificiais, destacando a importância das novas máquinas – que ainda não eram denominadas *computadores* – e a síntese dos trabalhos de teoria matemática da informação. Wiener escreveu, por exemplo, sobre os problemas da automatização do tiro antiaéreo, problema sobre o qual trabalhou muito, desde 1940, para o Exército, assim como sobre o problema das próteses de membros. (*Ibid.*, p.26)

Se estes estudos eram por vezes tecnicistas, conforme observamos, também eram dotados de um imaginário político que povoava aquele determinado momento histórico. O saber sobre a comunicação e a adoção de *máquinas inteligentes* seria *bom por natureza*, acreditava Wiener, já que possuía esta capacidade de organizar o universo e se opõe, portanto,

à *entropia*. A intenção de Wiener não se relaciona com o poder diretamente, com *tomar o poder* em sua forma tradicional, mas de construir máquinas que rapidamente “desapossarão o homem dessa tarefa que ele desempenha muito mal”, máquinas essas que permitirão – segundo a visão de outro pioneiro da informática moderna, o matemático inglês Alan Turing – “transformar os intelectuais em pessoas vulgares”, já que o poder seria descentralizado no dia em que as máquinas “assumirem real e concretamente a direção dos problemas humanos”. Trata-se de uma espécie de *anarquismo racional*, ao proclamar uma sociedade sem Estado, onde as regulações sociais se operam de maneira racional. (Breton, 1994)

Do ponto de vista da teoria social, Wiener se alinha a outras utopias em relação à definição do homem moderno. O projeto do *Homo communicans* desenvolve-se em três níveis: uma sociedade ideal; uma outra definição antropológica do homem; e a promoção da comunicação como valor. É um ser por inteiro voltado para o social, que não pode existir se não através da informação e da permuta, numa sociedade tornada transparente graças às novas “máquinas de comunicar” – visão que certamente é semelhante à estrutura social da rede contemporânea, com suas inúmeras plataformas que desequilibram, conforme já apontamos, a noção de espaço público e espaço privado.

Muitos utopistas da época estavam interessados no urbanismo e no problema da *cidade*, como forma superior de organização social e cultural. Wiener preocupa-se, antes, com a *arquitetura da ligação social*, cuja contribuição da cibernética poderia gerar mais *transparência*. Com a comunicação, já não existiria mais o *ser humano*, mas antes os *seres sociais*, inteiramente definidos pelas suas capacidades para comunicar socialmente. “Wiener está na origem da *recentragem* que permite caracterizar o homem, não como sujeito individual, mas antes a partir de sua atividade de permuta social” (*Ibid.*, p.47).

Neste ideal, desaparece a necessidade de um nível em que atua o indivíduo e um outro em que atua a sociedade: eles se fundem numa moderna ligação social unitária. “É a transparência que permite realmente essa fusão: graças à comunicação, o homem é transparente para a sociedade e a sociedade é transparente para o homem. Os *media* modernos basearão a sua política de expansão na ideia de que jamais, nada em parte alguma, deverá ser mantido em segredo” (*Ibid.*, p.55).

As formas de “criptografia” variavam e, nos séculos XVI e XVII, eram extremamente precárias – embora seja importante reforçar que o desejo por manter documentos fora do alcance da população sempre existiu. Os manuscritos noticiosos citados por Peter Burke

(2006), enviados a um seleto grupo de assinantes antes mesmo do advento dos jornais, também era útil para este propósito. Enviado apenas a pessoas ricas, permitindo assim a circulação de informações que os governos preferiam manter secretas. Desta forma, mesmo após meados do século XVII, o mercado para este tipo de manuscrito ainda era produtivo, apesar do surgimento de jornais noticiosos a partir de 1650. Em alguns dos primeiros jornais, estas cartas passaram a influenciar a própria pauta e doutrina política do jornal.

3.8 Internet: Usos sociais entre determinismos ideológicos e *linhas de fuga*

As origens da Internet remetem à Arpanet, rede de computadores montada pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) que começou a funcionar em setembro de 1969. A ARPA teve início em 1958, lançada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, originalmente com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética. Os comunistas lançaram um ano antes, em 1957, o primeiro satélite russo, o Sputnik. Os parceiros dos militares norte-americanos eram fundamentalmente a comunidade acadêmica.

Um dos departamentos da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO), lançou um pequeno programa denominado Arpanet, com o objetivo de estimular a pesquisa em computação interativa. A Arpanet tinha como objetivo inicial, portanto, permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência o compartilhamento de informações. Os primeiros *nós* da rede, em 1969, estavam na Universidade da Califórnia em Los Angeles e em Santa Bárbara, bem como no Instituto de Pesquisa de Stanford e na Universidade de Utah. Já em 1971, havia 15 nós, quase todos em centros universitários de pesquisa. Durante os anos 1970, diversos protocolos e softwares foram criados (Castells, 2003).

A Arpanet só saiu do ar em 1990, quando já era considerada obsoleta. Foi tão somente neste momento que a Internet deixou de ser militar. O governo dos EUA passou a administração da rede para a *National Science Foundation*, que ficou a cargo das operações por pouco tempo. O próprio governo norte-americano financiou fabricantes de computador para fomentar a inclusão dos protocolos TCP/IP, que permitem que um computador pessoal acesse a rede. No início da década de 1990, grande parte dos computadores pessoais norte-

americanos tinham capacidade para acessar a Internet, que no entanto ainda era bastante rudimentar em relação ao seu modelo contemporâneo.

No início dos anos 1990, surgiram diversos provedores de Internet, que passaram a comercializar diretamente com o público a então nascente tecnologia. O que tornou possível a rápida projeção da Internet naquele país foi o formato original da Arpanet: baseada numa arquitetura descentralizada e realizada a partir de protocolos abertos de comunicação. Todo *software* era *livre*, disponibilizado abertamente na rede então existente. Havia, então, uma ampla cultura de compartilhamento da informação, baseado na ideia de que quanto mais informações fossem trocadas, mais produtivo seria o trabalho.

Foi somente a partir desta condição que a Internet pôde se expandir, pela adição de novos nós e a reconfiguração infinita da rede para acomodar necessidades de comunicação. Outras redes abertas de compartilhamento de dados, como a *bulletin board systems* (BBS), também foram importantes nos primeiros passos da rede. O *MODEM* (1977), uma ferramenta que permitia a transferência de arquivos entre computadores pessoais, e o *Computer Bulletin Board System* (1978) – que deu origem ao BBS – foi projetado por dois estudantes de Chicago, que liberaram ambos os programas para domínio público. As BBSs ainda existem, mas por seu uso ser mais complexo do que a atual Internet, perdeu muitos adeptos e não cresceu na mesma proporção. Em 2000, três milhões de usuários usavam a BBS para trocar informações (Castells, 2003, p.16).

Uma tendência decisiva na formação de redes de computadores, aponta Castells, se deu em torno da comunidade dos usuários UNIX, sistema operacional desenvolvido pelos Laboratórios Bell. O código-fonte do UNIX foi liberado para as universidades em 1974. A partir daí, tornou-se o sistema operacional de todos os departamentos de ciência da computação. Em 1978, o mesmo laboratório distribuiu o programa UUCP – sigla para *UNIX-to-UNIX copy* –, que permitia que computadores copiassem arquivos entre si.

Com base no UUCP, no ano seguinte quatro estudantes na Carolina do Norte projetaram um programa para comunicação entre computadores que rodavam em UNIX. E, em 1980, apenas dois anos depois, uma versão aperfeiçoada foi distribuída gratuitamente numa conferência de usuários de UNIX em 1980. “Isso permitiu a formação de redes de comunicação entre computadores – a Usenet News – fora do backbone da Arpanet, ampliando assim consideravelmente a prática da comunicação entre computadores”. (Castells, *op.cit.*, p.16)

3.9 O nascente movimento de *software* livre

Esta tradição resultou no “movimento da fonte aberta”, que está na origem do atual movimento de *software* livre. O grupo passou a reivindicar que toda a informação relativa a sistemas de software fosse aberta. Em 1983, um programador do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT, Richard Stallman, reagiu a uma decisão da AT&T – que tentou reivindicar direitos de propriedade sobre o UNIX –, lançando um movimento de software livre e, dois anos depois, a *Free Software Foundation* (FSF)³⁴, uma organização sem fins lucrativos com a missão de “defender e educar em benefício dos usuários de computadores em todo o mundo”. A principal proposição era a substituição do *copyright* (direitos de cópia) pelo *copyleft* – ou seja, qualquer pessoa que usasse um software gratuito deveria, em retribuição, distribuir na Internet o código daquele software aperfeiçoado. Stallman criou também um sistema operacional, o GNU, como alternativa ao UNIX – a sigla GNU significa *GNU Não é UNIX* –, e o tornou disponível na rede sob uma licença que permitiu seu uso, desde que respeitada a cláusula do *copyleft*.

O *software livre* é definido pela FSF como um “software que dá ao usuário a liberdade de compartilhar, estudar e modificá-lo. Chamamos isso de software livre porque o usuário é livre”. Para usar o software livre é preciso “fazer uma escolha política e ética, afirmando o direito de aprender e compartilhar o que aprendemos com os outros. O *software livre* tornou-se a fundação de uma sociedade de aprendizagem [*learning society*], onde partilhamos o nosso conhecimento de uma forma que outras pessoas possam aproveitar e apreciar”.

Eles reconhecem que muitas pessoas usam o *software* proprietário, “que nega aos usuários essas liberdades e benefícios”. Advertem: “Se fizermos uma cópia e darmos a um amigo, se tentarmos descobrir como o programa funciona, se colocarmos uma cópia em mais de um de nossos próprios computadores em nossa própria casa, poderíamos ser pegos e multados ou sermos presos. Isso é o que está nas letras miúdas dos contratos de licença que você aceita ao usar *software* proprietário”.

Um dos argumentos está, sobretudo, na privacidade dos usuários – um direito que poderia ser comparado ao direito clássico de inviolabilidade do lar e da correspondência, presente em todas as constituições da modernidade. As corporações por trás de *softwares* proprietários, alertam, muitas vezes “espionam suas atividades e não permitem compartilhar

³⁴ Vide <<http://www.fsf.org/>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

com outros. E porque nossos computadores controlam muitas de nossas informações pessoais e atividades diárias, o *software* proprietário representa um perigo inaceitável para uma sociedade livre”³⁵.

Sobre o sistema operacional GNU ao qual nos referimos, o FSF questiona: “E se houvesse um grupo mundial de programadores éticos e talentosos voluntariamente comprometidos com a ideia de escrever e compartilhar *software* uns com os outros e com qualquer outra pessoa que concordou em compartilhar da mesma forma? E se alguém pudesse ser uma parte e se beneficiar desta comunidade, mesmo sem ser um perito de computador ou saber nada sobre programação?” Concluem que “não teríamos que nos preocupar em ser pegos copiando um programa útil para os nossos amigos, porque nós não estaríamos fazendo nada de errado”.

O movimento, de fato, agrega milhões de pessoas em todo o mundo e é o mais organizado entre os distintos movimentos relacionados ao ideário do acesso aberto na computação. Existem atualmente muitas variantes ou *distribuições* do sistema operacional GNU. O software livre é em geral associado ao *Linux*, um outro sistema operacional desenvolvido por Linus Torvalds, um estudante de 22 anos da Universidade de Helsinki, na Finlândia, em 1991. Para se comunicar, ele utilizou a já referida *Usenet*. O *Linux* foi igualmente distribuído pela Internet e rapidamente se expandiu, sendo melhorado pelo conjunto de milhares de desenvolvedores e milhões de usuários trabalhando em rede. Sistemas de código aberto se tornaram, assim, os mais avançados do mundo, sendo atualmente a referência de qualidade para a hospedagem de servidores de grande porte, devido à elevada segurança contra invasões e à estabilidade do sistema.

O Apache – ou *Apache HTTP Server* –, um programa de servidor de código aberto desenvolvido por uma rede cooperativa de programadores do UNIX, é o mais bem sucedido servidor livre global. Foi criado em 1995 por Rob McCool, então funcionário do *National Center for Supercomputing Applications* (NCSA). Numa pesquisa realizada em dezembro de 2007, foi constatado que a utilização do Apache representa 47.20% dos servidores ativos no mundo³⁶. Em maio de 2010, o Apache serviu mais de 54,68% de todos os sites e mais de 66% dos milhões de sites mais movimentados³⁷. Atualmente, o *software* livre já está disponível

³⁵ LEE, Matt. What is free software and why is it so important for society? Free Software Foundation, 03 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.fsf.org/about/what-is-free-software>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

³⁶ December 2007 Web Server Survey. Netcraft, 29 dez. 2007. Disponível em: <http://news.netcraft.com/archives/2007/12/29/december_2007_web_server_survey.html>. Acesso em: 11 fev. 2011.

³⁷ MAY 2010 Web Server Survey. Netcraft, 14 mai. 2010. Disponível em:

para quase todas as tarefas de computação, com raras exceções.

Foi a partir deste contexto que diversos governos passaram a adotar o software livre, de formas distintas, inclusive por meio de força da lei. O Brasil é um dos países considerados grandes entusiastas das ferramentas livres, criando não apenas legislação própria como também programas de capacitação e um portal público voltado para o tema³⁸. No início de 2011, a presidenta brasileira Dilma Rousseff publicou uma instrução normativa deixando clara a opção preferencial da administração federal pelo software livre³⁹.

Programadores apontam para o risco de utilizar uma tecnologia proprietária que restringiria o acesso a documentos oficiais. Um dos exemplos diz respeito a editores de texto e planilha, por exemplo. Editores proprietários possuem partes do documento criptografado, o que permite que os proprietários do *software* mudem o padrão do código e não permitissem a atualização de milhões de documentos armazenados em arquivo. O mesmo vale para padrões de fotos, vídeos ou qualquer outro dado em formato digital.

Essa situação já aconteceu, de fato, com o conjunto de usuários do *Office*, uma série de aplicativos de escritório da Microsoft, contendo programas como editores de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, gerenciador de tarefas, e-mails e contatos, entre outros. Em 2002, a empresa possuía 90% deste mercado. Em 2007, a Microsoft decidiu usar uma compressão de arquivo que modificou seu padrão – por exemplo, o tradicional “.doc”, para arquivos de texto, se transformou no formato “.docx”. Esta medida tornou o seu produto anterior incompatível com seu próprio produto mais recente. O novo programa não abria bilhões de arquivos em todo o mundo salvos no formato anterior. Surgiram vários programas pela Internet que conseguiam converter os formatos, mas a mudança forçou milhões de usuários a adquirir a nova versão do *Office*. Principalmente por conta da baixa habilidade técnica da maior parte dos usuários comuns, durante algumas meses milhares de comentários se seguiram em toda a Internet, com as pessoas procurando informações sobre como abrir seus arquivos pessoais.

A partir deste e de outros exemplos, os entusiastas do *software livre* focam seus princípios em conceitos de *cidadania*, a saber:

<http://news.netcraft.com/archives/2010/05/14/may_2010_web_server_survey.html>. Acesso em: 11 fev. 2011.

³⁸ Software Livre no governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

³⁹ LOBO, Ana Paulo. Governo Dilma cria Instrução Normativa onde mantém preferência ao software livre. *Convergência Digital*, 19 jan. 2011. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=24888&sid=9>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

- I. O *software livre* promoveria a independência do fornecedor, já que o governo não fica amarrado às tecnologias proprietárias, tampouco obrigado a refazer licenças a cada vez que algum *software* deixa de ter suporte ou lançar nova versão;
- II. Promoveria ainda a *inclusão digital*, já que o desenvolvimento da cultura de *software livre* permite que a todos as classes – mesmo as de menor renda – usufruir sem custos softwares de alta qualidade, com todos os seus recursos, sem nenhum custo adicional.
- III. Diminuiria a necessidade da “pirataria”, disponibilizando conteúdos e *softwares* de qualidade para os cidadãos.
- IV. Respeitaria o dinheiro público, pois os governos deixam de pagar as licenças cada vez mais caras do *software* proprietário.
- V. Defenderia a sua soberania, particularmente no que se refere a *software* (sejam sistemas operacionais ou não), que podem, em termos técnicos, enviar dados dos computadores de usuários para os *sites* dos fabricantes (ou outros não identificados).
- VI. Facilitaria o desenvolvimento da economia interna. Os desenvolvedores e técnicos locais encontrariam emprego na construção de soluções próprias ou dando suporte a soluções já implementadas (enquanto os suportes para *softwares* proprietários costumam ser mais centralizados na matriz)⁴⁰.

Os defensores do *software* proprietário contrapõem que os argumentos afirmando, em geral, que o público já está acostumado a estes programas e que o *software* livre tem custos de manutenção maiores, porque requer pessoal especializado, sendo que a maioria dos técnicos locais já possuem conhecimentos para trabalhar nos atuais sistemas. A questão da soberania, afirmam, não seria tão importante, já que as grandes empresas de *software* estão dispostas a fornecer acesso a seus códigos fontes para a análise dos governos ou de grandes grupos empresariais. A própria Microsoft possui um programa de educação que oferece licenciamentos mais “fáceis, flexíveis e eficientes”, que “reduzem custos associados à atualização, à manutenção e ao gerenciamento de *softwares*” nas escolas⁴¹.

⁴⁰ Para uma discussão mais aprofundada, vide VIANNA, Túlio Lima. Por uma nova política de direitos autorais para a América Latina: O software livre como instrumento de efetivação do direito econômico ao desenvolvimento tecnológico. Separata da Revista da Ordem dos Advogados, ano 66, I, Lisboa, jan. 2006. Disponível em: <http://www.tuliovianna.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=21&Itemid=67>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁴¹ Microsoft Educação: Contrato Escola. Disponível em: <http://www.microsoft.com/brasil/educacao/parceiro/cont_escola.msp>. Acesso em: 11 fev. 2011.

Outra discussão pertinente ao desenvolvimento das ferramentas de informática enquanto meios socializantes era a capacidade que ela teria de se democratizar. Na verdade, foi apenas em 1990 que se deu o desenvolvimento da *World Wide Web* – ou simplesmente “www”, em português “rede de alcance mundial” –, o sistema que permitiu a comunicação em massa de todos os sistemas operacionais. Tratava-se, na verdade, de uma aplicação de compartilhamento de informação desenvolvida neste ano por um programador inglês, Tim Berners-Lee, que trabalhava na Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN), com base em Genebra, na Suíça.

Berners-Lee deu sequência a uma tradição de meio século de pesquisadores que buscavam uma ampla conexão entre computadores em todo o mundo (Castells, 2003, p.18). Um programa denominado *Enquire*, elaborado em 1980, utilizava como base a já funcional Internet daquela época, ampliando entretanto as possibilidades de trocas entre os computadores. Ele desenvolveu, por exemplo, protocolos como o HTTP⁴² – “Protocolo de Transferência de Hipertexto”, que serve até hoje a comunicação entre páginas na Internet – e o URL – “Localizador Padrão de Recursos”, que serve para identificar o endereço de um recurso na Internet, como uma impressora ou um arquivo de imagem.

Berners-Lee se uniu a outros programadores e desenvolveu o primeiro navegador de Internet, em dezembro de 1990, e chamou o sistema de *World Wide Web*. O *software* que permitia a utilização do navegador foi lançado na rede mundial pelo CERN em 1991. A partir dele, que possuía o código-fonte aberto, diversos programadores tentaram idealizar outros navegadores. O *Netscape Navigator*, de caráter comercial, foi lançado ao público em dezembro de 1994. Apenas após o sucesso deste navegador, que ampliava significativamente os usos da rede mundial, a Microsoft decidiu entrar na Internet, lançando o “Internet Explorer”, junto com seu sistema operacional *Windows 95*.

Diversos protocolos de Internet são hoje administrados por um grupo – o *Internet Engineering Task Force*, ou simplesmente IETF (em português, algo como Força Tarefa de Engenharia da Internet). Trata-se de uma comunidade internacional ampla e aberta, do qual fazem parte programadores, agências, fabricantes, fornecedores, pesquisadores, entre outros. Sua preocupação fundamental é com temas como a evolução da arquitetura da Internet e seu funcionamento, proposição de soluções para questões vinculadas à sua utilização e

⁴² BERNERS-LEE, T., FIELDING, R. e FRYSTYK, H. Hypertext Transfer Protocol -- HTTP/1.0. Internet Engineering Task Force, mai. 1996. Disponível em: <<ftp://ftp.rfc-editor.org/in-notes/rfc1945.txt>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

padronização das tecnologias e protocolos. As recomendações do grupo são publicadas em documentos denominados RFCs (*Request for Comments*, ou Pedido de Comentários). O próprio grupo é tema de distintas RFCs⁴³. Chama atenção a organização das propostas e solicitação de ampla colaboração mundial, limitada apenas pela língua padrão (o inglês).

Atualmente, Berners-Lee dirige o *World Wide Web Consortium* (W3C), consórcio aberto que recomenda padrões para a Internet. Ele também fundou a *World Wide Web Foundation*, cujo objetivo declarado é “deixar a Internet servir a humanidade” [*Let the web serve the humanity*]⁴⁴.

Sem estes *softwares* e procedimentos de gestão global, elaborados colaborativamente ao longo do desenvolvimento da Internet, a *auto-comunicação de massa* da qual fala Castells não seria possível. Mais importante é notar que, por trás da história do desenvolvimento da Internet, há todos os elementos que poucos imaginam em uma comunidade de “nerds” ou “geeks”, como são frequentemente taxados pela mídia os programadores e cientistas de computação – ideologias em disputa, dilemas éticos, intensa politização, utopias em relação às grandes narrativas, elaboração de procedimentos democráticos de participação e ideias para transformar o mundo.

Além disso, a Internet nasceu da curiosa interseção entre as grandes pesquisas da área de computação, as pesquisas militares e a cultura *libertária* de muitos programadores. As aplicações militares da Arpanet foram tão secundárias que em 1983 o Departamento de Defesa, preocupado com a segurança da informação, decidiu criar a MILNET, uma rede independente para usos militares específicos. A Arpanet – que se tornou Arpa-Internet – passou a se dedicar exclusivamente à pesquisa. A desconfiança não era exclusividade dos militares. O ambiente acadêmico, muito mais propenso a uma cultura libertária, também via com restrições a interação com os militares.

3.10 Os princípios libertários da arquitetura da Internet

Três princípios que fundamentaram a Internet ainda dominam, atualmente, a lógica da rede: (i) Sua estrutura descentralizada; (ii) Poder computacional distribuído através dos nós da

⁴³ The Tao of IETF: A Novice's Guide to the Internet Engineering Task Force. IETF.org, set. 2006. Disponível em <http://tools.ietf.org/html/rfc4677>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁴⁴ Vide o perfil do autor no Twitter: http://twitter.com/timberners_lee

rede; e (iii) redundância de funções na rede, diminuindo o risco de desconexão. Estas características, aponta Castells, “corporificavam a resposta-chave para as necessidades militares de capacidade de sobrevivência do sistema: flexibilidade, ausência de um centro de comando e autonomia máxima de cada nó” (2003, p.20). Apesar de os conceitos terem sido formulados a partir de uma concepção militar, a rede experimental elaborada nos anos 1960 não recebeu grande atenção do Departamento de Estado norte-americano. A rede acabou sendo montada com um objetivo não-militar, por cientistas que trabalhavam na ARPA e em colaboração com ela.

A intenção inicial de alguns destes cientistas era “otimizar o uso de recursos computacionais caros mediante compartilhamento de tempo *online* entre centros de computação”. No entanto, o custo baixou significativamente e este deixou de ser um objetivo explícito. O uso mais popular da rede, comenta Castells, foi o correio eletrônico, aplicação desenvolvida em julho de 1970. Grande parte das pesquisas em computação foram, durante meio século, financiadas pelo mesmo departamento da ARPA que desenvolveu os primeiros aplicativos, o já mencionado *Information Processing Techniques Office* (IPTO), hoje uma agência de tecnologia que goza de grande prestígio⁴⁵.

O pano de fundo era a Guerra Fria, que possibilitou um forte apoio popular e governamental para o investimento em ciência e tecnologia de ponta – começando, inclusive, pelo próprio lançamento da ARPA que, como já foi mencionado, se tratou de uma reação ao lançamento do programa espacial soviético em 1957, considerado uma ameaça à segurança dos EUA. “O esforço científico e de engenharia feito em torno da Segunda Guerra Mundial constituiu a matriz para as tecnologias da revolução da microeletrônica, e a corrida armamentista durante a Guerra Fria facilitou seu desenvolvimento”. (Castells, *op.cit.*, p.22)

O autor lembra ainda que todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos relacionados à Internet se deram em instituições governamentais e em importantes universidades e centros de pesquisa. “A Internet não teve origem no mundo dos negócios. Era uma tecnologia ousada demais, um projeto caro demais, e uma iniciativa arriscada demais para ser assumida por organizações voltadas para o lucro”.

Castells conta, por exemplo, que nos anos 1970 a IBM publicou um estudo prevendo que o “mercado mundial para computadores se estabilizaria no ano 2000 em cerca de cinco computadores”. Mesmo após o desenvolvimento do computador pessoal, muito mais eficiente

⁴⁵ Vide a página oficial do grupo, em <<http://www.darpa.mil/i2o/>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

do que as gigantescas máquinas dos anos 1950 e 1960, uma das empresas líderes no mercado de informática, a *Digital Equipment Corporation* (DEC), não enxergava futuro neste tipo de negócio. Em 1977, seu presidente declarou: “Não há razão alguma para alguém querer ter um computador pessoal em casa”.

Neste aspecto, Castells conta uma história interessante e central para o desenvolvimento da rede de informática. Na década de 1960, conta, as grandes corporações eram bastante conservadoras em suas estratégias industriais e financeiras:

(...) A ilustração mais flagrante desta afirmação é o fato de que em 1972 Larry Roberts, diretor do IPTO, tentou privatizar a Arpanet, já montada e funcionando. Propôs-se a transferir a responsabilidade operacional para a *AT&T*. Após considerar a proposta, com a ajuda de uma comissão de especialistas dos Laboratórios Bell, a companhia recusou. A *AT&T* era dependente demais da telefonia analógica para se dispor a passar para a comutação digital. E assim, para o benefício do mundo, um monopólio corporativo perdeu a Internet.

Já nos anos 1990, quando o *Office of Technology Assessment* dos EUA promoveu uma audiência, nenhuma companhia telefônica aceitou o convite para participar. Uma delas declarou explicitamente não ter nenhum interesse nesse desenvolvimento. (Castells, 2003, p.24)

A Internet se desenvolveu, conclui o autor, num ambiente seguro, propiciado a partir de recursos públicos e uma pesquisa orientada para um objetivo específico, que no entanto preservou no essencial a liberdade de pensamento e inovação. O resultado foi um produto aberto, flexível, que pôde ser intensamente adaptado por outras comunidades de programadores e de cientistas em todo o mundo. E mais tarde, já entrando no século XXI, apropriada por milhões de pessoas comuns para os mais múltiplos usos⁴⁶.

3.11 A utopia tecnológica e suas configurações políticas

Os distintos temas tratados aqui, envolvendo desde os primeiros passos da Internet até o *software livre* e as tecnologias sociais, demonstram uma profunda politização da categoria que liderou os avanços da computação compartilhada – os cientistas da computação, alguns deles jovens universitários de espírito libertário –, com utopias e projetos sendo desenvolvidos

⁴⁶ Dois estudos recentes fazem uma excelente síntese dos movimentos sociais na área de informática: CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes. *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6384285/A-Trajectoria-da-Internet-no-Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2011. e MAZIÈRES, Antoine Bernard Marie. *Uma análise do movimento do software livre e de código aberto*. Campinas, SP : [s. n.], 2009. Disponível em: <http://ant1.cc/files/diss_br.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2011.

em meio a um profundo debate sobre a função social da tecnologia.

Muitos dos projetos descritos até agora – utópicos, em parte – certamente contribuíram para a formulação de muitas políticas de *multidão* (Hardt e Negri), extremamente organizadas e dotadas de princípios éticos firmes. A divulgação de mais de um milhão de documentos confidenciais pelo grupo WikiLeaks, desde 2006, mostra um pouco como foi possível realizar a tarefa vislumbrada por Wiener.

Organização transnacional sem fins lucrativos, o WikiLeaks⁴⁷ tem sede na Suécia e publica documentos, fotos, vídeos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. O site foi construído por *hackers* espalhados pelo mundo com base em vários pacotes de *software* distintos. Lançado em dezembro de 2006, já continha 1,2 milhão de documentos em meados de novembro de 2007. Seu principal editor e porta-voz é o australiano Julian Assange, jornalista e *ciberativista*⁴⁸.

O propósito da transparência serviu – convergindo com as preocupações de Wiener – para denunciar atos de barbárie promovidos pelos militares norte-americanos. Em abril, WikiLeaks divulgou um vídeo de 2007 que mostra o ataque de um helicóptero Apache norte-americano, matando pelo menos 12 pessoas – dentre as quais dois jornalistas da agência de notícias Reuters – em Bagdá, no contexto da ocupação do Iraque. O vídeo do ataque, denominado *Collateral Murder*, é uma das mais assustadoras publicações do site, dada a desumanidade contida nela. Outro documento polêmico é a cópia de um manual de instruções para tratamento de prisioneiros na prisão militar norte-americana de Guantánamo, em Cuba, promovendo explicitamente a tortura.

Curiosamente, o WikiLeaks recebeu o apoio de todos os movimentos sociais pacifistas pelo mundo, mas igualmente de grupos em geral não vinculados a estes movimentos. No dia 2 de fevereiro de 2011, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, pelo parlamentar norueguês Snorre Valen. O autor da proposta declarou que o WikiLeaks é “uma das contribuições mais importantes para a liberdade de expressão e transparência” no século XXI. “Ao divulgar informações sobre corrupção, violações dos direitos humanos e crimes de guerra, o WikiLeaks é um candidato natural ao Prêmio Nobel da Paz”⁴⁹.

⁴⁷ WikiLeaks. Wikipédia, sem data. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/WikiLeaks>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

⁴⁸ Julian Assange: Why the world needs WikiLeaks. TED, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/eng/julian_assange_why_the_world_needs_wikileaks.html>. Acesso em: 10 jan. 2011.

⁴⁹ WikiLeaks Nominated For Nobel Peace Prize. CBS News, Oslo (Noruega), 02 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/stories/2011/02/02/ap/world/main7310179.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

As aspirações cosmopolitas que, desde Kant, se multiplicam, se encontram igualmente no pensamento de Wiener. Diz ele:

O vasto Império Romano só foi possível graças aos progressos dos romanos na construção de estradas. Estas vias serviam para transportar as legiões, mas também a autoridade do imperador. Nos nossos dias, com o avião e a rádio, a palavra dos governantes estende-se a todos os cantos do globo e um grande número de razões que outrora se opunham à existência de um Estado mundial foram anuladas. Podemos mesmo afirmar que a comunicação moderna, que nos obriga a regular juridicamente as reivindicações internacionais dos diferentes sistemas de radiodifusão e das diversas redes aéreas, tornou inevitável o Estado mundial. (Wiener, 1954, p.134 *apud* Breton, 1994, p.56)

Uma das marcas da sociedade da comunicação de Wiener é, portanto, a auto-regulação política, a partir de redes, evocando certos aspectos das teorias anarquistas do século XIX e inspirando teorias contemporâneas da autogestão.

Anos antes, o próprio Alan Turing se envolveu na guerra contra os nazistas com as melhores das intenções. Turing era especialista em uma das aplicações concretas das novas máquinas matemáticas eletrônicas: a atividade de “destruição de códigos” levada a cabo por norte-americanos e, sobretudo, por ingleses – liderados por Turing, que trabalhava com criptografia.

A criptografia (do grego 'kryptós', *escondido*, e 'gráphein', *escrita*) é o estudo dos princípios e técnicas pelas quais uma informação pode ser transformada da sua forma original para outra ilegível, de forma que possa ser conhecida apenas por seu destinatário, detentor de uma chave secreta, o que a torna mais difícil de ser lida por alguém não autorizado. Só o receptor da mensagem pode ler a informação com facilidade. É um ramo da matemática, parte da criptologia⁵⁰.

Turing se torna, então, o “decodificador-chefe” dos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial e seu trabalho foi decisivo à época. Turing entende trabalhar, evidentemente, por uma boa causa, ao tornar *transparentes* todas as comunicações militares alemãs e contribuir, desta forma, para salvar milhares de vidas de soldados aliados. O matemático é considerado, no meio institucional militar, um verdadeiro herói nacional. No entanto, mais tarde será perseguido por ser homossexual e condenado pela justiça à esterilização. Suicida-se, comendo uma maçã que ele envenenara. “O seu exemplo é significativo da profunda desconfiança que os militares manifestavam em relação aos cientistas, cujo espírito livre e universalista constituía um insulto à luz dos valores militares”

⁵⁰ Criptografia. Wikipédia, sem data. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Criptografia>>. Acesso em: 05 fev. 2011.

(Breton, *op. cit.*, p.41)

Apesar de a maioria da academia colaborar estreitamente com os militares, uma minoria de cientistas protestava contra os usos equivocados de suas criações. O próprio Wiener postula a responsabilidade dos cientistas enquanto criadores avaliar circunstâncias políticas e sociais para colocar ou não o resultado de seus trabalhos nas mãos dos dirigentes. Antes mesmo da guerra acabar, observa Breton, Wiener se recusa a participar de um colóquio apoiado pelo exército sobre computadores ultra-rápidos em Harvard. Sua tomada de posição se torna conhecida, embora ainda minoritária. Apoiado por Albert Einstein, Wiener dá palestras alertando sobre “a neurose da angústia da guerra científica (que) nos persegue para nos precipitar no oceano da nossa própria destruição.” (Wiener *apud* Breton, *op. cit.*)

Ao longo de pouco mais de três séculos, a concepção das redes e de tecnologias comunicacionais esteve circunscrita em um *modelo mecânico*, em que a noção de comunicação é cortada da noção de cultura. Ainda hoje, no entanto, é possível observar um problema recorrente desde os debates fundacionais acerca do tema: a disciplina de comunicação (seus agentes sociais e instituições), tal como numerosas disciplinas das ciências humanas, desejosas por participar da legitimidade das ciências da natureza (e, atualmente, das tecnociências), retomará em maior ou menor grau elementos da teoria matemática da comunicação, elaborada inicialmente pelo engenheiro e matemático Claude Elwood Shannon (1916-2001). Trata-se, nesta perspectiva, de analisar “quantidades de informação”, em detrimento da “raiz etimológica da *informação*, que denota um processo que dá forma ao saber graças à estruturação de fragmentos de saber” (Mattelart, 2006, p.63). A *comunicação instrumental*, adotada em parte dos centros de pesquisa por todo o mundo, são uma consequência deste modelo mecânico.

A constituição de *cidadania* (nos termos dos *direitos humanos universais*) e sua vinculação com as novas mídias são aqui problematizadas a partir de sua gênese histórica e conceitual. E podemos observar, nas expressões correntes das tecnociências, um sintoma do referencial teórico: *inteligência artificial* e *memória virtual* fazem parte de uma concepção bastante conhecida, a partir da gênese da *fisiologia social* de Saint-Simon.

Não se trata de negar as transformações socioculturais que foram estimuladas pela emergência de uma rede global de computadores. No entanto, análises de *fast-thinkers* – “sempre disponíveis e dispostos a parir um artigo ou a dar entrevista, os *habitués* da mídia” (Bordieu, 1997, p.41) –, *anunciam* (ou até mesmo *explicam*) um novo tipo de universalismo,

que estará completo quando cada ser humano tiver seu próprio computador e cada *Estado-mínimo* estiver preparado para o governo eletrônico.

Uma das utopias geradas pelo *ciberdeterminismo* é a de que emergirá uma nova “sociedade civil global”, ao mesmo tempo em que está decretado o fim do Estado-nação, observa Mattelart:

Por um lado, tende-se a reduzir a paisagem política mundial a dois atores: a sociedade civil transfronteiras e os macroagentes da economia. Desprezou-se a complexidade das reconfigurações que afetam o Estado-nação em sua articulação com a sociedade civil nacional, ambos confrontados com as lógicas da mundialização. Há uma recusa em se repensar a mediação estatal fora da ideia pronta do fim do Estado-nação. Quer se queira ou não, o território do Estado-nação permanece como quadro histórico e funcional do exercício democrático, o local de definição do contrato social, o lugar das conquistas das lutas sociais. (Mattelart, 2006, p.164)

O Estado está longe de ter atingido o grau de obsolescência que lhe atribuem os defensores das desterritorialização por meio das redes interpostas. “É necessária a miopia dos tecnolibertários para atribuir força a esse populismo globalitário que se prevalece de uma representação simplista de um Estado abstrato e maléfico, oposto à de uma sociedade civil idealizada, espaço liberado das trocas entre indivíduos plenamente soberanos” (p.164-165). Nos planos de tradição rumo à sociedade da informação, a *sociedade* é esquecida, argumenta o autor (p.173). As distintas interações socioculturais, educativas, econômicas e políticas devem servir de base para a análise dos usos do mundo digital, como forma de impedir o ciberdeterminismo, pois fundamentam a origem do jogo social contemporâneo.

3.12 Tecnologia: entre o técnico, o cultural e o social

Uma das principais teorias críticas recentes ao determinismo tecnológico foi elaborada pelo sociólogo francês Dominique Wolton, que dá importância ao tema ao apontar que, “do ponto de vista dos valores, a *comunicação* permeia toda a tradição religiosa e cultural do Ocidente, antes de tornar-se um dos canais normativos mais poderosos nas lutas pela liberdade e pela democracia” (Wolton, 2007, p.9). Simultaneamente, a instrumentalização do campo, por meio dos avanços tecnológicos, mudou radicalmente o estatuto e introduziu a comunicação na era do capital e do lucro.

Assim como outros autores aos quais fizemos referência, Wolton destaca que a

comunicação é indissociável da modernidade e deste “lento movimento de emancipação do indivíduo e do nascimento da democracia”, uma “condição para a democracia de massa”. O autor diverge quanto à abordagem de Hardt e Negri (2005), ao argumentar que o principal desafio da comunicação não diz respeito à aproximação dos indivíduos e das coletividades, mas – ao contrário – a administração de suas diferenças, de suas alteridades.

Do ponto de vista metodológico, Wolton afirma que uma perspectiva teórica ajuda a separar as questões fundamentais dos *falsos problemas*, “sobretudo quando os acontecimentos se sucedem rapidamente, o que é atualmente o caso das novas tecnologias, em que tudo parece cada vez mais evidente” (p.11). Para o autor, produzir conhecimentos é necessariamente olhar o mundo de outra forma e não se satisfazer com as evidências. A questão para a pesquisa é: existe realmente uma ruptura do ponto de vista de uma teoria da comunicação entre as mídias de massa e as novas tecnologias? (p.14)

Compreender o lugar e o papel da comunicação na sociedade, argumenta, significa analisar as relações entre as três características da comunicação: o sistema técnico, o modelo cultural dominante e o projeto que sustenta a organização econômica, técnica e jurídica do conjunto de tecnologias da comunicação:

Existe mesmo, na maior parte do tempo, *um conflito* entre estas três lógicas: técnica, cultural e social. O interesse da pesquisa é demonstrar que, se as técnicas são claramente o que há de mais espetacular, o essencial não está nisso, nem nas performances sempre sedutoras, mas na compreensão dos laços, em maior ou menor grau, contraditórios entre sistema técnico, modelo cultural e projeto de organização da comunicação. (p.15)

Wolton critica as teorias que estabelecem uma ligação direta entre a história da comunicação e a de suas grandes etapas tecnológicas. “Essa visão materialista da comunicação é cômoda. Entretanto, a história das tecnologias, que é uma disciplina pouco valorizada, prova o contrário. A história das técnicas que transformaram a matéria e a natureza, e mais ainda a da comunicação, mostra que sempre existe uma autonomia entre estas três lógicas” (Wolton, 2007, p.16).

Para o autor francês, a questão da Internet, por exemplo, não consiste em saber se todos terão acesso a ela, ou ainda se surpreender com o que permite fazer. Trata-se de “principalmente compreender se existe uma ligação entre este sistema técnico e uma ruptura de modelo cultural e social da comunicação”. Caso consideramos a Internet um símbolo das novas tecnologias, indaga, seria necessário saber se esta inovação vai ao encontro, ou não, de uma evolução substancial nos modelos culturais da comunicação e dos projetos sociais da

comunicação.

Wolton centra sua crítica em torno de três objetivos. O primeiro é a revalorização teórica da comunicação, que não pode se limitar apenas a uma técnica nem a um mercado em expansão, retomando seu caráter de valor essencial ao patrimônio cultural das sociedades. O segundo objetivo é a defesa de uma reflexão sobre a televisão, que Wolton caracteriza como uma *mídia essencial* para a democracia, pois traz para a arena pública de debate a *questão da maioria* na democracia de massa. Wolton argumenta que grande parte das críticas feitas à televisão – em geral elaborada por adeptos das novas tecnologias – traduzem a “desconfiança das elites em relação à problemática da maioria e da comunicação de grande audiência”.

A importância da pesquisa na área, afirma, diz respeito ao fato de que a comunicação deve ser reconhecida como uma grande questão teórica da democracia. “Valorizar, enfim a comunicação do ponto de vista teórico é também permitir uma mudança de enfoque em relação à ideia de regulamentação”, que “não deve ser vista como um *freio* à liberdade de comunicação, mas, ao contrário, como uma proteção desta liberdade” (*Ibid.*, p.21-22). O “vazio teórico” do campo da comunicação, conclui, permitiu a ascensão da ideologia tecnológica há três décadas. Esta ideologia – o “*reencantamento do mundo* através das novas tecnologias de comunicação” – possuiria uma tripla dimensão, fundamentada nas seguintes afirmações:

- (i) O avanço técnico é sinônimo de progresso, principalmente no âmbito da comunicação;
- (ii) É imprescindível adaptar-se, pois estamos atrasados;
- (iii) Qualquer crítica é sinônimo de medo das mudanças e de defesa dos arcaísmos.

Esta dinâmica está vinculada, em parte, ao próprio esvaziamento das utopias políticas e das grandes narrativas do século anteriores, que se veem preenchidas nos últimos anos por um acúmulo de utopias provenientes do campo da tecnologia e da comunicação – que no entanto não se constituem propriamente uma novidade, conforme destacamos. São frequentes termos como *mundo virtual*, *ser digital* e a “mais enganosa utopia de todas”, segundo Jesús Martín-Barbero (2006), a *democracia direta*, atribuindo ao poder das redes informáticas a renovação da política e superando rapidamente as “velhas” formas de representação pela expressão viva dos cidadãos. Segundo Martín-Barbero

estamos diante da mais enganadora das idealizações, já que em sua celebração do imediatismo e da transparência das redes cibernéticas o que se está minando são os fundamentos próprios “do público”, isto é, dos processos de deliberação e de crítica, ao mesmo tempo em que se cria a ilusão de um processo sem interpretação nem hierarquia. (2006, p.69)

Desta forma, conclui Martín-Barbero, fortalece-se a crença de que o indivíduo pode comunicar-se “prescindindo de toda mediação social”, além de “aumentar a desconfiança de qualquer figura de delegação e representação”. Os discursos em torno da *democracia direta* por meio da Internet, de fundo libertário, apontam para uma “desorientação em que vive a cidadania”, como resultado da “ausência da densidade simbólica e da incapacidade de convocação de que padece a política representativa” (p.69).

Martín-Barbero não nega a importância da *rede*, que constituiria um “lugar público” com capacidade para a mediação cultural, processo este que introduz “uma verdadeira explosão do discurso público, ao mobilizar a mais heterogênea quantidade de comunidades, associações, tribos”. Ao mesmo tempo em que estes novos sujeitos liberam as narrativas do político, a partir de suas múltiplas lógicas sociais e culturais, “despotencializam o centralismo burocrático da maioria das instituições, potencializando a criatividade social no desenho da participação cidadã.” (*Ibid.*, p.70)

Ao mesmo tempo em que as tecnologias não são neutras, observa Martín-Barbero, elas constituem grupos de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos. São, por isso mesmo, “constitutivas dos novos modos de construir condições em que se diz e se faz a política”. (*Id.*)

É sobre estas novas formas constitutivas de participação cidadã, a partir de redes comunicacionais, que falaremos na próxima seção.

4 ESFERA PÚBLICA E REDE: EQUAÇÕES POLÍTICAS, VETORES ECONÔMICOS E CONFIGURAÇÕES SOCIAIS

4.1 Indícios da contribuição do *virtual* na elaboração do *real*

Em todo o mundo, muitas manifestações públicas contam atualmente com as ferramentas da Internet como aliadas. Em um dos casos notáveis, após intensas manifestações nas ruas no final de janeiro de 2010, o presidente do Egito Hosni Mubarak decidiu bloquear a Internet em todo o país – mas não só a Internet, também os sinais de celular e de satélite. A agência de notícias AFP registrou que “a internet é um instrumento muito utilizado pelos militantes desde terça-feira [25/01] para convocar protestos exigindo a queda do regime de Mubarak”, enquanto novas manifestações estavam marcadas para o dia do corte, em 28 de janeiro⁵¹. O mesmo debate ocorre na Síria, cujo governo liberou, após três anos de censura, o acesso aos sites *Facebook* e *Youtube*⁵².

Durante todo o mês de fevereiro de 2011, os levantes se espalharam por outros países do Oriente Médio e do Norte da África – como Argélia, Tunísia, Líbia e Barein, entre outros – e seguiram durante todo o ano. Todos com relatos de tensões entre a população e o governo, ocorrendo em dois momentos. Em um primeiro momento, o uso da Internet ajudou os distintos grupos a se informarem sobre a situação política do Egito, que foi um dos primeiros países no qual se deu o levante popular em 2011. Espalhou-se rapidamente por toda a região a notícia de que o ditador egípcio Hosni Mubarak havia renunciado ao cargo de chefe maior do país, no dia 11 de fevereiro, após intensa mobilização popular. Até mesmo o governo chinês demonstrou temer o impacto dos eventos⁵³.

Em um segundo momento, a população começou a utilizar as redes sociais para programar ações de protesto e de desobediência civil. A opção de cortar a Internet – bem como outros sinais de comunicação – era ora uma ameaça, ora uma medida concreta por parte dos governos ameaçados pelos levantes. Havia uma única concordância, no entanto: a Internet demonstrou ser, em meio às distintas crises políticas, uma ágil ferramenta de mobilização

⁵¹ Internet no Egito é bloqueada nesta sexta. AFP, Cairo, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.google.com/hostednews/afp/>>. Acesso em 01 fev. 2011.

⁵² SÍRIA libera acesso a Facebook e YouTube pela 1ª vez em três anos. Portal G1, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁵³ LINK, Perry. Middle East Revolutions: The View from China. *The New York Review of Books*, 17 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2011/feb/17/middle-east-revolutions-view-china/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

social. Até mesmo a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, admitiu que seu governo destina há pelo menos quatro anos recursos financeiros para “ajudar dissidentes políticos a combater a censura da internet em diversos países”⁵⁴.

Ainda em decorrência dos acontecimentos no Egito, um fato curioso – e não completamente esclarecido. O serviço de televisão da BBC Persa divulgou uma nota afirmando que estaria sofrendo interferências na transmissão via satélite da qual depende, vindas de dentro do Irã. A interrupção do sinal, afirma a nota, teria ocorrido depois da divulgação de reportagens sobre os protestos realizados no Egito. “A interferência eletrônica está ocorrendo nos satélites que a BBC usa no Oriente Médio para transmitir o sinal da sua *Persian TV* para o território iraniano. Especialistas em satélites rastream a interferência e confirmaram que ela está vindo do Irã”. A BBC afirmou que o impacto da cobertura teria sido o motivo por trás do bloqueio. “Outros programas que podem ter causado preocupação dentro do Irã incluem uma transmissão (...) na qual os serviços de televisão da BBC árabe e persa se juntaram para um programa especial interativo, no qual iranianos e egípcios trocavam opiniões (por telefone)”, informou a BBC em seu comunicado oficial.⁵⁵

Estes dados indicam que a cidadania poderia se efetivar a partir de intervenções na Internet. No entanto, ao contrário do que sugerem alguns autores, esta participação não se dá necessariamente na própria Internet – por meio de uma nova ambientação, inédita, descrita por alguns formuladores apenas recentemente –, e sim *a partir* dela. A Internet tem sido útil para reforçar, em determinados casos, a participação política em arenas tradicionais da esfera pública, como parlamentos e manifestações em praças públicas. Em geral, estão integradas a alguma reivindicação que nada tem de *virtual* – no sentido tecnológico do termo. O *virtual* é, na verdade, parte integrante da estrutura do *real*:

[virtual] indica uma dinâmica de realização do real – a capacidade de passar de um nível da ordem para outro mediante a integração de suas possibilidades –, portanto, o potencial de produção de todos os campos humanos de ação. Integra, assim, a estrutura do real – seu horizonte necessário no interior da tradição filosófica – e pode gerar realidades que dependerão necessariamente da ordem humana (Sodré, 2008, p. 123).

⁵⁴ CORRÊA, Alessandra. EUA vão aumentar apoio para combate à censura na internet. BBC Brasil, Washington, 15 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110215_eua_internet_ac.shtml>. Acesso em: 19 fev. 2011.

⁵⁵ Canal da BBC para o Irã é bloqueado após cobertura sobre Egito. BBC Brasil, Brasília, 11 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110211_egito_bbc_tv_fn.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2011.

Como os casos acima relatados demonstram, a Internet parece fornecer instrumentos para fortalecer determinados *imaginários sociais*, em determinados momentos históricos e conjunturas específicas. Além disso, conforme argumentamos na seção 2, também é essencial a existência de uma sociedade civil forte, que esteja estruturada no momento em que um processo de intensa transformação política se instalar – ou até mesmo para fazer emergir essas transformações. É sobre estas questões que passamos a falar.

4.2 A força da comunicação eletrônica: *mundos e eus imaginados*

“Qualquer livro sobre globalização é um suave exercício de megalomania”, afirma o antropólogo Arjun Appadurai. Na base desta questão está a *modernidade*, que pertence a essa pequena família de teorias que simultaneamente se declara e se deseja de aplicabilidade universal, afirma o autor indiano. Os aspectos culturais que servem para (re)pensá-la precisam ser categorizados como a modernização *como fato* e a modernização *como teoria*. Appadurai nota a historicidade de todas as grandes forças sociais, que possuem “precursores, precedentes, análogos e fontes do passado” (p.13).

Em seu *Dimensões Culturais da Globalização* (2004), o autor elabora uma teoria “de ruptura”, tomando os *meios de comunicação eletrônica* e a *migração* como os seus dois diacríticos principais e interligados, e explora o seu efeito conjunto sobre *a obra da imaginação* como característica constitutiva da subjetividade moderna – em consonância com outros autores, porém com um foco específico na relação entre os dois temas, mídia e migração.

Para Appadurai, os *meios de comunicação eletrônica* mudaram decisivamente o campo mais vasto dos meios de comunicação de massas e outros meios de comunicação tradicionais. “Isto não é uma fetichização monocausal da eletrônica. [...] Esses meios de comunicação transformaram o campo da mediatização de massas porque oferecem à construção de *eus imaginados* e de *mundos imaginados* novos recursos e novas disciplinas.” (p.14-15) A comunicação eletrônica marca e reconstitui um campo muito mais vasto, em que “a comunicação escrita e outras formas de comunicação oral, visual e auditiva podem continuar a ser importantes (...) a comunicação eletrônica é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projeto social em curso”. (*Id.*)

Ele equipara as transformações dos fluxos migratórios às transformações que identifica como *mediatização*. Passa-se com o movimento o mesmo que se passa na mediatização. A questão das migrações de massas, sejam estas voluntárias ou forçadas, não é algo novo na história. No entanto, argumenta, “se a colocarmos em justaposição com o rápido *fluxo* de imagens, textos e sensações mediatizados, temos uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjetividades.” Os imigrantes, ao acessarem elementos de suas culturas por meio da mídia, “criam esferas públicas de diáspora, fenômenos que invalidam as teorias ancoradas na hegemonia continuada do Estado-nação como principal árbitro de importantes transformações sociais.” (Appadurai, 2004, p.15)

Em suma

a comunicação eletrônica e as migrações marcam o *mundo do presente*, não como forças tecnicamente novas, mas como aquelas que parecem impelir (e, por vezes, compelir) a *obra da imaginação* (...) – vista, neste contexto, nem puramente emancipadora nem inteiramente disciplinada: é um espaço de contestação no qual indivíduos e grupos procuram anexar o global às suas próprias práticas do moderno. (*Ibid.*, p.15-16)

A partir da concepção de *fato social* de Durkheim, o autor sugere que nas últimas duas décadas [anos 1980 e 1990] ocorreu uma transformação com base nas transformações tecnológicas do século XIX, em que a imaginação se tornou ela própria um *fato coletivo social*. E esta evolução estaria por sua vez na base da pluralidade de mundos imaginados.

Três dimensões podem ser apontadas como as dimensões contemporâneas deste movimento: o surgimento de uma *nova esfera pública*; a *emergência de distintas redes globais*; e o surgimento, concomitantemente, de uma *teia* (a Internet).

Appadurai argumenta que as diásporas trazem a *força da imaginação*, como memória e como desejo: “Para os migrantes, tanto as fórmulas de adaptação a novos ambientes como o estímulo para sair ou voltar são profundamente afetados por um imaginário midiático que frequentemente transcende o espaço nacional”. (p.17-18) Citando Anderson (2008), Appadurai conclui que os meios de comunicação de massas tornam possível uma *comunidade de sentimentos*, “um grupo que começa a imaginar e a sentir coisas em conjunto.” (p.20)

Os fluxos de imagens e de pessoas encontram-se muitas vezes ao acaso, sem um padrão que pode ser claramente categorizado, mas o espaço reservado para o imaginário torna-se cativo. Em uma mesma cidade, cidadãos de regiões diferentes muitas vezes só conseguem um espaço de coesão por meio desta “obra da imaginação”, que não é “nem

puramente emancipadora nem inteiramente disciplinada” (*Id.*). Trata-se de um espaço de contestação no qual indivíduos e agrupamentos sociais deixam sua marca territorializada na experiência global – ou se apropriam do global a partir de suas práticas locais.

O papel significativo da imaginação em um mundo “pós-eletrônico” é devido a três especificidades. Em primeiro lugar, a imaginação teria saído do terreno exclusivo da arte, do mito e do ritual e faria parte, agora, do hábito de toda a população, em muitas sociedades. A imaginação estaria, enfim, democratizada. No caso dos intensos fluxos migratórios que destaca Appadurai, “quem quer mudar-se, que já se mudou, que já regressou e quem preferiu ficar” raramente formula os seus planos fora da esfera da mídia.

O segundo fator que sustenta o argumento de Appadurai é a distinção que existe entre imaginação e fantasia. No que interessa ao nosso trabalho, destacamos a posição do autor de que “é errado presumir que a comunicação eletrônica é o ópio do povo”. A posição, que encontra muitos adeptos em muitas teorias da comunicação ao longo do século XX (Lima, 2001), é baseada na noção de que “processos mecânicos de reprodução reprimem severamente a gente comum que busca trabalho industrial” e declarada pelo autor como “demasiado simplista”. (*Ibid.*, p.19)

O consumo da comunicação de massa se demonstra, segundo muitos estudos recentes, um terreno muito mais dinâmico do que o proposto por Theodor Adorno, cuja radicalidade consistia em afirmar que todos os que resistissem à indústria cultural só poderia sobreviver integrando-se. “Uma vez registrado em sua diferença pela indústria cultural, já faz parte desta, assim como a reforma agrária no capitalismo (...) Quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado” (Adorno, p.23 e 25).

Appadurai vê, ao contrário, um movimento de “resistência, ironia, seletividade e, em geral, impulso para a ação”. Por meio da música de rua, grafites, cartazes e outras intervenções, as imagens midiáticas entram rapidamente para os repertórios locais de ironia, ira, humor e resistência.

Fazemos duas observações. A primeira é que as ações (ou seriam reações?) advindas deste movimento nem sempre são desejáveis. Os ataques terroristas que se utilizam de um cenário de espetacularização hegemônico na grande mídia – como os sequestros transmitidos via satélite ou os eventos como o 11 de Setembro – são exemplos que perfeitamente se encaixam nesta lógica. Ao mesmo tempo, os ataques terroristas por parte de Estados – os

russos contra minorias chechenas, os turcos contra os curdos, os norte-americanos em toda parte – também podem ser excluídos de grande parte de noticiário de massa – rádio e TV –, o que contribui decisivamente para a baixa reação e mobilização em termos globais e até mesmo nacionais.

Nestes casos específicos, em que determinado assunto nem sequer entrou na pauta e, portanto, no imaginário coletivo global, a Internet ainda não demonstrou ser uma ferramenta 100% eficiente. Incluir um tema para debate minimamente global ainda parece ser uma função dos meios de comunicação de massa tradicionais⁵⁶.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que o texto de Appadurai foi escrito pela primeira vez em 1996, momento em que os efeitos da Internet ainda eram pouco ou quase nada visíveis. De acordo com nossa avaliação, a análise de Appadurai acerta em sua ênfase na *comunicação eletrônica* – sendo a Internet do século XXI mais um meio de comunicação que reforça em grande parte sua análise. Appadurai não sugere, conforme ele próprio aponta, que há cidadãos plenamente livres, que tudo questionam e estão aptos a uma rápida resposta a qualquer mensagem midiática.

Retomando a distinção que o autor pontua entre imaginação e fantasia, nota Appadurai que a fantasia traz consigo (i) a conotação do pensamento divorciado dos projetos e ações e, além disso, (ii) “tem também o seu quê de privado, de individualista”. A imaginação – mais ativa, coletiva – tem em si “um sentido projetivo, o sentido de ser o prelúdio a qualquer modo de expressão, seja estético ou outro” (p.19).

Conclui:

É a imaginação, nas suas formas coletivas, que cria ideias de comunidade de bairro e de nação, de economias morais e governos injustos, de salários mais altos e perspectivas de trabalho no estrangeiro. A imaginação é hoje um palco para ação e não apenas para a evasão. (Appadurai, 2004, p.20)

Tomemos como exemplo os denominados *arranjos produtivos locais* (ou APLs), definido como um “conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem”⁵⁷. Ressaltado pelos economistas como uma importante ação de economia solidária, os arranjos geralmente incluem empresas –

⁵⁶ Neste caso, são válidas os estudos de Douglas Kellner, que peca, no entanto, ao dar pouca importância às intervenções por meio de redes descentralizadas, principalmente por meio da Internet.

⁵⁷ WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc., cooperativas, associações e representações – e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento. Como o próprio nome sugere, a maior parte das APLs são efetivamente locais: as empresas de roupas íntimas ou de cadeados e fechaduras de Nova Friburgo (RJ) ou a APL de música em Conservatória (RJ), por exemplo. Na economia, os APLs são certamente um avanço inegável⁵⁸.

A ideia de que uma determinada cidade conseguiu resolver grande parte de seus problemas a partir de um rearranjo local é – podemos *imaginar* – surpreendente e estimulante. Com a desestabilização trabalhista em nível global e o aumento dos bolsões de miséria em diversas cidades em todo o mundo, este lugar passa a ser vinculado a uma espécie de *paraíso* na Terra. No entanto, no momento em que um determinado meio de comunicação de grande alcance *registra*, de forma *isenta e objetiva*, que este paraíso está disponível, milhares de trabalhadoras e trabalhadores naturalmente o pleiteiam – agora não mais pelas vias da comunicação eletrônica, mas pelas vias concretas do *real-histórico*: as estradas.

O mesmo se dá, por exemplo, no caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Com um investimento em torno de US\$ 8,4 bilhões, este empreendimento da Petrobras deve gerar um total de mais de 200 mil empregos diretos e indiretos durante os cinco anos da obra e após a entrada em operação. O deslocamento gerado pelo empreendimento chamou a atenção de um dos gerentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que expôs seu temor sobre o planejamento que envolve a chegada de milhares de pessoas para trabalhar na instalação do Complexo.

Em outras épocas, as vias de comunicação por terra (estradas) e mar geravam relatos que estavam mais próximos da *fantasia* do que da *imaginação*. Atualmente, a *obra da imaginação* navega rápido pelas redes eletrônicas e produz rearranjos por vezes efêmeros, por vezes desastrosos.

⁵⁸ Para conhecer mais sobre o tema, acesse a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ, por meio do <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>

4.3 Produção de localidade segundo novas formas globalizadas

Outro fator que Appadurai destaca é como processos globais relativos a “textos com mobilidade e públicos migrantes” criam eventos implosivos “que reduzem as pressões globais a diminutas arenas já politizadas, produzindo localidade segundo novas formas globalizadas” (p.21). Da mesma forma, aponta o Bauman, as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. “Os cidadãos e aqueles que foram eleitos como seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais” (Bauman, 2009, p.32).

Estes fenômenos se sucedem a partir de *redes globais* que perpassam as cidades urbanas (Castells, 2009) – parece ser hoje, de fato, estratégico. “[...] Por um lado, é nas grandes áreas urbanas que se concentram as funções mais avançadas do capitalismo, que tem se reacomodado segundo uma lógica de rede, cujos núcleos estruturais são justamente os centros globais” (Bauman, 2009, p.8). Por outro lado, “as cidades tornam-se objeto de novos e intensos fluxos de população e de uma profunda redistribuição de renda: seja nos bairros nobres, com a formação de uma elite global móvel e altamente profissionalizada, seja nos bairros populares, com a ampliação dos cinturões periféricos, onde se junta uma enorme quantidade de populações deserdadas” (Idem). Este tema será abordado com mais profundidade em outro momento.

Appadurai aponta que uma teoria sobre a temática não pode ser um “projeto de engenharia social em larga escala” – seja ele centrado nos Estados-nação, nos organismos internacionais, pelas elites tecnocráticas ou por movimentos sociais. Deve ser encarado a partir de “uma prática cultural de todos os dias, através da qual se transforma a obra da imaginação” (p.22). Ele afirma se afastar radicalmente da teoria clássica moderna, classificada quase sempre como *realista*, na qual o Estado-nação possui a supremacia tanto metodológica quanto ética. A modernidade parece, agora, mais prática do que pedagógica. Mais experimental e menos disciplinar:

A globalização estreitou a distância entre elites, deslocou relações essenciais entre produtores e consumidores, quebrou muitos laços entre o trabalho e a vida familiar, obscureceu as linhagens entre locais temporários e vínculos nacionais imaginários. (...) para muitos trabalhadores e para os pobres, este compromisso experimental com a modernidade é um fato relativamente recente. (Appadurai, 2004, p.22)

Podemos observar uma emergência de movimentos vinculados à comunicação eletrônica em todo o mundo, aliados a partir de diversos matizes, crenças, etnias, territórios, gêneros. Ele chega a ponderar que a globalização é, em si, um processo histórico, desigual e até mesmo *localizador*. O lugar-comum, atualmente, consiste em ressaltar o caráter aberto, livre e democrático destes movimentos, apoiados sobretudo nas novas tecnologias de informação e comunicação. É preciso destacar, conforme lembra Appadurai, que algumas destas forças são repressivas e violentas, enquanto outras são democráticas e pacíficas.

A rede terrorista Al-Qaeda pouco se diferencia do Movimento Humanista Internacional⁵⁹ – grupo presente em mais de 100 países e que herdou a tradição da ação direta não-violenta de líderes como Mahatma Gandhi e Martin Luther King –, visto que os mecanismos de configuração de redes são por natureza *apolíticos* e podem ser apropriados conforme o contexto sociocultural do movimento. Da mesma forma, Armand Mattelart (2006) nota que as estratégias utilizadas por grupos de ativistas, como os zapatistas no México dos anos 1990, foram tomadas como exemplo de técnicas a serem adotadas pelos militares dos EUA frente às “ameaças” globais.

Desta forma, Appadurai destaca que a transformação das subjetividades cotidianas através da comunicação eletrônica e da obra da imaginação não é apenas um fato cultural, por estar “profundamente ligada à política através dos novos modos como os vínculos, os interesses e as aspirações individuais cada vez mais fazem uma interseção com os do Estado-nação” (Appadurai, 2004, p.23).

Estes confrontos criam, portanto, uma esfera pública que já não é mais marginal ou excepcional. Estão integradas na dinâmica cultural da vida das cidades – e sobretudo nas cidades, com maior ênfase em alguns centros urbanos atravessados por discursos globais da modernidade, sobretudo *culturais*, e por suas múltiplas redes econômicas, produtivas, políticas, culturais etc. Por cultura, Appadurai entende uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença para gerar diversas concepções da identidade em grupo (p.27), negando sua forma *substantiva* (como na formulação “Pedro *tem* cultura”). *Cultura* é uma questão, portanto, de identidade de grupo enquanto constituída por certas diferenças entre outras.

A *cultura* se equivale à *etnia*, em parte, por destacar não apenas determinados

⁵⁹ Comunicação pessoal com um líder do movimento em São Paulo, 2004. Ele aponta, entre outros aspectos, a forma de organização em tríade, não-linear, de modo que uma “baixa” entre um de seus membros não enfraquece em absoluto a ação coletiva. Informações sobre o movimento, que é fortemente descentralizado, podem ser acessadas por exemplo por meio do site <<http://www.movimentohumanista.org/>>

atributos (materiais, linguísticos ou territoriais), mas sobretudo a consciência desses atributos e a sua naturalização como essenciais à identidade de grupo. “A ideia de etnia que proponho gira em torno de um centro que é a construção e mobilização conscientes e imaginativas das diferenças” (p.28).

É possível, com isso, falarmos por exemplo em “cultura digital” ou “cultura da mídia”, tratando-se, no primeiro caso, de uma nova identidade de grupo, elaborada conscientemente e que representam um conjunto de diferenças em relação a outros grupos (os excluídos, os que não se adaptam, os que não gostam etc). Neste sentido, existe uma “política de identidade” que se configura no âmbito das novas tecnologias – ainda incipiente, ainda marginal ao Estado-nação – e que Appadurai classificaria como uma prática e um movimento *culturalista*. Appadurai foca sua análise nas migrações, mas dá muitas pistas sobre essa noção de cultura quando enfatiza a influência da comunicação eletrônica.

A questão sobre a qual por vezes nos debruçamos é: “Se o Estado-nação desaparece, que mecanismo irá assegurar a proteção das minorias, a distribuição mínima de direitos democráticos e as razoáveis possibilidades de um crescimento da sociedade civil?” (Appadurai, 2004, p.35)

De fato, nos parece pueril adotar a postura de que o Estado-nação está ameaçado, dadas as condições amplamente expostas na teoria social. Isso não quer dizer que o nosso foco, quanto à representação midiática e a representatividade política por meio da sociedade em rede e de uma incipiente cidadania global, não possa ser cumprido.

Uma rápida avaliação dos atuais 192 Estados-membros das Nações Unidas nos mostra, por outro lado, que falar em soberania do Estado é igualmente temerário. Não só existem cada vez mais territórios reivindicando autonomia – na época em que Appadurai escreveu o livro, em 1996, eram 150 os países filiados à ONU, já chegando atualmente a 192 – como até mesmo países relativamente estáveis, como Alemanha e Estados Unidos, não podem mais esconder do debate público nacional a discussão sobre cidadania e nacionalidade. A guerra também se estende até mesmo a países minúsculos e recentes, como nas disputas findas em 2010 entre Eritreia e Djibuti, localizados no Chifre da África⁶⁰.

Na maior parte dos conflitos ora observados, o fator comum é mais a autodeterminação do que a soberania territorial propriamente dita. E a incapacidade dos

⁶⁰ SECRETÁRIO-GERAL da ONU celebra acordo de paz assinado entre Eritreia e Djibuti. UNICRIO, Rio de Janeiro, 10 jun. 2010. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/secretario-geral-da-onu-celebra-acordo-de-paz-assinado-entre-eritreia-e-djibuti/>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

Estados-nação de prover direitos básicos mesmo a maiorias étnicas contrasta com a necessidade por mão de obra estrangeira em muitos casos, incluindo países “estabilizados” e “desenvolvidos”. Este é o espaço da esfera pública da diáspora, pós-nacional, introduzida fundamentalmente pelos meios de comunicação eletrônica e pela obra da imaginação (Appadurai). Além disso, movimentos ativistas em torno do ambiente, das questões feministas e dos direitos humanos criaram uma esfera do discurso transnacional. Essa etapa histórica foi fundada, segundo alguns autores, pelos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999, com um ensaio sociológico realizado anos antes pelos zapatistas, no México, em 1994⁶¹.

A nova ordem, que sugere uma nova forma de cidadania global, pode ser tanto homogênea (como o era, dentro de certos limites, a ordem em torno de Estados-nação) quanto heterogênea. E este cenário é de fato complexo: a nova ordem gira em torno de novos atores como movimentos sociais autônomos (Via Campesina, Greenpeace, Anistia Internacional), grupos de profissionais (como os vinculados à cultura digital, acadêmicos etc), organizações não governamentais (WWF, ActionAid etc), coletivos armados (Al Qaeda, FARC-EP etc), organismos internacionais que reforçam seus papéis (intervenções militares das Nações Unidas, intervenções financeiras do Banco Mundial etc), empresas transnacionais (Nike, Coca-Cola, Microsoft) e grupos de interesse diversos (grupos religiosos, movimentos étnicos etc).

Este mundo, parafraseando o mote principal do Fórum Social Mundial – um dos mais bem acabados exemplos desta força que emerge no cenário internacional –, é possível? A resposta, aponta Appadurai, virá de negociações (tanto ordeiras como violentas) entre os mundos imaginados por esses diferentes interesses e movimentos. A curto prazo, acredita o autor, “é provável que seja um mundo de incivilidade e violência cada vez maiores”. A longo prazo, “livres de constrangimentos da forma nação, podemos vir a descobrir que a liberdade cultural e a justiça fundamentada no mundo não pressupõe a existência uniforme e generalizada do Estado-nação” (p.40).

De que forma, portanto, novos atores sociais – e suas estratégias de articulação em rede – se qualificam para participar da arena política e reivindicar seus direitos? Que espaços possuem para tais reivindicações?

⁶¹ Para uma descrição detalhada sobre os acontecimentos em Seattle, uma espécie de fundação do movimento global anti/alter-globalização, vide ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 16, 2006.

4.4 Cartografias do imaginário: as cidades e as redes de comunicação

Canclini (2002), em sua discussão sobre o conceito de *cidade*, destacará a dificuldade em elaborar o conceito contemporâneo de *território*. Ainda mais no novo contexto que se apresenta: o *urbano* é, atualmente, permeado de processos culturais e dos imaginários que os habitam. O sentido do que é uma cidade específica, como o Rio de Janeiro ou Bogotá, depende da informação que nos chega diariamente pelos jornais, filmes, tevês, rádios. É por eles que sabemos o que está “acontecendo”, qual é a “realidade”.

Mais do que um GPS – sistema de posicionamento global que possibilita o restreamento por satélite –, precisamos dos meios de comunicação para formar nossas “cartografias mentais e emocionais”, que variam muito. “Cada pessoa tem uma cidade que é uma paisagem urbanizada de seus sentimentos” (García Montero, 1972, p.71 *apud* Canclini, 2002, p.15). A cidade contemporânea parece ocupada por mutações arquitetônicas, fragmentos utópicos e fenômenos irracionais. A ausência de uma identidade coletiva territorial poderia minar os esforços de mobilização em torno de direitos urbanos.

O problema é atual e crescente, visto que em 1900 10% da população vivia em centros urbanos, hoje são 50% e em 2050 a projeção é de 75%. Ao mesmo tempo em que é possível fazer esta projeção generalista, os diversos centros urbanos em todo o mundo guardam profundas diferenças e desigualdades de todo o tipo.

Canclini analisa três configurações imaginárias sobre o urbano: as cidades do conhecimento, as cidades do espetáculo e as cidades das migrações, da *multi* e da *interculturalidade*.

A primeira, a cidade do conhecimento, dá conta do “papel da informação, do saber e das comunicações em seu desenvolvimento, e a possibilidade de promovê-las como centros de tecnologias digitais” (*Ibid.*, p.16). Também somos atravessados por experiências de “desconhecimento”, pois atravessamos zonas em que podemos apenas imaginar o que acontece (carregando evidentemente preconceitos de toda sorte). Há ainda *políticas de distorção e ocultamento*, que se manifestam “como estratégias governamentais e midiáticas para concentrar a informação e excluir amplos setores até torná-los invisíveis” (*Ibid.*, p.17). As cidades do conhecimento são especialmente *desenhadas* para “propiciar um desenvolvimento econômico baseado no conhecimento científico, nas tecnologias avançadas de informação e numa fluida interconectividade global”. Canclini analisa de que forma “o

futuro urbano se anuncia ao articular quatro sistemas espaciais e redes de comunicação: a cidade da informação e do conhecimento; a do espetáculo; a do reconhecimento; e a do desconhecimento” (Idem).

O argumento da *cidade do conhecimento* é conhecido e simples: o desenvolvimento “sustentável” desta cidade estaria ancorado mais na informação do que na produção material. Com isso, grandes projetos culturais seriam construídos e outras ações ligadas ao incentivo à diversidade cultural – seja lá o que se entenda por diversidade cultural – seriam implementadas. Por outro lado, o questionamento fundamental deste tipo de projeto também é conhecido (quando há esse tipo de conflito): por que não investir esses recursos nos problemas crônicos e estruturais da cidade, como a falta de moradia e saneamento básico? A pergunta que Canclini formula é a seguinte: “Estamos transformando as cidades mediante o conhecimento e a cultura ou convertemos as cidades em espetáculo cultural sem modificar as desordens estruturais?” (*Ibid.*, p.19)

No âmbito urbano, aponta o autor, a redução da cidade a espetáculo se associa ao predomínio do marketing e à captação de investimentos sobre o sentido local dos bens materiais e simbólicos. “Nas urbes latino-americanas esse processo se acentuou quando se produziu a passagem da *cidade industrial* para a *cidade comunicacional*” (*Id.*).

A expansão demográfica das grandes cidades fez com que a integração cultural se desse quase que exclusivamente por meio dos meios de comunicação. Para burlar essa exclusão cultural verificada em muitos centros urbanos⁶², seus habitantes acessam a cultura por meio do rádio e da TV, que chega à quase totalidade das pessoas. “Essa reorganização das práticas urbanas nos sugeriu uma conclusão teórica: a caracterização *socioespacial* da megalópole deve ser completada com uma redefinição *sociocomunicacional* que dê conta do papel rearticulador dos meios no desenvolvimento da cidade” (*Ibid.*, p.20).

Castells (2005) afirma: “A teorização da cidade como fluxo, e como território atravessado pelos fluxos globais da economia, as comunicações e o turismo, contribuiu para afastar qualquer aspiração a gerir a totalidade urbana”⁶³. A primeira resistência é da própria localidade: seja por parte dos movimentos sociais e ecológicos, seja por parte dos habitantes das cidades que “não se resignam a viver entre redes difusas e inapreensíveis”. A partir dessa demanda, “o rádio, a televisão e a internet – que são redes parcialmente deslocalizadas – constroem relatos de localização” (Canclini, 2002, p.20).

⁶² Vide caso do Rio de Janeiro acessando <http://www.eliomar.com.br/site/cultura/mapaexclusao.htm>

⁶³ CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional*. Madri: Alianza, 1995 *apud* Canclini, 2002.

Uma das contribuições mais importantes de Canclini é fazer notar que os habitantes de um centro urbano possuem percepções distintas e que passam por filtros midiáticos. “Cada habitante usa as zonas da cidade de que necessita e tem conjecturas sobre aquilo que não vê ou não conhece. (...) Nem o prefeito da cidade, nem o melhor especialista em planejamento urbano têm uma visão em profundidade do conjunto; mas chama a atenção, de vez em quando, que no desenvolvimento comunicacional apareçam simulacros de totalização” (Ibidem, p.21).

Ao dependermos do que diz o rádio ou a TV sobre o cotidiano das cidades, aponta, manifestamos tanto um desejo de conhecimento quanto uma carência difícil de ser vencida. “Esses dois impulsos estão na base dos imaginários. O imaginário não é apenas a representação simbólica do que ocorre, mas também um lugar de elaboração de insatisfações, desejos e busca de comunicação com os outros” (Idem). Quando a CNN internacional, transmitindo a partir de Atlanta (EUA), produz informações locais, sabe muito bem que “seus públicos esperam que lhes falem do que significa estar juntos em um local particular” (*Ibid.*, p.22). Apresentam-se num duplo papel: informam sobre o que ocorre em lugares distantes (*informadores macrosociais*), mas também contam as perturbações emocionais do dia-a-dia (*confidentes microsociais*).

Isso seria suficiente para que os meios se tornassem as “novas ágoras urbanas”, ocupando os “lugares de intermediação e deliberação social”? Canclini parece otimista. “O acesso cada vez mais amplo à Internet contribui para que múltiplos setores se conectem de forma imediata com informações antes restritas e com frequência as discutam em blogs” (*Id.*).

O autor faz uma distinção entre as “cidades-espetáculo” e as “cidades paranoicas”. As primeiras seriam as “sexy”, emblemas da globalização (Berlim, Barcelona, Nova York, Londres). Cidades a ser “visitadas e admiradas como *ciudades globais*, espaços demarcados onde o mundo se opõe em cena por quatro razões: o intenso papel das empresas transnacionais, a mescla de culturas, a concentração de elites da arte e da ciência, e o elevado número de turistas” (*Ibid.*, p.22-23).

Em contraposição estão as cidades paranoicas, que “se desconstroem”, antigos destinos desejados por turistas e investidores (Buenos Aires, Caracas, Lima, Cidade do México, Rio de Janeiro), agora “narrados pelos jornais e a televisão como paisagens catastróficas, arruinadas por assaltantes, narcotraficantes, catadores de papel e sem tetos”. São as “urbes do temor e da insegurança” (p.23), por isso denominadas cidades paranoicas.

O turismo em favelas do Rio de Janeiro é um contraste interessante: esta nova modalidade turística oferece um “confronto com os imaginários culturais da modernidade globalizada nos quais essas zonas de pobreza, violência e solidariedade aparecem como *comunidades autênticas*”. Citando Beatriz Jaguaribe, Canclini argumenta que “os que foram deixados de fora das promessas de futuro (...) apresentam outro tipo de construções precárias e mobilizações, modos de se organizar e negociar imagens da marginalidade diferentes do nacional-popular” (p.24). O êxito dessas visitas, aponta, já não reside nos disfarce ou mitificação da pobreza, mas na “relação entre o cenário favelado e o turista, (...) inevitavelmente uma relação de voyeurismo protegido” (Jaguaribe⁶⁴, 2007 *apud* Canclini, 2002, p.25).

Bauman (1998 e 2009) tem argumentado que as cidades são marcadas pela sensação de insegurança, “um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de algum delinquente”. (2009, p.15) Para o sociólogo polonês, as cidades contemporâneas seriam *campos de batalha* nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam, tentando chegar a uma solução satisfatória ou pelo menos aceitável para esse conflito. “[...] É esse confronto geral, e não algum fator particular, que aciona e orienta a dinâmica da cidade na modernidade líquida – de *todas* as cidades, sem sombra de dúvida, embora não de todas elas no mesmo grau.” (p.35)

Além disso, a *modernidade tardia* seria caracterizada pela *desregulamentação*:

Quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados. A corrosão e a dissolução de laços *comunitários* nos transformaram, sem pedir nossa aprovação, em indivíduos *de jure* (de direito); mas circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos *de facto* (de fato). (Bauman, 2009, p.21).

⁶⁴ JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real*. Estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

4.5 Entre as comunidades e as redes: recortes tecnológicos

O mesmo autor já argumentara, em obra anterior, sobre o sentido positivo da palavra *comunidade*: “[...] o que quer que *comunidade* signifique, é bom *ter uma comunidade, estar numa comunidade* [...] a comunidade é um lugar *cálido*, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. Que implicações poderiam decorrer desta percepção? Que consequências empíricas estão em andamento e como esse fenômeno se manifesta nas sociedades contemporâneas?

A *comunidade* é, para o autor, outro nome do *paraíso perdido* – “que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá” (2003, p.7-9). Estaria ligada, nesta perspectiva, à simbologia da viagem, da busca pela paz e pela segurança? A comunidade se opõe à lógica da insegurança, da desregulamentação, da dúvida? Em contraposição a esta comunidade idealizada, argumenta o autor, é apresentado ao postulante a “comunidade realmente existente”. “[Esta], se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela”. (Ibidem, p.10)

O risco de um fechamento é evidenciado pelo autor, pois garantiria uma “lealdade” a iguais, uma negociação que tende a retomar a questão *nacionalista*. Os poucos países que relutam em abandonar o Estado social protetor (especialmente nos países nórdicos) – “proteções institucionais transmitidas pela modernidade sólida” – veem-se como “fortalezas assediadas por forças inimigas” e consideram “os resquícios do Estado social um privilégio que é preciso defender com unhas e dentes de invasores que pretendem saqueá-los” (Ibid., p.20-21).

Os inimigos são todos os “estranhos” (Simmel, 1983 [1908]; Bauman, 1998, 2003 e 2009) e, em especial, os imigrantes, que lembram que os muros podem ser derrubados e as fronteiras ultrapassadas. É um dos aspectos mais vívidos da globalização e, declaradamente, uma suposta ameaça para o sistema de proteção social a duras penas alcançado ao longo de décadas (segundo esse argumento). Os estrangeiros passa a ser, mais frequentemente, tidos como *não-assimiláveis*, o que Bauman denominou como as “classes perigosas”, conforme já apontado. No discurso xenofóbico – ou *mixofóbico* –, os imigrantes são supérfluos, inúteis, inábeis para o trabalho.

Para Hall, o termo *comunidade* reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos. Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso. “Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior”. As denominadas *minorias étnicas*, reconhece, têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico. Elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir. “(...) Mas existem ainda diferenças que se negam a ser consolidadas. Os caribenhos das diferentes ilhas provêm de misturas étnicas e raciais muito distintas, embora todos tendam (erroneamente) a ser vistos como *jamaicanos*. Os asiáticos também são tratados como um grupo único” (Hall, 2003, p. 62-63).

Neste cenário de profundos desafios e transformações dos grandes centros urbanos e suas periferias, com o fluxo de informações e de pessoas cada vez mais intenso, qual o papel das novas tecnologias ou da comunicação eletrônica?

Bauman (2009), por exemplo, argumentará que “[...] o espaço da *primeira fila* está normalmente ligado às comunicações globais e à imensa rede de trocas, aberto a mensagens e experiências que incluem o mundo todo (...) Na outra ponta do espectro, encontramos as redes locais fragmentárias, muitas vezes de base étnica, que depositam sua confiança na própria identidade como recursos mais preciosos para a defesa de seus interesses e, conseqüentemente, de sua própria vida.” (p.26) Os cidadãos da “primeira fila” *não estão interessados* nos negócios de sua cidade, que possui uma significação reduzida quando comparada à morada privilegiada, que é o ciberespaço. Os demais estariam condenados, segundo aponta, “a permanecer no lugar”, com suas atenções voltadas inteiramente para as “questões locais”.

Ao mesmo tempo, Bauman aponta uma estreita relação entre as “pressões globalizantes e o modo com as identidades locais são negociadas, modeladas e remodeladas”. Cabe, então, questionar o que há por detrás desta dinâmica urbana. As localidades – a “comunidade”, o “local”, a “existência” – parecem se constituir, de fato, de construções dinâmicas, *em formação*, ou como conclui o autor:

Na verdade, a linha que separa o espaço abstrato dos operadores globais (...) daquele espaço físico tangível, “aqui e agora” no mais alto grau, da “gente do lugar” só pode ser traçado no mundo etéreo da teoria, em que os conteúdos emaranhados dos mundos-de-vida

humanos são inicialmente “colocados em ordem” e depois classificados e arquivados: cada um em seu compartimento, por razões de clareza. (Bauman, 2009, p.29)

Castells argumentará que a principal característica espacial da sociedade em rede é a conexão em rede entre o global e o local.

A arquitetura global de redes globais conecta seletivamente os lugares, de acordo com seu valor relativo para a rede. (...) Os centros financeiros de Londres, Tóquio ou Nova Iorque não produziram um mercado financeiro global constituído de redes de computadores em comunicação remota e sistemas de informação. O mercado financeiro global *reestruturou* e *reforçou* os lugares, velhos e novos, de onde os fluxos globais de capital são geridos. Não se trata de *idades globais*, mas de redes globais que estruturam e mudam áreas específicas de algumas cidades por meio de suas conexões. (Castells, 2010, p.XX)

O mesmo autor conclui: “A infraestrutura de comunicação se desenvolve porque há algo a ser comunicado. É a necessidade funcional que chama o desenvolvimento das infraestruturas” (*Ibid.*, p.XXII). Hall (2006) chama atenção para essas transformações em curso, lembrando o fenômeno das *descontinuidades* comentado por Giddens (1990⁶⁵): “(...) à medida em que áreas diferentes do globo são opostas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (Giddens, 1990, p.6 *apud* Hall, 2006, p.15).

As instituições modernas ou são radicalmente novas, em comparação com as sociedades tradicionais (Estado-nação ou a mercantilização de produtos e trabalho assalariado, por exemplo), ou têm uma enganosa continuidade com as formas anteriores (a *cidade*), mas “são organizados em torno de princípios bastante diferentes”. Giddens também se refere às transformações do tempo e do espaço, que denomina “desalojamento do sistema social”, a “extração” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo” (*Ibid.*, p. 21 *apud* Hall, 2006).

4.6 A teia: “sistemas nervosos” contemporâneos

Castells (2010) aponta, a exemplo de Bauman, para uma “sensação de desorientação”, mas elabora sua constituição a partir das mudanças radicais no âmbito da comunicação, derivadas da revolução tecnológica nesse campo. A passagem dos meios de comunicação de

⁶⁵ GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

massa tradicionais para um sistema de redes horizontais de comunicação organizadas em torno da Internet e da comunicação sem fio introduziu, segundo seu argumento, “uma multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural fundamental, à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial da nossa realidade” (p.I-II).

Há nesta ambiência proposta por Castells (2000) uma forte produção de sentido e de identidade. Este autor esquematiza três tipos de identidades:

- I. *Identidade legitimadora*: introduzida por setores hegemônicos (*dominantes*) para expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- II. *Identidade de resistência*: criada por atores contrários à dominação atual, criando resistências com princípios diferentes ou opostos à sociedade;
- III. *Identidade de projeto*: quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.

Cada tipo de identidade levaria a resultados distintos: a identidade *legitimadora* dando origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições; a de *resistência* formando comunidades, formas de resistência coletiva a alguma opressão; e a identidade de *projeto* produzindo sujeitos, atingindo seu significado pela sua experiência.

Castells ressalta a importância do contexto social ao qual as identidades estão vinculadas, ao mesmo tempo em que destaca e enfatiza o papel do agir comunicativo na integração identitária de uma comunidade em negociação. “[...] Os processos e formas dessa transformação [pelas novas tecnologias] foram o resultado da interação entre mudança tecnológica, ambiente institucional e evolução das relações entre capital e trabalho em cada contexto social específico.” (2009, p.IX)

A centralidade da mídia nesse processo é argumentada por autores como Hall (1997) e Appadurai (2004). Segundo Hall, a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende todo o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e marketing de produtos e ideias. “Os recursos que antes iam para a indústria pesada da era industrial do século XIX – carvão, ferro e aço – agora, na virada do terceiro milênio, estão sendo investidos nos sistemas neurais do futuro – as tecnologias de comunicação digital e os *softwares* da Idade Cibernética” (Hall, 1997).

Estes seriam, enfatiza, os novos “sistemas nervosos” que enredam numa “teia” sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em estágios diversos de desenvolvimento e situadas em diferentes fusos horários. “É especialmente aqui que as revoluções da cultura a nível global causam impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações para o futuro – sobre a *cultura* num sentido mais local”. (*Id.*)

Como observa Paul du Gay⁶⁶, citado por Hall:

(...) a nova mídia eletrônica não apenas possibilita a expansão das relações sociais pelo tempo e espaço, como também aprofunda a interconexão global, anulando a distância entre as pessoas e os lugares, lançando-as em um contato intenso e imediato entre si, em um *presente* perpétuo, onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte [...] Isto não significa que as pessoas não tenham mais uma vida local – que não mais estejam situadas contextualmente no tempo e espaço. Significa apenas que a vida social local é inerentemente deslocada – que o local não tem mais uma identidade “objetiva” fora de sua relação com o global.” (du Gay, 1994 *apud* Hall, 1997)

A centralidade do agir comunicativo⁶⁷ coloca *em questão* – ou *postula questões* – o fenômeno identitário, cultural e social envolvido na constituição de atores da sociedade civil e na dinâmica de mobilização social, por meio destas novas forças e relações postas em movimento por um outro fenômeno identificado por Castells, Appadurai e outros autores aqui citados: as redes globais. Para Hall, este fenômeno torna menos nítidos muitos dos padrões e tradições do passado, tornando a *cultura* um aspecto muito mais dinâmico e imprevisível e reforçando a necessidade de tornar as políticas tradicionais cada vez mais *políticas culturais*.

4.7 Espaços de fluxos e espaços dos lugares

Em seu prefácio à edição de 2010 de *Sociedade em Rede* (vol.1), Castells (2009) faz observações sobre as comunidades *online*, que estão se desenvolvendo “não como um mundo virtual, mas como uma realidade real integrada a outras formas de interação em uma vida cotidiana cada vez mais híbrida” (*Ibid.*, p.XIV). O autor formula a hipótese acerca da *cultura da virtualidade real*, a partir de “[...] redes digitalizadas de comunicação multimodal [que] passaram a incluir de tal maneira todas as expressões culturais e pessoais a ponto de terem

⁶⁶ DU GAY, Paul. *Some course themes*, The Open University, 1994 (não publicado) *apud* HALL, Stuart, 1997.

⁶⁷ Nos termos de Habermas (2002), a partir das potencialidades da linguagem, bem como dos autores aqui apresentados.

transformado a virtualidade em uma dimensão fundamental da nossa realidade”. (Ibidem, p.XVI)

Castells aponta uma distinção entre o *espaço dos lugares* e o *espaço dos fluxos*, que ele denomina como *teoria de urbanismo na Era da Informação*. “[...] Minha abordagem simplesmente afirma, como na perspectiva das ciências naturais, que o espaço não é uma realidade tangível. Trata-se de um conceito construído com base na experiência. Assim, o espaço na sociedade não é a mesma coisa que o espaço na astrofísica ou na mecânica quântica”. (Ibid., p. XVI) As cidades, afirma Castells, são desde a sua aparição *sistemas de comunicação*, aumentando as chances de comunicação por meio da *contiguidade física*. Ele denomina os espaços dos lugares de *espaço da contiguidade*.

As novas práticas sociais que observa, introduzidas principalmente pelas novas tecnologias – as mais recentes, mas igualmente as anteriores, como o telégrafo e o telefone – “transformaram a espacialidade da interação social com a introdução da *simultaneidade* ou de qualquer outro quadro temporal, nas práticas sociais, a despeito da localização dos atores engajados no processo de comunicação. Essa nova forma de espacialidade é o que conceituei como *espaço dos fluxos*: o suporte material de práticas sociais simultâneas comunicadas à distância.” (Ibid., p.XVI-XVII)

A partir deste cenário, emerge uma contradição fundamental de um mundo globalizado, urbanizado e organizado em redes: “(...) em um mundo construído em torno da lógica do *espaço de fluxos*, as pessoas ganham a vida no *espaço dos lugares*” (Ibid., p.XXV).

A demanda pela Internet foi suscitada “tanto pelas necessidades do mundo empresarial quanto pelo desejo do público de criar suas próprias redes de comunicação. Consequentemente, o número de usuários de internet no planeta passou de menos de quarenta milhões em 1995 para cerca de 1,5 bilhão em 2009”. (Castells, 2009, p.IX)

Sem contar o aumento dos telefones celulares, “a tecnologia de difusão mais rápida da história da comunicação”. Segundo Castells, em 1991 havia cerca de 16 milhões de contratos de serviços telefônicos sem fio no mundo. Em julho de 2008, os contratos haviam ultrapassado 3,4 bilhões, ou cerca de 52% da população mundial.

Há ainda uma questão conceitual importante a ser abordada. Alguns estudos dos anos 1990 colocavam a internet lado a lado com outros meios de comunicação, sem problematizar a dinâmica que redefine a *web* enquanto meio de comunicação e, por sua vez, a própria concepção de meio de comunicação. Conforme lembra Castells, “a Internet, a *World Wide*

Web e a comunicação sem fio não são mídias no sentido tradicional. São, antes, os meios para a comunicação interativa”. Ele observa que as fronteiras entre meios de comunicação de massa e todas as outras formas de comunicação estão perdendo a nitidez: “A internet é cada vez mais usada para acessar os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais), bem como qualquer forma de produto cultural ou informativo digitalizado (filmes, música, revistas, livros, artigos de jornal, bases de dados). A internet já transformou a televisão.” (*Ibid.*, p.XI) O poder de comunicação e processamento de informações da internet estão se espalhando por toda a vida social, “assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial.” (p.XII)

Esta interação cada vez mais ampla entre as diversas redes – verticais e horizontais – não indica necessariamente que mídia tradicional está dominando as formas novas e autônomas de geração e distribuição de conteúdo. Segundo Castells, “significa que há um processo de convergência que gera uma nova realidade midiática cujos contornos e efeitos serão, em última instância, decididos pelas lutas políticas e comerciais (...)”. (p.XV)

A auto-comunicação de massa, propõe é uma forma de

(...) comunicação de massa porque alcança potencialmente uma audiência global através de redes p2p e conexões de internet. É multimodal, pois a digitalização do conteúdo e os avançados softwares sociais, muitas vezes baseados em programas de código aberto que podem ser baixados gratuitamente, permite a reformatação de qualquer conteúdo para praticamente qualquer outra configuração, com as redes sem fio sendo usadas cada vez mais para sua distribuição. (p.XV-XVI)

A simultaneidade também torna-se um conceito-chave: “Se olharmos para o espaço como uma forma e uma prática social, ele tem sido, ao longo da história, o suporte material da simultaneidade na prática social. Ou seja, o espaço define o quadro temporal das relações sociais”. Em outra observação, argumenta que a realidade virtual que domina nossa experiência “cancelou a noção de tempo, pois vivemos no mundo sempre presente dos nossos avatares”. (*Ibid.*, p.XXIX).

4.8 Redes globais e os movimentos sociais

Distintos grupos e autores trabalham, há pelo menos quatro décadas, a partir de uma perspectiva de atuação política global efetiva. Canclini (2008) nota que, mesmo decorridas

décadas de convivência com meios eletrônicos de comunicação, e mesmo após estes serem convertidos nos “principais formadores do imaginário coletivo”, as políticas oficiais ainda não se preocupam suficientemente com as culturas de maior interesse das novas gerações, tal como os vídeos, a música contemporânea e a Internet, meios que se tornaram especialmente úteis para esta atuação. Canclini considera esta nova realidade “cenários de consumo onde se forma o que poderíamos chamar de *bases estéticas da cidadania*” (Canclini, 2008, p. 213).

O ideário que permeia o discurso acerca da cultura digital na contemporaneidade é exemplificado a partir de José Murilo Carvalho Junior (2009):

Cultura digital é um termo novo, emergente. Vem sendo apropriado por diversos setores, e incorpora perspectivas diversas sobre o impacto das tecnologias digitais e da conexão em rede na sociedade [...] O barateamento do computador pessoal e do telefone celular, aliado à rápida evolução das aplicações em *software livre* e dos serviços gratuitos na rede, promoveu uma radical democratização no acesso a novos meios de produção e de acesso ao conhecimento. A digitalização da cultura, somada à corrida global para conectar todos a tudo, o tempo todo, torna o fato histórico das redes abertas algo demasiadamente importante, o que demanda reflexão específica. (p.9)

Mattelart problematizou este ponto de vista, conforme detalhamos na seção 3, afirmando que a sociedade idealizada em torno do conceito de *aldeia global* funciona a partir do “mito da tecnologia salvadora” (2006, p.8), que por sua vez esconde um esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar em escala planetária. Não se trata, portanto, de negar esta mudança sociocultural, que é “visível” – e também *midiática, imaginada* –, mas sim demonstrar que a “utopia moderna de uma linguagem mundial nasceu muito antes que a linguagem informática cristalizasse o projeto de uma língua universal” (*Id.*) e que este processo é *histórico e político* do que *técnico*.

Muniz Sodré (2008) também questiona o discurso *tecnófilo* contemporâneo, ao notar o embate cultural que ainda se faz estratégico. Ele observa que:

(...) a democratização (ou qualquer ponto-de-fuga para o *status quo* monopolista) não é nada que se obtenha pela multiplicidade técnica de canais, nem por uma legislação liberal aplicada às telecomunicações, nem mesmo pela concentração de espaços promovida pelas redes cibernéticas, que faz os *grandes* equivalerem virtualmente aos *pequenos*. (Sodré, 2008, p. 27)

Octavio Ianni (2003) afirma que, no contexto da globalização, “alteram-se quantitativa e qualitativamente as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma configuração histórico-social da vida, do trabalho e cultura na qual sociedades civis nacionais se revelam províncias da sociedade civil em formação” (Ianni, 2003, p.143). Para Ianni, a

alteração observada nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais são produzidas por uma nascente sociedade civil mundial – vasta, complexa e contraditória.

A “Cúpula mundial sobre a sociedade da informação”, evento realizado em dezembro de 2003 em nível global com o apoio da União Internacional das Telecomunicações (UIT, na sigla em inglês), concedeu *protocolos* para garantir a participação da *sociedade civil*. Eram grupos por vezes completamente heterogêneos: o meio universitário e educativo; a comunidade científica e tecnológica; as mídias; os atores e criadores culturais; as cidades e poderes locais; os sindicatos; os parlamentares; as ONGs; os jovens; os grupos definidos pelo gênero [*gender*]; os povos autóctones; os deficientes; os movimentos sociais; as instituições filantrópicas; os *think tanks*; as “associações de multiatores”; e finalmente os grupos regionais da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe, da Europa e dos países árabes.

José Alberto Machado também enfatiza a dificuldade que os pesquisadores encontram, tanto na sociologia quanto em outras áreas de estudo, em qualificar sob um mesmo guarda-chuva categorias como *movimentos sociais* ou *coletivos sociais*. “A complexidade do tema e a diversidade de objetos e contextos fazem dele uma fonte quase inesgotável de estudos, análises e novas teorizações” (Machado, 2007, p.249), lembrando inclusive que a própria noção de “movimentos sociais” é recente e nunca foi citada como categoria por autores clássicos da sociologia.

Os movimentos sociais, em primeiro plano, passaram ao longo do século XXI por profundas mudanças que estão, quase sempre, vinculadas com as mudanças na própria constituição do Estado moderno. Conforme já destacamos, o movimento de democratização crescente dos governos, impulsionada pela efervescência social do século XX e com raízes na própria sociedade civil (inclusive), provocou o surgimento de novas formas de mobilização social (Machado, 2007; Pinheiro, 2006; Assis, 2006). Machado denomina movimentos sociais

formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados dos processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas. (Machado, 2007, p.252)

Os “novos” movimentos sociais, apontados por distintos autores, é um foco importante desta pesquisa. Machado argumenta que os próprios movimentos sociais se proliferaram a

partir da conquista de direitos e do apoio do próprio Estado, em parte, ganhando em complexidade e em diversidade. Por “novos” entendia-se principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis etc. Uma característica notável era o distanciamento crescente do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, a partir de concepções políticas que procuravam, de distintas formas em níveis diversificados, o diálogo e, em alguns casos, até mesmo a cooptação por parte dos aparelhos do Estado e do *mercado*.

Passam a fazer parte das preocupações de diversos movimentos sociais bandeiras que possuíam pouca atenção, como as questões de gênero (ampliadas), as questões vinculadas à noção moderna (e agora consolidada) de identidade e bandeiras setoriais, como a questão ambiental.

A importância central destes movimentos para nosso objeto de investigação é, no entanto, a ampla atuação *em rede*. Organizações como *Third World Network*, *Oxfam Intenacional*, *No Border*, *Palestinian NGOs Network*, *Global Trade Watch*, Centro de Mídia Independente (*Indymedia*), *Nodo50*, *ATACC* e *IGC/APC* – com causas sociais e políticas das mais distintas – se mobilizam a partir desta nova dinâmica, se apropriando amplamente da Internet. Os meios de comunicação em rede se misturam com movimentos sociais de tal forma que é praticamente impossível, na maior parte dos casos, diferenciar o que é ação midiática e o que é ação social.

Estruturas maiores, como o Fórum Social Mundial e a Anistia Internacional, servem como ponto de apoio para outras organizações, servindo de referência para a articulação global. Igualmente, a própria organização global só se qualifica a partir da atuação do parceiro local. No Brasil, a Anistia Internacional emite considerações sobre as políticas de segurança pública e de direitos humanos com base principalmente na organização não governamental *Justiça Global*, que atua principalmente no Rio de Janeiro, mas também em outros estados.

Mesmo organizações mais antigas, pré-Internet – como Greenpeace, WWF, *American Watch* ou a própria Anistia Internacional – utilizam a rede para “divulgar suas ações, documentos, dossiês, comunicados, promover suas campanhas, comunicar-se com as representações locais, angariar fundos e aceitar filiações. No caso dessas ONGs mais antigas, falta ainda averiguar qual o tipo de transformação que a Internet ocasionou, de forma concreta, em sua cultura organizacional” (Machado, 2007, p.265).

Os grupos de ativistas que utilizam a Internet para ampliarem seu trabalho podem

funcionar com distintos focos. O primeiro está relacionado à possibilidade de realizar denúncias sobre violações de direitos humanos ou ecológicos – casos do Greenpeace, do Centro de Mídia Independente e da Anistia Internacional – ou podem servir igualmente para propor ações e projetos de integração global – caso do Fórum Social Mundial e da organização *Avaaz*⁶⁸.

4.9 Produção biopolítica e o movimento do comum

Hardt e Negri (2005) argumentam que a possibilidade da democracia em escala global apresenta-se pela primeira vez no atual momento histórico. A possibilidade de democracia, afirmam, é obscurecida e ameaçada pelo “estado de conflito que aparentemente se instalou de maneira permanente em todo o mundo. (...) A guerra sempre foi incompatível com a democracia” (p.9). A democracia, apontam, é tradicionalmente suspensa em tempo de guerra, sendo o poder temporariamente confiado a uma autoridade central forte para enfrentar a crise.

Em sua obra anterior mais conhecida, *Império* (2001), os autores argumentaram que a ordem global contemporânea já não poderia ser entendida adequadamente em termos de imperialismo, com base apenas na soberania do Estado-nação ampliada para territórios estrangeiros. Os autores falavam, então, em um *poder em rede*, cuja importância dos Estados-nação ainda era de fato importante, mas em outros termos. Desta forma, passaram a entender este poder como *imperial*, e não mais (ou não exclusivamente) como *imperialista*.

Argumentaram ainda que a ordem global não poderia mais ser sustentada a partir da participação *igualitária* de todos, nem mesmo pelas elites dos Estados-nação, como ocorre no modelo de governança das Nações Unidas. O *Império*, desta forma, domina uma ordem global sustentada por um regime de guerra perpétua e, internamente, fraturada por divisões e hierarquias complexas. “A paz imperial de nossos dias, a *Pax Imperii*, exatamente como a da época da Roma antiga, é um arremedo de paz que na realidade preside um estado de guerra permanente” (Hardt e Negri, *op.cit.*, p.11).

Todos os que trabalham com informação ou conhecimento, afirmam, dependem de conhecimento comum recebido de outros e, por sua vez, criam novos conhecimentos comuns.

⁶⁸ Um estudo particularmente interessante e bastante elucidativo sobre a Avaaz foi produzido recentemente por RODRIGUES, Lia Brum. “O Mundo em Ação”: A Proposta Cibernética da Organização AVAAZ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Estão incluídos grupos bastante diversos, desde os agricultores que lidam com técnicas específicas de cultivo até criadores de *softwares*. “Isto se aplica particularmente a todas as formas de trabalho que criam projetos imateriais, como ideias, imagens, afetos e relações”, que os autores denominam *produção biopolítica*. O termo enfatiza que não está envolvida apenas a produção de bens materiais, em seu sentido estritamente econômico, “como também afeta e produz todas as facetas da vida social, sejam econômicas, culturais ou políticas”.

Essa produção biopolítica e a expansão do comum que acarreta, concluem, “é um dos principais pilares em que se assenta hoje a possibilidade da democracia global”. E a moeda comum que circula atualmente nos mais diversos movimentos sociais seria, em distintos níveis, o desejo de democracia.

O deslocamento da antiga percepção do Estado é importante, neste argumento. Hardt e Negri lembram o caminho que Thomas Hobbes fez em relação a duas obras – *De Cive* (1642) e *Leviatã* (1651). Na primeira, Hobbes definia a natureza do corpo social e as formas de cidadania adequadas à nascente burguesia. “A nova classe não era capaz por si só de garantir a ordem social; precisava de um poder político que se posicionasse acima dela, uma autoridade absoluta, um deus na Terra”. Já em *Leviatã*, Hobbes aponta o tipo de soberania a se desenvolver, o Estado-nação. No deslocamento das obras de Hardt e Negri – *Império* (2001) e *Multidão* (2005) –, o foco nesta nova forma global de soberania seria substituído pelo foco na “formação da emergente classe global”, a *multidão*. “Enquanto Hobbes se deslocava da nascente classe social para a nova forma de soberania, nosso percurso é inverso – caminhamos da nova forma de soberania para a nova classe global”. (p.16-17)

A comunicação enquanto campo de conhecimento é um tema central para os autores, que argumentam que a subjetividade é produzida através da cooperação e das ferramentas de comunicação atualmente disponíveis. Esta subjetividade produzida, por sua vez, produz “novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante” (*Ibid.*, p.247-248). A produção da *multidão*, o *comum*, ultrapassa a medida de quaisquer corpos sociais tradicionais, e o comum que é compartilhado serve de base para a produção futura, “numa relação expansiva em espiral”. Em relação à comunicação como produção, afirma:

(...) só podemos nos comunicar com base em linguagens, símbolos, ideias e relações que compartilhamos, e por sua vez os resultados de nossa comunicação constituem novas imagens, símbolos, ideias e relações comuns. Hoje essa relação dual entra a produção e o comum – o comum é produzido e também é produtivo – é a chave para entender toda atividade social e econômica. (Hardt e Negri, 2005, p.256-257)

Esta nova lógica emergente seria bem sintetizada na mudança conceitual do *hábito* para a *representação* [*performance*] como noção central da produção do comum. Os *hábitos* são como funções fisiológicas (a respiração, a digestão, a circulação sanguínea), não prestamos atenção a eles e não podemos viver sem eles. Diferentemente das funções fisiológicas, no entanto, hábitos são compartilhados, constituem nossa *natureza social*, fazem parte de uma dinâmica sociocultural. E esta dinâmica, cada vez mais midiaticizada, se torna um igualmente cada vez mais da ordem da *representação*. Cada vez mais *performática*.

Os autores reconhecem que certamente persiste uma espécie de “controle do comum pelo capital” (p.263). As práticas do *comum*, no entanto, tornariam possível a realização de uma democracia baseada na livre expressão e na vida em comum, uma tarefa a ser realizada pela *multidão*. Este ideal não é tampouco, segundo Hardt e Negri, vinculado à ideia tradicional de *comunidade* – “palavra usada frequentemente para se referir a uma unidade moral que se posiciona acima da população e de suas interações, como um poder soberano”. Para eles, tem base sobretudo na *comunicação* entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção. “Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunidade, as singularidades não se veem tolhidas, expressando-se livremente no comum” (p.266).

Em termos de cidadania, Hardt e Negri remetem ao exemplo da governança de bens públicos, como a água ou a terra. Segundo eles, os arcabouços jurídicos que os regimes neoliberais estabeleceram sustentam o projeto de privatização de bens públicos, que durante o período do bem-estar social eram funções de Estado, e dos próprios serviços públicos (telecomunicações, sistemas de energia, educação, transporte etc). O monopólio desses bens e serviços constituíam a base moderna da soberania do Estado-nação, que se não era diretamente responsável por eles, no mínimo os controlava por meio de agências reguladoras. A questão para Hardt e Negri é imaginar uma resistência à privatização dos bens e serviços públicos “sem cair na velha oposição entre privado e público”, o que implicaria em deslocar o conceito de *interesse geral* ou *interesse público*, com um arcabouço que “permita uma participação comum na gestão desses bens e serviços” (p.267).

A teoria do comum implicaria igualmente em uma transição no campo do direito internacional, pois “o paradigma contratual do direito internacional que governa as relações entre os Estados-nação está sendo hoje solapado e transformado por uma nova forma de ordem global e soberania imperial”. Esta transformação, que enfraquece a representação

(jurídica ou simbólica) do Estado-nação não é para os autores uma coisa ruim, na medida em que, na ausência de Estados soberanos como sujeitos, “não há outra base para a produção de normas, senão o comum”. Este “comum”, afirmam, não surge apenas como uma carência, “mas na realidade está cheio de produção biopolítica”. Em relação a questões globais, as questões jurídicas tendem a não ser mais ligadas exclusivamente ao exercício do poder, devendo levar em consideração “todos os valores que dizem respeito ao comum global”. (p.269-270)

4.10 A neutralidade da rede

Conforme destacamos na seção anterior, uma parte importante da discussão em torno da governança da Internet se deu historicamente em torno da própria neutralidade da rede – tema que envolve distintos grupos, a partir de distintos focos de atuação. A possibilidade de ocorrer o controle autoritário da rede por parte dos governos ou das empresas, por meio do poder judiciário, é clara para estes grupos, uma vez que a denominada “ciberguerra” já é uma realidade.

Nos EUA, por exemplo, o ex-presidente George W. Bush assinou o *USA Patriot Act* e o tornou lei em 26 de outubro de 2001, em meio ao clima de revanche contra os atos terroristas de 11 de setembro do mesmo ano. O acrônimo significa “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001”, algo como *Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo*. Entre as medidas impostas pela lei, constava a invasão de lares, espionagem de cidadãos, interrogações e torturas de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento. Uma das “novidades” desta ação era a sua abrangência tecnológica: se o governo achasse adequado, poderia invadir espaços virtuais até então privados, como correspondências de *e-mail* e sinais de telefone, incluindo registros médicos e financeiros⁶⁹.

Mais recentemente, uma ação do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos retirou do ar, com apoio da Justiça, cerca de 84 mil websites de uma só vez, sob alegação de distribuição de pornografia infantil. Os sites eram subdomínios de uma espécie de

⁶⁹ WIKIPEDIA. USA PATRIOT Act. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act. Acesso em: 08 fev. 2011.

website “guarda-chuva”, o *mooo.com*. Não se sabe quantos subdomínios estavam sob investigação – naturalmente uma percentagem ínfima, pelo fato do o *mooo.com* condenar tal tipo de conteúdo –, mas a ação desastrada acabou por retirar do ar todos os sites, sem exceção⁷⁰. Pior: acessando qualquer um das 84 mil páginas – blogs pessoais, páginas de pequenas empresas ou grupos de amigos –, o usuário era informado de que aquele site estava envolvido em crimes de pornografia infantil. Muitos dos proprietários dos sites, visivelmente constrangidos, colocaram anúncios após a retomada dos domínios afirmando que nunca se envolveram em crimes deste tipo.

Os críticos da ação governamental – a maior deste tipo em toda a História dos EUA – afirmaram que tais medidas são um subproduto de uma legislação denominada COICA, ou “Combating Online Infringements and Counterfeits Act” (algo como *Lei de Combate a Infrações Online e Falsificações*). A COICA, um projeto de lei apresentado pelo senador norte-americano Patrick Leahy no dia 20 de setembro de 2010, permitiria a censura por parte do governo dos EUA de conteúdos a sites hospedados neste país – incluindo alguns milhões de domínios cuja base de trabalho funciona em outros países e em outras línguas. Curiosamente, o projeto tem o apoio de entidades ligadas aos direitos autorais – como os conglomerados de mídia *Motion Picture Association of America* e a *Viacom* – e a oposição de entidades vinculadas à defesa dos direitos humanos – como a ONG *Human Rights Watch* e organizações de defesa da liberdade de expressão e da liberdade na Internet.

A intervenção, por parte do governo, em qualquer site que esteja supostamente infringindo uma legislação federal sem o devido direito de defesa – ou seja, sem um processo legal – é um atropelo à própria Constituição, afirmam os críticos da proposta⁷¹. A pretexto de focar nos direitos autorais, a aprovação de legislações desse tipo poderia minar o debate político plural na rede mundial de computadores.⁷² Além disso, outros três fatores são apontados para a censura: manutenção de estabilidade política, manutenção de valores sociais tradicionais e por motivos de segurança nacional.⁷³

Por outro lado, outros países – pressionados por reivindicações de seus cidadãos –

⁷⁰ Autoridades dos EUA fecham por engano 84 mil sites. Público, 17 fev. 2011. Disponível em: <http://www.publico.pt/Tecnologia/autoridades-dos-eua-fecham-por-engano-84-mil-sites_1480845>. Acesso em: 19 fev. 2011.

⁷¹ GOODIN, Dan. Unprecedented domain seizure shuts 84,000 sites. The Register, San Francisco, 18 fev. 2011. Disponível em: <http://www.theregister.co.uk/2011/02/18/fed_domain_seizure_slammed/>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁷² The COICA Internet Censorship and Copyright Bill. Electronic Frontier Foundation, sem data. Disponível em: <<http://www EFF.org/coica>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁷³ So you still think the Internet is free. Disponível em: <<http://yuxiyou.net/open/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

utilizaram momentos históricos específicos estimulantes para modificar suas legislações e ampliar o acesso à Internet. Em outros casos, a pressão popular em ampliar o acesso à informação encontrou na própria Internet, à revelia dos governos, uma arma poderosa de cidadania.

Em 2010, a Finlândia tornou-se o primeiro país do mundo a decretar que o acesso à banda larga é um direito básico de seus cidadãos. Desde o dia 1º de julho daquele ano, todo finlandês passou a ter, por lei, assegurado o direito de acessar a internet a uma velocidade mínima de 1 megabit por segundo. Além disso, o governo finlandês se comprometeu a conectar toda a população a uma velocidade de 100 *megabits* por segundo até 2015⁷⁴.

4.11 O caso WikiLeaks

Evento particularmente interessante foi promovido por um grupo de jovens *hackers* que, reunidos em torno da luta pelo livre acesso de informações governamentais consideradas sigilosas – uma briga particularmente intensa entre governos de todo o mundo e a imprensa democrática –, decidiram criar uma organização que se dedicasse a organizar estas informações na Internet, obtidas dentro da legalidade. Os documentos sigilosos norte-americanos divulgados pelo *WikiLeaks*, a organização liderada por jovens como o australiano Julian Assange, somaram mais do que todos os documentos de mesmo tipo anteriormente divulgados por toda a mídia mundial reunida.

No documentário *WikiRebels* – um filme de excelente qualidade produzido pelo canal sueco Sveriges Television AB (ou simplesmente SVT, como é conhecida) –, os produtores conseguem uma entrevista rara com Assange:

– *Julian, bem vindo. Foi noticiado que o WikiLeaks liberou mais documentos confidenciais do que toda a mídia mundial, junta. Isso não poderia ser verdade.*

– Sim, não pode ser verdade. É preocupante, não é mesmo? Que toda a mídia mundial esteja fazendo um trabalho tão ruim. Que um pequeno grupo de ativistas possa ter liberado mais deste tipo de informação do que toda a imprensa mundial.⁷⁵

⁷⁴ Finlandeses passam a ter acesso a banda larga garantido por lei. BBC Brasil, Brasília, 01 jul. 2010.

Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100701_finlandia_banda_larga_mv.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2010.

⁷⁵ SVT. *WikiRebels*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-cUTuCIFYwc>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

A divulgação de mais de um milhão de documentos confidenciais nos dá uma pista sobre as questões que são enfrentadas a partir da lógica dos direitos individuais, que devem ocorrer a partir “de baixo” – como destacou Bobbio –, bem como sobre a historicidade destes direitos:

1. A primeira diz respeito à soberania colocada em questão por distintos autores. Se os EUA são um Estado-nação com atividades em dezenas de outros Estados-nação, estes cidadãos *não-norte-americanos* não deveriam ter acesso a todo o tipo de informação que lhes diga respeito? Por outro lado, seriam estes direitos de terceira ou quarta geração? Ou estão inclusos, como muitos sugeriram, com uma liberdade tradicional, de primeira geração: a *de expressão*?
2. O segundo aspecto diz respeito à forma como estes mecanismos deveriam ocorrer. Se um cidadão australiano é preso na Suécia por cometer supostos crimes contra o governo dos EUA, em qual âmbito ele deve ser julgado? Se um grande número de cidadãos em todo o mundo – mas, ainda, dentro de limites nacionais – apoia esta ação e a reforça, por meio da cópia e reprodução dos documentos em dezenas de sites-espelho, em qual âmbito da cidadania se inscreve esta nova problemática? Por fim, em qual âmbito específico tal tipo de julgamento tem mais força: no jurídico, no ético, no midiático ou no de outro tipo?

De fato, o caso WikiLeaks demonstrou que o direito *moral* ou *natural* – que é contraposto, conforme aponta Bobbio, ao direito *legal* ou *positivo*, conforme abordado na seção 2 – possui uma força global muito importante (apoio imediato de grande parte da população a Assange e seu grupo), ao mesmo tempo que encontra por vezes pouco apoio em constituições supostamente bastante avançadas em termos de liberdades fundamentais (como a dos EUA e a do Reino Unido).

Neste caso, alguns dos documentos obtidos pelo WikiLeaks expuseram cenas de estupidez e barbárie, cometidas por militares dos EUA. Muitos lembravam as cenas do horror nazista. Um dos mais espantosos vazamentos mostram soldados norte-americanos matando a sangue frio, a partir de helicópteros, civis inocentes – incluindo dois repórteres da agência

internacional de notícias Reuters. “Você de fato vê nos relatos crianças sendo torturadas até a morte. Não é algo que se pode ler sem se afetar pelo que se está lendo”, diz um dos editores dos documentos da guerra do Iraque, em Londres. “A falta de respeito pela vida humana corre normalmente em todo o material”.

Em outro trecho, um helicóptero atiraria em um prédio vazio para destruí-lo. Subitamente, um homem se aproxima e passa pela calçada. Os militares norte-americanos poderiam ter esperado. Eles não esperam. Em outro, um homem dentro de um carro é perseguido pelos militares no helicóptero. O homem sai e claramente se rende, de mãos para cima, deitado no chão. Os militares atiram e o matam. Entre outras informações, o WikiLeaks ajudou a divulgar um manual utilizado pelas tropas dos EUA que ensinava como humilhar e torturar seus detentos, de modo que revelassem informações para as tropas norte-americanas.

Documentos da diplomacia também revelaram crimes em países que usualmente recebem pouca atenção da mídia. Por meio de um relatório confidencial de 2006, descobriu-se que a empresa multinacional *Trafigura* despejou resíduos tóxicos na Costa do Marfim, causando danos à saúde de dezenas de milhares de pessoas. Assange denunciou ainda, à época, uma mordada imposta à mídia do Reino Unido por conta da tentativa de divulgar o ocorrido.

Para nossa discussão acerca do avanço nas legislações nacionais, dentro de um contexto pós-nacional (conforme categorizou Appadurai), é particularmente interessante o caso da Islândia. Trata-se de um escândalo revelado no sistema financeiro deste país, em 2008, causando sérios danos à economia local. Em 9 de outubro de 2008, o Kaupthing Bank HF foi forçado à falência pelo governo – poucos dias após uma crise em outro banco, o Landsbanki, ter o levado ao controle do governo. Devido à crise, que afetou todo o sistema financeiro islandês, todas as negociações nos mercados de capital do país foram suspensas em 13 de outubro de 2008.

No dia 29 de julho de 2009, no entanto, o Wikileaks expôs um documento confidencial de 210 páginas revelando que o Kaupthing fez empréstimos entre 45 milhões e 1.250 bilhões de euros. O documento vazado pelo site revelou que o banco havia emprestado bilhões de euros para os seus maiores acionistas, incluindo um total de 1.43 bilhões de libras para uma das maiores empresas do setor financeiro no país, a Exista, e filiais que possuem 23% do banco. Após a revelação, executivos foram presos e a legislação pró-liberdade de imprensa evoluiu, se tornando um exemplo para o mundo. Foi aprovada por todos os membros do

Parlamento, sem uma única abstenção.

Em outro país do norte europeu, a Suécia, a legislação que trata da neutralidade da rede de Internet é ainda mais avançada. Os servidores que dão acesso à Internet para o usuário comum não são obrigados a fornecer os endereços de IP [*Internet Protocol*] dos consumidores. Este endereço é o que identifica como único cada usuário, podendo inclusive identificar a localização exata da máquina utilizada para acessar determinado site.

A partir dessa legislação, o próprio WikiLeaks montou suas operações: os usuários que queiram compartilhar documentos confidenciais de seus governos podem acessar a plataforma dos jovens hackers e terão garantida, desta forma, sua privacidade. Isto porque a filosofia de Assange e de seus jovens colegas é a de se responsabilizar pelas informações, não cedendo sob quaisquer circunstâncias as informações do depositante. Segundo os idealizadores, seu sucesso nas dezenas de batalhas jurídicas que enfrenta se deve a esta “hospedagem à prova de balas”. Prova disso é que o único jovem soldado identificado como fornecedor de informações foi descoberto graças a uma troca de mensagem mantida com um colega, que o entregou⁷⁶.

O WikiLeaks é hospedado principalmente pelo provedor sueco PeRiQuito (PRQ), que ficou famoso por hospedar o site de trocas de arquivos de música e vídeo *The Pirate Bay*. Na Suécia, o WikiLeaks é, portanto, legal, dentro do que é considerado *legal* pelo direito positivo. Como o sistema internacional vigente é o legalista – fortemente ancorado em Estados-nação, pelo menos dentro do direito internacional –, o WikiLeaks não deixa de se beneficiar igualmente por este contexto – visto que seria ilegal, do ponto de vista do direito internacional, a invasão da Suécia enquanto Estado-nação soberano. “[O Wikileaks] é legal na Suécia, nós vamos hospedá-lo e mantê-lo funcionando quaisquer que sejam as pressões”, reforçou o provedor⁷⁷. O site também é hospedado em outros países, incluindo a Bélgica.

Os termos *wiki* e *WikiWiki* são utilizados para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou o software colaborativo usado para criá-lo e que permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo tenha

⁷⁶ Em outro filme – que também documenta com precisão o tema –, no minuto 17 é possível acompanhar a discussão sobre o fato de o jornal americano *The Washington Post* saber das graves violações dos soldados norte-americanos e nada ter publicado. O documentário foi produzido pela ABC Australia e distribuído pela Journeyman Pictures. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=kCmjmdXp7TI>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

⁷⁷ FILDES, Jonathan. Wikileaks diz já ter vazado mais de um milhão de documentos. BBC Brasil, Oxford, Inglaterra, 26 jul. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100726_wikileaks_perfil_mv.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2011.

que ser revisto antes da sua publicação, mas que possa ser discutido coletivamente após a divulgação. “Leak”, em inglês, significa *vazar* ou *vazamento*. O “WikiLeaks” não segue à risca este princípio: segundo seus autores, todos os documentos são revisados por uma ampla equipe de documentaristas e jornalistas, espalhados por todo o mundo, de modo a não causar danos físicos ou materiais a ninguém⁷⁸.

4.12 O caso The Pirate Bay

Outro caso notável, também envolvendo curiosamente a Suécia, ocorreu com quatro jovens responsáveis pelo site “The Pirate Bay”, que foram condenados na Justiça deste país em 2009 por crimes contra os direitos autorais. Uma corte em Estocolmo decidiu que os jovens deveriam pagar cerca de 3,5 milhões de dólares por “danos e prejuízos à indústria fonográfica, cinematográfica e de jogos eletrônicos”. O processo foi movido pela Federação da Indústria Fonográfica (IFPI, na sigla em inglês), que pedia inicialmente quase 14 milhões de dólares, a título de “lucros não obtidos provocados pelos downloads via internet”. Eles também foram condenados – cabendo recurso, que foi solicitado – um ano de prisão por “cumplicidade na violação dos direitos autorais”.

Conforme argumentou John Kennedy, representante da IFPI, “esse pessoal não estava defendendo um princípio, eles estavam querendo encher os bolsos. Não havia nenhum mérito no comportamento deles”.

O *Pirate Bay* tem como objetivo principal o compartilhamento de informações bastante variadas, utilizando a tecnologia do *BitTorrent*, tecnologia que compartilha os próprios *downloads* entre todos os usuários de uma rede de interessados pelos arquivos. Segundo a BBC registrou, “os servidores do *Pirate Bay* não hospedam conteúdos de direitos autorais, mas sim *links* para arquivos de vídeo e música mantidos nos computadores de seus usuários”.⁷⁹ Cerca de 22 milhões de usuários participavam, à época, da troca de dados.

“Ao elaborar o site com (...) funções de busca bem desenvolvidas, fácil '*uploading*' e possibilidades de armazenamento, e com um '*tracker*' (rastreador) *linkado* ao site, os acusados estimularam crimes que os compartilhadores de arquivos (*filesharers*) cometeram”, informou

⁷⁸ O documentário da SVT, op. cit., é útil para o entender o funcionamento da organização.

⁷⁹ Fundadores do Pirate Bay são condenados à prisão na Suécia. BBC Brasil, Brasília, 17 abr. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2009/04/090417_sueciapiratebayml.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2009.

o tribunal sueco .

Apesar do alto valor, os autores minimizaram a sentença. “Não se preocupem, nada vai mudar para o *The Pirate Bay*, nem para nós nem para o compartilhamento de arquivos”, escreveu Sunde na comunidade do site no Twitter, segundo uma agência de notícias sueca. “Como em todos os bons filmes, os heróis perdem no início, mas têm uma vitória épica no fim. Isto é a única coisa que Hollywood nos ensinou”, ironizaram seus idealizadores em um texto publicado na página do *Pirate Bay*. O próprio nome da iniciativa já é uma brincadeira com o *eBay*, nome de uma empresa de comércio eletrônico fundada nos Estados Unidos em 1995 e que se notabilizou como um dos mais importantes sites do mundo voltado para a venda e compra de bens – uma espécie de *shopping* gigante na Internet.

A reação popular na Internet foi tão grande que os responsáveis pelo site de *torrents* pediram aos usuários que “parem com as mobilizações para arrecadar o dinheiro da multa, pois ela não será paga”⁸⁰. A postagem afirma que, se os usuários quiserem ajudar, podem “mandar mais *torrents*, comprar uma camiseta do *The Pirate Bay*, não ter medo de usar a rede e continuar criando *blogs*, grupos de discussão e sites de compartilhamento de arquivos”⁸¹.

A imprensa serviu, neste caso, como aparato da corte sueca, condenando previamente os coordenadores do *Pirate Bay* ao omitir que ainda caiba recurso. “O dinheiro irá para várias empresas da indústria do entretenimento, como Warner Bros, Sony, EMI e Columbia Pictures”, escreveu a BBC Brasil, omitindo que a decisão não era em um tribunal de última instância. “Nada vai acontecer com o TPB [sigla do site], isto foi apenas um grande teatro para a imprensa”, desdenhou Peter Sunde, um de seus idealizadores.

Fundado em 2003, o *Pirate Bay* possibilita a troca de arquivos de filmes, músicas e jogos por meio da já referida tecnologia de “bit torrent”, mas nenhum material baixado pode ser encontrado no servidor do *Pirate Bay*, que reunia à época em sua rede 22 milhões de usuários. Há uma contradição conceitual – porém não necessariamente jurídica, evidentemente –, ao condenar o site em si (e não o conjunto dos 22 milhões de usuários), já que o *Pirate Bay* não existiria sem a intensa atividade do conjunto de usuários da rede. A criminalização acaba por recair em pessoas-chave, como uma demonstração de força perante a comunidade de pessoas que trocam dados. Em outra decisão parecida, a *British Telecom*

⁸⁰ A luta da indústria contra a livre troca de conhecimento. Consciência.Net, Rio de Janeiro, 20 abr. 2009. Disponível em: <<http://consciencianet.blogspot.com/2009/04/luta-da-industria-contralivre-troca-de.html>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

⁸¹ Vide blog oficial do “The Pirate Bay”. Disponível em: <<http://thepiratebay.org/blog.php>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

decidiu bloquear o *Pirate Bay* para usuários das redes móveis⁸², seguindo determinação da entidade conservadora *Internet Watch Foundation*.

Os casos *WikiLeaks* e *The Pirate Bay* demonstram que os ordenamentos jurídicos contemporâneos não acompanharam as mudanças na forma como milhões de pessoas se relacionam e pensam o mundo. A troca de informações livre e aberta, principal utopia de Norbert Wiener e de outras centenas de pessoas, acabou por produzir alguns resultados. É notável, contudo, que nem todos os setores da sociedade estão se beneficiando dessas transformações sociais. Por motivos ideológicos, culturais ou econômicos, diversos grupos veem a Internet com restrições – a aceitam parcialmente, não consegue aproveitar seus recursos adequadamente ou simplesmente não conseguem acessá-la.

No entanto, é preciso observar, a partir da história da tecnologia, que são os usuários os principais produtores de *inovação*, em um sentido mais amplo. São eles, fundamentalmente, que acabam por adaptar as tecnologias aos valores de suas sociedades, a partir de disputas e consensos que se dão por meio da política e da cultura. Da política, por envolver atores sociais que imprimem nas máquinas suas ideologias, de modo permanente, ao longo de décadas de desenvolvimento tecnológico. Da cultura, porque são os cidadãos – usuários ou não – que moldam as tecnologias, a partir de seus valores e usos cotidianos.

Castells (2003) nota, no entanto, que na Internet há uma característica a ser destacada. Novos usos de tecnologia e suas modificações são transmitidas de volta ao mundo inteiro, em tempo real. Dessa forma

o intervalo entre o processo de aprendizagem pelo uso, e de produção pelo uso, é extraordinariamente abreviado, e o resultado é que nos envolvemos num processo de aprendizagem através da produção, num *feedback* intenso entre a difusão e o aperfeiçoamento da tecnologia. Foi por isso que a Internet cresceu, e continua crescendo, numa velocidade sem precedentes, não só no número de redes, mas no âmbito de aplicações. (*Ibid.*, p.28)

Para que essa lógica funcione, são necessárias três condições: (i) a arquitetura de interconexão ilimitada, descentralizada e interativa; (ii) protocolos de comunicação abertos, distribuídos e suscetíveis de comunicação (embora haja espaço, evidentemente, para que seus criadores conservem parte da propriedade do *software*, se assim desejarem); e (iii) instituições de governo da rede abertas e cooperativas.

Os pontos básicos do *software livre* se assemelham, igualmente, a esta estrutura. Um

⁸² Vide notícia da Exame Informática, de Portugal, disponível em: <<http://exameinformatica.clix.pt/noticias/internet/1002262.html>>. Acesso em 11 fev. 2011. Com esta decisão, o Pirate Bay foi colocado pela empresa no mesmo saco dos sites que contem conteúdo sexual explícito.

software é considerado como livre, conforme define a *Free Software Foundation* – conforme descrito na seção anterior –, quando quatro tipos de liberdade são atendidas, em relação ao conjunto de usuários do *software*:

- A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades, por meio do acesso ao código-fonte;
- A liberdade de redistribuir (e inclusive vender) cópias de modo que você possa compartilhar aquela ferramenta;
- A liberdade de modificar o programa, e liberar estas modificações, de modo que toda a comunidade se beneficie – o que também depende do acesso ao código-fonte.

A cooperação em rede, no entanto, não é apenas uma questão tecnológica. É, antes, e sobretudo, uma dinâmica social, conforme argumentaremos a seguir, avaliando recentes ferramentas de compartilhamento de conhecimento.

4.13 Blogs, wikis e a organização em rede

“O atual entusiasmo pelos blogs é curioso, uma vez que trata-se basicamente de uma página pessoal”. A análise é de Glyn Moody, publicada na *Netcraft* – uma tradicional empresa no ramo da Internet, pioneira em diversos estudos sobre a rede –, durante o ano de 2004, quando a “febre” dos blogs teve início na maior parte dos países com razoável taxa de acesso à Internet (incluindo o Brasil, a Índia e outros países emergentes).

Embora o fenômeno dos blogs tenha se iniciado em 1997, experiências parecidas – uma página com links e hipertextos selecionados em ordem cronológica inversa – poderiam ser encontradas já em 1993.

Uma das novidades dizia respeito, evidentemente, ao fato de que agora era possível publicar informações sem necessariamente ser um grande conhecedor de complexos códigos e linguagens como o HTML. Bastaria preencher alguns espaços e, a partir de conhecimentos técnicos relativamente antigos, seria possível ser lido e participar da dinâmica da rede. As primeiras empresas surgiram com força, no Brasil, entre 2000 e 2001, mas de fato só

alcançarem seu auge em 2004. Antes do advento dos blogs, a empresa *Yahoo* já possuía um popular serviço de *publicador*, que no entanto não possuía o formato de blog. O *Geocities* era uma página simples, mas já com possibilidade de utilizar imagens simples (e ainda sem vídeos ou galerias de imagens).

Hoje, no entanto, os blogs oferecem mais ferramentas do que ofereciam em 2004 – ainda assim, apenas uma pequena parte das possibilidades tecnológicas já disponíveis na Internet. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de organizar o dilúvio de informações disponíveis na rede mundial de computadores.

Atualmente, existem tantos blogs na Internet que já há serviços de busca voltados exclusivamente para eles, como o Technorati⁸³, que agrega quase 2 milhões de blogs e inclui serviços como o *Newstalk*, com um resumo dos principais temas que estão sendo comentados nos blogs em todo o mundo. Há também uma lista dos 100 principais blogs em todo o mundo, selecionados a partir de referências cruzadas (acesso, comentários etc), uma espécie de Google dos blogs.

Esta troca constante de informações entre os próprios blogs se tornou uma constante – a ascensão da *blogosfera*, “que está se tornando perigosamente autorreferencial”, afirma Moody.

Em um contexto em que os blogs elaboram, como norma, uma “promoção mútua frenética”, afirma o autor, o Wiki⁸⁴ surge como um oásis de ponderação razoável. A ideia original é de 1995, elaborada por Ward Cunningham, que agora trabalha para a Microsoft. A ideia que fundamenta o Wiki é o mais importante, no entanto. Em certo sentido, o Wiki é para o blog o que o código aberto [*open source*] é para o *software* proprietário: um esforço do *comum*, em que a dinâmica de grupo, e não a liderança individual, influencia decisivamente o resultado.

Como uma lista dos maiores Wikis⁸⁵ demonstra, o exemplo mais bem acabado é a Wikipédia, uma enciclopédia *online* de conteúdo aberto criada em março de 2000 por Jimmy Wales e Larry Sanger – originalmente com o nome de Nupedia, com poucos colaboradores, e ganhou seu atual nome em 2001. É mantida por uma organização denominada *Wikimedia Foundation*. Está em 257 idiomas ou dialetos, com um total de 3,5 milhões de verbetes (“sociedade da informação” é um deles). A Enciclopédia Britannica, a título de comparação,

⁸³ Technorati. Disponível em: <<http://technorati.com/>>. Acesso em 11 fev. 2011.

⁸⁴ Vide especialmente <<http://c2.com/cgi/wiki/>>. Acesso em 11 fev. 2011.

⁸⁵ Vide <<http://meatballwiki.org/wiki/BiggestWiki>>. Acesso em 11 fev. 2011.

tinha 28 mil verbetes, apenas em inglês. Quase 14 milhões de pessoas colaboram com a plataforma⁸⁶.

A revisão, no entanto, é o grande diferencial. Existe uma página inicial para cada verbete, porém por trás da estrutura – desde que o usuário esteja registrado, o que é feito gratuitamente – é possível acompanhar a discussão sobre aquele determinado artigo (o conjunto de colaborações), editar e visualizar a história daquele artigo (o desenvolvimento do verbete, com o registro do autor e da data de cada colaboração). Registra-se que o Wikipédia já teve informações censuradas em países de distintas matizes políticas, como China e Inglaterra.

“A seriedade e a alta qualidade da maior parte dos conteúdos do Wikipédia enfatiza a força principal dos Wikis: o trabalho conjunto na busca por melhorar o conteúdo que servirá para todos”, afirma Moody. Esse lógica contrasta com a do blog, em que uma – raramente mais de uma – pessoa oferece suas “brilhantes e peculiares ideias sobre temas muitas vezes contrastantes”⁸⁷.

A avalanche de informações da contemporaneidade é motivo de preocupação para especialistas de distintas áreas de conhecimento. Um estudo denominado *The world's technological capacity to store, communicate and compute information* – em tradução livre, “Capacidade tecnológica do mundo para armazenar, comunicar e calcular informações” – faz uma análise, por exemplo, de 1986 até 2007 e mostra a capacidade de armazenamento de dados que tínhamos até 2007, contabilizadas todas as memórias do mundo. Foi publicado por Martin Hilbert e Priscila López, da *USC Annenberg School for Communication & Journalism*.

A capacidade de armazenamento mundial, por exemplo, é de 295 exabytes – um exabyte equivale a um bilhão de gigabytes ou 1 quintilhão de bytes (ou 10 elevado à décima oitava potência). A quantidade de informações por meio de broadcast (TV, satélite, GPS, etc) é de 1,9 zetabytes – é como se todas as pessoas do mundo lessem 174 jornais todo dia. A quantidade de informações em comunicação bilateral (conversas como em celular) gira em torno de 65 exabytes. Em 2002, a capacidade de armazenamento de dados digital passou pela primeira vez a capacidade de armazenamento analógica. Em 2007, cerca de 94% da capacidade era somente digital. O crescimento das Telecomunicações cresceu 28%

⁸⁶ Statistics. Wikipédia, sem data. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Special:Statistics>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

⁸⁷ MOODY, Glyn. Of blogs and wikis. Netcraft, Bath (Inglaterra), 13 mai. 2004. Disponível em: <http://news.netcraft.com/archives/2004/03/26/of_blogs_and_wikis.html>. Acesso em: 01 fev. 2011.

anualmente, enquanto a capacidade de armazenamento subiu 23% ao ano⁸⁸.

Se a capacidade de armazenamento é grande, o volume de informações produzidas pelas gerações mais recentes também é significativo. Para demonstrar esta evolução, McGarry (1981 *apud* Branco 2006) fez uma interessante imagem, tomando como referência a escala de tempo da existência da humanidade na Terra e a comparando a um dia. O ponto inicial arbitrário foi fixado há trinta mil anos, quando teve início a fase de pinturas e esculturas nas cavernas, tendo início aí o período de 24 horas, a partir da meia-noite.

Cada hora do relógio corresponde a 1.200 anos e, conseqüentemente, cada cinco minutos correspondem a cem anos. Por milhares de anos o progresso se deu numa velocidade glacial. Todo o período paleolítico transcorreu entre dez horas da manhã e duas horas da tarde. Já à noite, às 20h, surgiu a escrita cuneiforme nos vales da Mesopotâmia e os hieróglifos nos templos egípcios. Às 22h, tem início a civilização grega, com sua contribuição para a arte, a filosofia e a matemática. Às 22h30, surgem os primórdios da cultura judaico cristã na Europa. Às 23h33, inventa-se a tipografia, que impulsiona o conhecimento científico. Às 23h48, começa a Revolução Industrial na Inglaterra.

A *revolução* das comunicações tem lugar apenas nos últimos cinco minutos. O computador tem atravessado gerações no último minuto e, no caso do microcomputador, estamos falando dos últimos segundos das 24 horas decorridas. Estudos relacionados ao tema da informação só começaram a ser realizados nos últimos dois minutos, utilizando como referência o relógio de McGarry, por volta da década de 1960, atrelada à evolução das telecomunicações e da informática.

Em um estudo anterior, pesquisadores da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA), afirmaram que a quantidade de informações armazenadas em papel, filme e discos magnéticos e óticos dobrou desde 1999. O estudo estima que todo ano cerca de 800 megabytes de informação são produzidos para cada pessoa em todo o mundo⁸⁹.

A pesquisa aponta ainda que o papel ainda é popular. O total de informações

⁸⁸ MELLO, Alexandre. Estudo mostra capacidade de armazenamento mundial. OESP, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-tecnologico/>>. Acesso em 11 fev. 2011. Informações em inglês sobre o estudo se encontram em WU, Suzanne. Scientists calculate the world's total technological capacity. Physorg, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.physorg.com/>>. Acesso em 11 fev. 2011. O artigo original encontra-se em HILBERT, Martin e LÓPEZ, Priscila. The World's Technological Capacity to Store, Communicate, and Compute Information. Science Magazine, 01 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/early/2011/02/09/science.1200970.abstract>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁸⁹ Volume de dados no mundo dobrou desde 1999. BBC Brasil, Brasília, 31 out. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/story/2003/10/031031_informacaodtl.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2011.

armazenadas em livros, jornais e outros documentos cresceu 43% em três anos, de 2001 a 2003. Peter Lyman e sua equipe de pesquisadores descobriram que, apenas em 2002, cerca de cinco exabytes de novas informações foram gerados por sistemas de armazenamento impressos, em filme, magnéticos e óticos em todo o mundo.

Há poucas dúvidas sobre a capacidade da humanidade de gerar informação. A questão passa a ser, portanto, como organizá-la de modo que a quantidade extraordinária de dados não prejudique a geração de informações e, mais ainda, de uma *comunicação* eficiente.

A dinâmica subjacente a um Wiki parece ser mais duradoura – como toda a lógica do código aberto, que busca uma melhoria incansável, certamente mais lenta, mas que seguramente apresenta um melhor resultado que os códigos proprietários, pelo esforço coletivo que envolve.

Os blogs podem contribuir, certamente, na oferta de um jornalismo alternativo *online*, que em muitos casos se demonstrou mais bem informado e mais atual do que as publicações tradicionais. Autores de qualidade viram referência, como é próprio da dinâmica do jornalismo tradicional. No entanto, a quantidade de blogs, conforme descrito anteriormente, tende a desqualificá-los como fonte de informação para uma grande quantidade de pessoas.

Uma das soluções encontradas para o acesso eficiente a blogs (e outras páginas na Internet) são os *agregadores de informação*, a partir da tecnologia RSS. Existem diversos leitores específicos de conteúdo RSS, alguns facilmente acessíveis por meio do próprio navegador. Ao agregar vários sites, como são denominados, o usuário poderá obter uma poderosa plataforma contendo as informações mais importantes do seu ponto de vista – sobre meio ambiente, saúde, educação, ou ainda sobre uma determinada instituição e seus distintos departamentos, institutos e pessoas. Para isso, basta pesquisar e agregar aos poucos os blogs que considera de qualidade.

A ideia de “alimentar” diretamente o usuário, em vez de fazê-lo buscar página por página o que deseja, é antiga e remonta a tentativas pioneiras nos anos 1990. O Twitter, conforme veremos mais à frente, deve seu sucesso em grande parte a esta lógica. O RSS – de *Really Simple Syndication*, ou uma *organização realmente simples* – foi desenvolvido em princípio pela Microsoft e pelo Netscape, que se desinteressaram pelo tema. Uma outra empresa, a *UserLand*, que já estava trabalhando em algo parecido, acabou por desenvolver a versão mais bem acabada do mecanismo. *BBC*, *Reuters*, o *New York Times* e todos os grandes meios de comunicação que ocupam algum espaço na Internet utilizam o RSS.

O próprio termo *blog* – em sua origem, *weblog* – dá a ideia central da ferramenta, tal como foi elaborada originalmente. *Web* significa rede em inglês. *Log*, em computação, ou ainda *log de dados*, é uma expressão utilizada para descrever o processo de registro de eventos relevantes num sistema computacional – eventualmente servindo para reparar erros ou promover uma sindicância sobre usos de um determinado sistema.

Problemas ocorreram justamente com o controle considerado excessivo por parte do autor, Dave Winer⁹⁰. Para resolver parcialmente o problema, Winer transferiu a propriedade do padrão para o Berkman Center for Internet & Society, vinculado à Escola de Direito de Harvard, nos Estados Unidos, onde Winer também mantém um vínculo (além da já mencionada *UserLand*). Além disso, o modelo de licença do RSS foi modificado.

Outro padrão, denominado inicialmente *Echo* e, atualmente, *Atom*, pretende ir além do RSS. O Atom está em código aberto e foi proposto como o mecanismo padrão. A Google – que mantém o *Blogger* – deu seu apoio ao formato e até mesmo Dave Winer reconheceu os méritos da iniciativa.

A importância do Atom vai muito além do atual uso de organização das atualizações. Seria possível combinar, por exemplo, a leitura por RSS com o *BitTorrent* – um protocolo de rede que permite ao usuário baixar arquivos de qualquer página na Internet, com uma taxa de transferência mais rápida que outros protocolos. Abriria, desta forma, a possibilidade de baixar arquivos de forma eficiente e automática⁹¹.

O debate continua a ser, portanto, acerca da teoria social e da forma pela qual cada cidadão pode se inserir na Internet. A tecnologia avança cada vez mais rápida rumo à facilidade cada vez maior, mesmo para o usuário mais *ordinário, comum* de todos, em compartilhar conhecimento. A questão, conforme destacamos anteriormente, é: comunicar o quê, para quem e de que forma? Qual conteúdo? Para que público? Em qual *espaço público* (ainda que *virtual*)? Utilizando quais métodos? Do compartilhamento de informações? Ou o individualista?

A *curiosidade* de Moody se dá pelo fato de que, pela lógica dos pioneiros da rede, a organização e o trabalho em conjunto são premissas, e não meios ou fins.

⁹⁰ O autor mantém o blog Scripting News: <<http://scripting.com/>>

⁹¹ MOODY, Glyn. Pushing the blog boundary. Netcraft, Bath (Inglaterra), 13 mai. 2004. Disponível em: <http://news.netcraft.com/archives/2004/05/13/pushing_the_blog_boundary.html>. Acesso em: 01 fev. 2011.

4.14 A questão das redes sociais

A organização das informações também tem conotações comerciais. As gigantes da Internet *Google* e *Facebook* fizeram ofertas estimadas em US\$10 bilhões para comprar o site de “microblog” *Twitter*⁹². O termo *microblog* diz respeito ao fato de que o Twitter só aceita mensagens curtas (até 140 caracteres), com a possibilidade de realizar uma ligação para outra página de interesse. É mais ou menos como ler as manchetes de alguns jornais pendurados do lado de fora do jornaleiro. Só que você pode escolher quais jornais – estes *jornais*, na verdade, podem ser pessoas, instituições, governos, empresas –, pode acessá-los diretamente – não é necessário entrar no jornaleiro e comprar um por um – e pode opinar e conversar com estes *jornais* (que poderão responder ou não, como todos os jornais).

Winer compara o Twitter ao Napster – site de compartilhamento de músicas que era igualmente valorizado antes de ser fechado e *destruído* pela RIAA, a associação de gravadoras dos Estados Unidos. “O Napster manteve toda a atividade de música na Internet sob o mesmo teto”. Uma ideia que poderia ter acabado com o fluxo de receitas da indústria norte-americana.

Sobre a disputa atual, Winer argumenta que

o conjunto do universo do microblog está no Twitter. É o protótipo do sistema de notícias do futuro. Sob uma gestão competente, uma visão de longo prazo e uma profunda experiência com notícias, o Twitter varreria todo o cenário jornalístico para seu domínio. Ter um controle quase exclusivo do fluxo de notícias sobre uma grande parte do mundo – isso poderia valer US\$10 bilhões? Obviamente, isso e muito mais. US\$10 bilhões seria uma pechincha⁹³.

A “solução” do Twitter para o problema da organização das informações está longe de ser meramente tecnológica: era preciso entender a dinâmica social que envolve o interesse do público pelas notícias, as formas de acesso, os aspectos culturais e históricos.

A necessidade por comunicação pressupõe a existência de conteúdo a ser comunicado. Redes como o *Facebook*, o *Orkut* e o *Twitter*, ao mesmo tempo que proporcionam uma ferramenta de *auto-comunicação de massa*, “geram” conteúdo ilimitado. A maior rede social da Internet, o Facebook, possui 500 milhões de usuários. Se fosse um país, seria menor apenas que a China. O multilinguismo é um fator essencial para a ampliação de sua influência entre

⁹² Pretendentes avaliam Twitter em até US\$ 10 bilhões. Wall Street Journal, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB129738452587185505.html>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁹³ WINER, Dave. Why Twitter is so valuable. Scripting News (blog), Nova York, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://scripting.com/stories/2011/02/10/whyTwitterIsSoValuable.html>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

os usuários.

Dados da consultoria internacional *ComScore* mostram que o tráfego mensal do Facebook no Brasil em 2010, que até pouco tempo atrás não possuía serviço em português, era de 8 milhões de visitas únicas, contra 28 milhões do *Orkut*, rede da Google⁹⁴. Pesquisa do mesmo grupo aponta que o uso de redes sociais pelos internautas no Brasil só perde para as ferramentas de buscas, ficando à frente inclusive de serviços como e-mail e mensagens instantâneas (como o *MSN* – sigla para *Microsoft Network*). De acordo com um relatório de junho de 2010, 85,5% dos internautas brasileiros realizam buscas pela web, enquanto 81,9% acessam redes sociais, 78,9% fazem uso de correio eletrônico (e-mail) e 78,8% sites de entretenimento e 71% serviços de mensagens instantâneas. Sites de vendas *online* é feita por 62,1% dos usuários de web no país e o acesso a blogs por 61,6%, ocupando a oitava posição na preferência. Segundo a *ComScore*, o número de usuários ativos de web no Brasil totalizou 34,24 milhões em fevereiro de 2010, crescimento de 20% ante os 28,6 milhões registrados em fevereiro de 2009⁹⁵.

O fato de o *Facebook* ou qualquer outra rede na Internet reunir mais membros do que a maior parte dos países em todo o mundo certamente deve ser analisado com cautela. Conforme argumenta Castells (2010), existe uma contradição crescente entre o *espaço dos fluxos* e o *espaço dos lugares*, conceitos já mencionados nesta mesma seção. Algumas poucas cidades – nós – concentram cada vez mais riqueza, poder e inovação. Ao mesmo tempo,

poucas pessoas no mundo se identificam com a cultura global e cosmopolita que povoa as redes globais e se torna o objeto de culto das leites dos mega-nós. De maneira contrastante, a maioria das pessoas sente uma forte identidade regional ou local. Por isso as redes globais integram certas dimensões da vida humana e excluem outras. (...) Essa é a contradição fundamental que emerge do nosso mundo globalizado, urbanizado e organizado em redes: em um mundo construído em torno da lógica do espaço dos fluxos, as pessoas ganham a vida no espaço dos lugares. (Castells, 2010, p.XXV)

⁹⁴ Redes sociais se multiplicam e alcançam números superlativos de usuários. Correio Braziliense, Brasília, 20 ago. 2010. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2010/08/20/interna_tecnologia,208770/index.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2011.

⁹⁵ Uso de redes sociais no Brasil já é maior que o de e-mail. TI Inside, 22 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.osnumerodainternet.com.br/uso-de-redes-sociais-no-brasil-ja-e-maior-que-o-de-e-mail/>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

4.15 O 'tempo atemporal' dos hiperconectados

Uma das manifestações da lógica do *espaço dos fluxos* e do *espaço dos lugares* se dá na administração do tempo cotidiano. Cada pessoa dispõe, por dia, de 24 horas para realizar suas tarefas. O trabalho, a família, a administração da casa, as obrigações com o governo. Tudo precisa ser feito em 24 horas. Os regimes temporais estão, no entanto, se modificando na medida em que as exigências cotidianas e de mercado demandam mais flexibilidade, por um lado, e as pessoas incorporam de distintas formas o que Muniz Sodré denominou a “ilusão da ubiquidade humana” (Sodré, 2008, p.14) – que evidentemente no espaço dos lugares não é viável.

Avanços tecnológicos muito recentes, no entanto, forneceram em parte algumas ferramentas para que alguns cidadãos hiperconectados possam atingir o tempo atemporal, uma “prática social cujo objetivo é negar a sequência e nos instalar na simultaneidade perene e na ubiquidade simultânea”. Esta exigência internalizada é em parte responsável pela prática de acessar diversos dispositivos tecnológicos simultaneamente – como o telefone, o computador, a televisão e o rádio – ou ainda pela prática de tentar resolver problemas, se informar ou acessar meios de entretenimento durante o transporte casa-trabalho ou trabalho-casa. Por que as pessoas correm o tempo todo? “Porque elas podem vencer suas restrições temporais, ou pelo menos é isso que elas acham. Porque a disponibilidade de novas tecnologias de comunicação e transporte as estimula a correr atrás da miragem da transcendência do tempo” (Castells, 2010, p.XXVII).

Este mecanismo não opera apenas ao nível individual: as *guerras instantâneas* – conforme denominou Castells – usam esta lógica para lançar bombas e mísseis “inteligentes”, controlados à distância, para infligir danos insuportáveis ao inimigo⁹⁶. Existia e existe, ainda hoje, este mesmo desejo de “comprimir o tempo de guerra usando tecnologia militar organizada eletronicamente em rede”. O tempo atemporal, segundo o autor, é justamente o tempo do poder na sociedade em rede, assim como foi o tempo dos poderosos ao estabelecerem o calendário, inclusive o ano que marcou o início do tempo na Antiguidade. Ao tempo atemporal, também são produzidas outras temporalidades, formas alternativas de concepção do tempo em nossa sociedade.

O tempo referenciado pelas questões que envolvem o aquecimento global é uma destas

⁹⁶ Evidentemente que o uso do termo “inteligente” não deveria ser utilizado para uma lógica tão estúpida quanto é a lógica da guerra, mas cabe neste contexto tecnológico.

formas. A negligência da sociedade contemporânea em relação ao meio ambiente pode ter consequências imediatas, mas certamente elas serão maiores em um tempo incompreensível para a maioria das pessoas – na lógica da frase atribuída ao economista inglês John Maynard Keynes, que teria afirmado que, “a longo prazo, todos estaremos mortos”.

Esta contraposição conceitual faz surgir uma nova prática social, confrontando diretamente a “tentativa suicida de aniquilar o tempo na corrida louca para aproveitar cada segundo de nossa vida, na ilusão de que aproveitamos a vida ao máximo correndo atrás implacavelmente do prazer instantâneo das nossas fantasias ou saltando nossos minutos na tentativa de nos desvencilhar do labirinto de um frenesi auto-gerado” (*Ibid.*, p.XXVIII). O tempo geológico, no qual pulsa a Terra, se configura como um contraponto à nossa “submissão coletiva ao autômato que fugiu do controle de seus criadores”. A realidade virtual que domina nossa experiência, argumenta Castells, cancelou a noção de tempo, pois vivemos no mundo sempre presente dos nossos avatares. (*Ibid.*, p.XXIX)

A hiperinflação audiovisual, argumenta Moraes (2006), traduz o impulso irresistível de expansão do capitalismo globalizado. “Fluxos de altíssima potência intensificaram ganhos dentro e fora das especulações do mercado financeiro”. A “mitologia do tempo real”, conclui, “impulsiona a difusão de repertórios excessivos e a concentração de riqueza e poder”. O geógrafo Milton Santos afirmara que

o triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente da produção da história. (Santos, 2002⁹⁷ *apud* Moraes, 2006, p.10-11)

Uma recente pesquisa da agência de publicidade Giovanni+DraftFCB, realizada em 2010, argumentou existirem três perfis de *consumidores* de notícias: os *dataholics*, os *datalimits* e os *dataspecialists*.

Os *dataholics* seriam “em geral os mais jovens”, “altamente conectados à Internet” e que “dominam as ferramentas de informação e se entregam à angústia de estar o tempo todo buscando”. Os *datalimits* – *data* de informação, *limit* de limite – seriam as pessoas que reconhecem que é impossível saber tudo que acontece, selecionando a partir de critérios pré-

⁹⁷ SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, p.162.

estabelecidos as informações e não sofrendo por não saberem “tudo” o tempo todo.

Já os denominados *dataspecialists* – ainda segundo o estudo – *dominam* (sic) tanto as ferramentas como a informação. “Os blogueiros entram nesse nicho, são provedores de informação e têm seus métodos próprios de busca e fontes confiáveis. Recebem *news* de centenas de blogs nacionais e internacionais. Para um blogueiro é imperdoável não saber o que está *bombando* na Internet. A velocidade contemporânea da informação trouxe duas consequências constatadas pela pesquisa: todo mundo se diz eclético e não existe mais silêncio”⁹⁸, afirma uma especialista em propaganda e marketing. A *tecnoelite* seria formada, portanto, por “especialistas” em informação, pessoas estas que saberiam filtrar e editar o que é relevante.

Em relação ao excesso de informações, é importante notar que Pierre Bourdieu, em seu *Sobre a televisão* (1997), já havia observado esta característica antes mesmo do advento da Internet comercial. “Na sua lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as notícias, a concorrência pela clientela tende a tomar forma de uma concorrência pela propriedade, isto é, pelas notícias mais novas (o furo) — e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do polo comercial” (Bourdieu, 1997).

As pressões do mercado, aponta, não se exercem senão por intermédio do efeito de campo: “(...) de fato, muitos desses furos que são procurados e apreciados como trunfos na conquista da clientela estão destinados a permanecer ignorados pelos leitores ou pelos espectadores e a ser percebidos apenas pelos concorrentes (sendo os jornalistas os únicos a ler o conjunto dos jornais...).” Esta concorrência pela propriedade, adverte, “atrai e favorece os agentes dotados de disposições profissionais que tendem a colocar toda a prática jornalística sob o signo da velocidade (ou da precipitação) e da renovação permanente”. A lógica do “não existe mais silêncio” do qual apontou a especialista.

Esta lógica, francamente difundida na *era da Internet*, promove a informação em função de sua atualidade, criando a figura do “viciado em atualidades” do qual fala Bourdieu. Este mecanismo favorece uma espécie de amnésia permanente que é o avesso negativo da exaltação da novidade e também uma propensão a julgar os produtores e os produtos segundo a posição do *novo* e do *ultrapassado*.

⁹⁸ PENTEADO, Cláudia. Você é um dataholic? Portal iG, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/consumoepropaganda/2010/11/11/voce-e-um-dataholic/>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

O curioso é que a própria agência responsável pela pesquisa citada, a Giovanni+DraftFCB, destaca a seguinte mensagem em seu site institucional:

SIMPLES. A mídia se fragmentou. A atenção se pulverizou. Está lá nas estatísticas: hoje você tem, em média, 6.5 segundos para dar o recado. Caso contrário, o consumidor vai deixar você falando sozinho. Trocando em miúdos: seja simples, ou seja ignorado⁹⁹.

Este “controle” da informação promovido pelos *dataspecialists*, portanto, se dá a partir de um aumento da velocidade das informações tão nefasto que a maior parte dos *consumidores* – vistos como tal, portanto – não teriam mais a paciência de esperar mais do que sete segundos para receber um determinado *recado*. Ao mesmo tempo em que observam que a velocidade é elementar na *era da Internet*, reafirmam a necessidade de “especialistas” para realizar o “controle” desta informação.

Se durante o século XVIII a prerrogativa de indivíduos moralmente autônomos, aptos a exercer plena cidadania, era a capacidade de raciocinar e a independência de decidir por si mesmo, no século XXI estas características parecem ainda mais pertinentes – só que vinculadas agora à informação como recurso estratégico para a própria sobrevivência em um mercado cada vez mais hostil aos cidadãos desatualizados, desconectados (conforme se referiu Canclini), que não conhecem seus direitos. Em uma sociedade caracterizada pelo excesso e pela velocidade da comunicação, o “controle” da informação seria sobretudo o controle deste excesso e dessa velocidade e não tanto o controle estratégico de uma determinada informação exclusiva ou confidencial.

Jesús Martín-Barbero (2006) afirma que a fratura de marcos temporais de experiência e de poder tem como resultado, por um lado, uma elite que habita o espaço atemporal das redes e dos fluxos globais e, por outro, as maiorias que habitam o deslocado espaço/tempo local de suas culturas e, diante da lógica do poder global, “se refugiam na lógica do poder que produz a identidade” (p.60). A mesma fratura pode ser vista na relação mídia-migrações proposta por Appadurai, bem como nas relações de consumo: “Enquanto o movimento das imagens e das mercadorias vai do centro à periferia, o dos milhões de emigrantes, objeto de exclusão, vai da periferia ao centro”. (*Ibid.*, p.62)

O mesmo autor pondera, por outro lado, que a digitalização possibilita também uma nova linguagem comum de dados, textos, sons, imagens e vídeos, “desmontando a hegemonia

⁹⁹ GIOVANNI+DRAFTFCB. Mensagem de abertura do site. Disponível em: <<http://www.giovanndraftfcb.com.br>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

racionalista do dualismo que até agora opunha o inteligível ao sensível e ao emocional, a razão à imaginação, a ciência à arte, e também a cultura à técnica e o livro aos meios audiovisuais”. Além disso, configura “um novo espaço público e de cidadania”, a partir das redes de movimentos sociais e de meios comunitários e de fóruns globais como o Fórum Social Mundial, que se articula a estas redes e é articulado por elas.

O que a revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é tanto

uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas sim um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição de bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento numa força produtiva direta. (...) a tecnologia remete, hoje, não a alguns aparelhos, mas sim a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades e escritas. (Martín-Barbero, 2006, p.54)

Esta reconfiguração cultural está mexendo com a estrutura das linguagens vinculadas a saberes tradicionais, como a escrita tradicional, especialmente devido ao uso do computador e da Internet. Quais serão os efeitos da utilização cada vez menos frequente do papel, da caneta e do lápis na cultura contemporânea? Quais as implicações para o sistema educativo em vigência, centrado na escola, no livro e no professor?

As redes de informática, argumenta Martín-Barbero, ao transformarem nossa relação com o espaço e com o lugar, mobilizam figuras de um saber que escapa à razão dualista com a qual estamos habituados a pensar a técnica, pois “se trata de movimentos que são ao mesmo tempo de integração e de exclusão, de desterritorialização e realocização”, nicho no qual interagem e se misturam “lógicas e temporalidades tão diversas como as que entrelaçam no hipertexto as sonoridades do relato oral com as intertextualidades da escrita e as mediações do audiovisual”. Um dos efeitos positivos que Martín-Barbero enxerga nas novas tecnologias é justamente a reintegração cultural da dimensão audiovisual ao âmbito das emoções e das expressões, outrora separada e desvalorizada pela racionalidade dominante no Ocidente desde a invenção da escrita e do discurso lógico.

A partir destas reflexões, nos dedicamos na seção seguinte à análise conceitual e empírica de um projeto nacional de comunicação que tem como horizonte a busca por cidadania, ao mesmo tempo em que procura se inserir na lógica da convergência multimídia, a partir do trabalho com jovens em todo o Brasil.

5 REAÇÃO E AÇÃO: A REVISTA VIRAÇÃO EM PERSPECTIVA

Historicamente relevantes em diversas transformações sociais e políticas, os jovens recebem um tratamento inadequado por parte dos meios de comunicação hegemônicos brasileiros. Ao serem tratados ora como objeto de análise, ora como mercado consumidor, cerca de 300 deles, em 25 Estados brasileiros, encontraram na Revista Viração uma alternativa para exercerem parcialmente sua cidadania e se expressarem com voz ativa para milhares de outros jovens e cidadãos.

A partir desta experiência, em funcionamento desde 2003, analisaremos de que forma a *comunicação* proposta pelo projeto se consolidou e criou raízes comunitárias e regionais, influenciando políticas públicas em nível local e nacional, e contribuindo para a formação cidadã de centenas de vozes que destoam do padrão consumista contemporâneo. Analisaremos igualmente a metodologia da rede constituída pela Viração e suas especificidades em relação ao quadro geral descrito durante a seção anterior.

A comunicação comunitária é tema de inúmeros debates entre acadêmicos e, principalmente, em entidades da sociedade civil organizada. A problemática está relacionada em parte à grande concentração observada no campo da economia do setor. “Latifundiária” em sua natureza e lógica comerciais, a mídia brasileira é produzida por poucos atores sociais, majoritariamente da esfera privada, a partir de alguns poucos municípios, contrastando com a enorme diversidade cultural brasileira¹⁰⁰.

Em meio a diversas vozes dissonantes que surgem no cenário descrito na seção 4, questionamos: o que pode ser entendido, hoje, como comunicação *comunitária* ou *alternativa*? Quais agrupamentos sociais a produzem? Qual a relação entre a comunicação comunitária e a mídia hegemônica? É possível distingui-las apenas pelo seu *tamanho* (grande ou menor alcance)? Quais diferenças conceituais, metodológicas e de *visão de mundo* justificariam tal tipificação? E, principalmente, de que forma a comunicação *comunitária* ou *alternativa* tem se beneficiado da lógica da rede descrita previamente?

Para contribuir com este debate, tomamos como exemplo a Revista Viração, publicação que foi tema de diversos estudos e já é considerado um dos mais destacados projetos de comunicação comunitária em nível nacional, tanto pelo apoio *popular* e *comunitário* recebido quanto pela qualidade das ações comunicacionais.

¹⁰⁰ Barbalho, 2005, p.38; Barreto, 2007, p.29-33 e 41-54.

A *Viração* é uma revista impressa, de abrangência nacional, que reúne comunicadores, ativistas e jovens das periferias de 22 capitais, com o intuito de subverter a lógica da comunicação hegemônica, segundo a qual a juventude se apresenta ora como *problema*, ora como potencial *mercado consumidor*. As características desta iniciativa evidenciam a comunicação comunitária, plural e *co-laborativa* como fiel depositária de um modo de comunicar emergente, estreitamente vinculado aos direitos humanos e à constituição e/ou ampliação da cidadania.

5.1 Mídia hegemônica versus novos discursos emancipatórios

Com o início da popularização da Internet, a partir do início da década de 1990 em todo o mundo e de 1996 no Brasil, o debate sobre a hegemonia da mídia ganha um novo fôlego. Surgem diversos ideólogos que imediatamente ressuscitam e destacam a figura dos *tecnolibertários*, conforme denomina Mattelart, e a nova possibilidade de um ativismo político especialmente vinculado às redes de comunicação global e descentralizada. A partir da tese de que a comunicação proporciona uma solução rápida, técnica e eficaz para problemas tradicionais, como a fome ou a guerra, ou até mesmo para problemas regionais e locais, como as reivindicações populares em Chiapas (1994), estes entusiastas reposicionam antigas posições ao afirmar que a comunicação de *muitos para muitos*, de *ponto a ponto*, proporcionará uma aproximação de comunidades locais, a partir de mecanismos virtuais de participação ou sob o forte impulso destes.

Em geral, este debate passa a ser hegemônico por aqueles que veem nas novas mídias a ferramenta de substituição da política dita *tradicional*, ou seja, aquela feita nos sindicatos, partidos políticos, tribunais e assembleias legislativas. Esta hipótese defende a ideia de um “mundo sem fronteiras”, a *aldeia global* de Marshall McLuhan, cujo papel do indivíduo é reafirmado. O ideário das redes de informação que permitiriam uma comunicação instantânea e aberta entre os mais diversos cidadãos, gerando um novo ambiente de compartilhamento de informações, fez parte do imaginário dos mais distintos atores e grupos sociais, conforme exposto durante a seção 2.

Neste contexto, os novos discursos emancipatórios surgem a partir de atores sociais que são produtos destes imaginários globais, ao mesmo tempo em que produzem *localidades*

e territorialidades próprias (Martín-Barbero, 2006). A comunicação *comunitária* pode ser pensada tanto em sua “esfera da comunicação oral, dialogal, interpessoal” (Coutinho, 2008, p.64) quanto em sua esfera pública, discursiva, macro. A força de sua produção é oriunda da relação entre estes dois âmbitos de diálogo.

As mídias comunitárias também produzem um “esforço coletivo para *desmediatizar o pensamento*, isto é, abrir a mídia para outras linguagens que não a sua própria, desinstitucionalizá-la e convertê-la num real espaço público em que todo e cada segmento social possa se expressar com sua própria linguagem”. As mídias comunitárias procuram, desta forma, fazer oposição ao cenário em que “poucos veículos apresentam os fatos para um *público universal idealizado*”, trabalhando portanto com “um maior espectro de veículos voltados a segmentos específicos” (Steinberger, 2005).

As novas tecnologias convergem, neste sentido, para o papel que as mídias comunitárias buscam desempenhar. Particularmente no caso avaliado, a linguagem da Internet encontra adeptos mais facilmente entre os jovens. Nicolau Sevckenko destaca que

Essa é a primeira geração que já nasceu sob a nova tecnosfera, não só conhecendo, mas interagindo, inventando e participando ativamente da pleora de conectividades, ainda mal conhecidas, que foram introduzidas pela recente mutação tecnocientífica. Mas, justamente porque ela não apareceu como uma estranheza em meio às suas vidas, eles não a veem nem como ameaça, nem como panaceia. Não são nem seus arautos, nem seus celebrantes, nem seus detratores. Procuram articulá-la como um potencial para o desenvolvimento pessoal, comunitário e coletivo. (Sevckenko, 2002 *apud* Moraes, 2009, p.241-242)

O cenário político brasileiro, no entanto, se tornou favorável apenas recentemente, com políticas de inclusão digital e de ampliação do acesso a banda larga ainda insuficientes para o conjunto da população. Canclini (2008) nota que, mesmo decorridas décadas de convivência com meios eletrônicos de comunicação, e mesmo após estes serem convertidos nos “principais formadores do imaginário coletivo”, as políticas oficiais ainda não se preocupam suficientemente com as culturas de maior interesse das novas gerações, tal como os vídeos, a música contemporânea e a Internet.

Um conjunto de transformações sociais, de caráter *histórico* e mais do que nunca *global*, é conduzido em parte por iniciativas comunitárias que, segundo Dênis de Moraes (2009), rejeitam “os controles ideológicos da mídia convencional” e “recorrem à ambiência descentralizada da rede mundial de computadores” (p.231). O objetivo destas redes é “construir uma ordem social fundada na partilha equânime das riquezas, nos direitos da

cidadania e na diversidade cultural”, bem como “dar visibilidade à contestação à ideologia mercantilista da globalização, realizando intenso trabalho de crítica e disseminação de ideias para elevar a consciência sobre o mundo vivido e trazer ao debate possibilidades de transformação” (Moraes, 2009, p.232).

Esta mudança de paradigma também passa pela revisão do conceito que estruturou, durante décadas, a figura do sujeito como *receptor passivo*, que apenas recebe e *decodifica* de modo linear informações provenientes dos meios de comunicação de massa. Estas mudanças são de duas ordens:

- (i) O sujeito “receptor” também produz sentido, reinterpreta as mensagens que chegam diariamente (e cada vez mais rapidamente) e as modifica de acordo com seu arcabouço cultural, social, político e histórico.
- (ii) Com a emergência de meios e expressões de comunicação mais democráticos, acessíveis e eficientes, o sujeito “receptor” passa a ser, em alguns casos, emissor de informação, ou seja, ele próprio se torna uma fonte dinâmica de informação.

No entanto, as mudanças ocorridas em processos tão complexos de comunicação como este é lenta e gradual. Moraes pondera que a chance que os *usuários* têm de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores de ideias e conhecimentos está vinculada a “habilidades técnicas e lastros culturais” (2009, p.239). Antes mesmo, Antonio Gramsci já argumentara que

É pueril pensar que um *conceito claro*, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos *organizadores* de clareza difusa: este é um erro *iluminista* (...) O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. (Gramsci, 2004, p.205-206)

Segundo Marta Pinheiro (2006), não é possível isolar a questão comunicacional e das mídias do momento histórico atual, “a passagem do fordismo para o pós-fordismo, quando ocorre a transformação da lógica de reprodução para a lógica de inovação, de um regime de repetição para um regime de invenção” (p.76). Pinheiro argumenta que “o valor, no fordismo, tinha origem na produção de bens homogêneos e reprodutíveis; agora, na fase pós-fordista, se origina na inovação e na mudança, que se transformam nos principais fatores de valorização” (2006, p.76). Combater a desigualdade no campo do conhecimento, neste contexto, passaria

pela circulação sem entraves e pela livre distribuição de informação – um problema fundamentalmente de ordem *política*, e não tanto *instrumental*.

Segundo Moraes, são pontos comuns nas políticas de distribuição da informação entre os grupos contra-hegemônicos e de *contrainformação*: a recusa do modo de produção capitalista e da ideologia de mercado; o combate a desigualdades; a defesa da cidadania, da diversidade cultural e da democratização dos meios de comunicação; e a interação com leitores e usuários (2009, p.246). Outra característica importante é o envolvimento que é muitas vezes observado destes realizadores de meios contra-hegemônicos com causas sociais, em temas distintos como economia, direitos de minorias e etnias, ecologia, defesa do consumidor, cooperativismo, educação, saúde, reforma agrária, pleno emprego e cultura popular, entre outros.

Trataremos agora, mais especificamente, da Revista *Viração*, contextualizando sua atuação e metodologia.

5.2 Revista *Viração*: uma práxis editorial e pedagógica

A Revista *Viração* – atualmente “*Viração Educomunicação*”, incorporando um de seus principais conceitos ao próprio nome – é uma proposta que nasce no contexto das novas formas de mobilização política discutidas durante todo este trabalho – não tanto pelo uso que seus participantes fazem da Internet, mas principalmente pelo entendimento de que a comunicação não é mais *política* que *instrumental* (Barbalho, 2005).

Conforme discutimos na seção 3, para Kant, a própria noção de “maioridade” (*Mündigkeit*) remetia à “possibilidade de falar” e seu oposto, “menoridade” (*Unmündigkeit*), relacionava-se *àquele que não tem voz*, que não tem direito à plena fala. A “maioridade” marcaria portanto a conquista de ser ouvido – ou, em outras palavras, de ser cidadão. Daí a noção contemporânea de “minorias” implicar em uma luta para alcançar o poder da fala. (Sodré, 2000 *apud* Barbalho, 2005, p.36)

É justamente sob este lema – “A voz dos sem voz”, enfatiza o Centro de Mídia Independente¹⁰¹ – que surgem grupos contra-hegemônicos, cujo foco de ação é o campo da comunicação, com interface em outras áreas de conhecimento.

¹⁰¹ Ver Moraes, 2009, p.243-244 e acesse www.midiaindependente.org

Fundada em março de 2003, a Revista *Viração* é uma revista impressa mensal, de circulação nacional, com uma boa qualidade gráfica e editorial, bem como uma proposta inovadora em termos de linguagem. Além do periódico impresso, também possui projetos audiovisuais e na Internet¹⁰², incluindo as principais redes sociais. Na comunicação compartilhada, a *Viração* possui *comunidades* no Twitter, Orkut, Facebook, Flickr, YouTube. Como forma de dinamizar a mobilização do projeto, faz uso de programas de mensagens instantâneas e sistemas de voz sobre IP (MSN, Skype) em todo o processo de produção e divulgação da revista. Há também canais de diálogo com o público para comentários, críticas ou mesmo a reedição de reportagens, seja por meio de ferramentas interativas via Internet seja por canais tradicionais de comunicação, como o telefone e o correio.

Além de ser produzida de forma colaborativa – a participação ativa dos jovens é uma prerrogativa para que a edição seja finalizada –, *Viração* também faz prestação de serviços nas áreas de produção editorial, educação e mobilização de escolas e grupos juvenis e comunidades; fomento à manifestações artísticas e culturais de grupos, articulação e participação em redes e fóruns em âmbito local, regional e nacional; e promoção de campanhas de sensibilização e mobilização. Não tem fins lucrativos e conta com o apoio jurídico da organização não-governamental Associação de Apoio a Meninos e Meninas da Região da Sé (AAMM), entidade que atua há mais de uma década na defesa dos direitos de crianças, jovens e adolescentes da capital paulista.

Em março de 2003 foi lançada a edição número zero, em caráter experimental, para que fossem feitas sugestões e críticas por parte de alunos da rede municipal de ensino de São Paulo. A edição número um, de maio de 2003, sofreu mudanças a partir destas sugestões, conforme explica o editorial:

Viramos a primeira página dessa história que está apenas começando. A *Vira*, é bom lembrar, segue um regime, o do mutirão (palavra de origem tupi-guarani que quer dizer trabalho comunitário). Conta com uma equipe ampla que não mede esforços para produzi-la (confira nosso R.G. ao lado) e apoio institucional de entidades de primeira, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), a revista Sem Fronteiras e o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Nesse número 1, segue um cardápio recheado de coisas gostosas de saborear, com os olhos e a mente, mas sobretudo com o coração e um sentimento de solidariedade. Os ingredientes são os mesmos do número zero, que caiu nas mãos dos alunos da rede municipal de ensino de São Paulo. Muitos que participam do projeto Educom.rádio analisaram a revista da primeira à última página. Fizeram críticas, elogios e propostas. Por isso, esta edição chega até você com algumas mudanças. A *Vira* agradece e espera que essa corrente positiva cresça sempre mais.¹⁰³

¹⁰² Vide <www.viracao.org>. Acesso em 20 jan. 2011.

¹⁰³ REVISTA VIRAÇÃO. "Vira História" (editorial). São Paulo, ano 1, n. 1, p.3, mai. 2003.

Entre os objetivos – destacamos doze no total –, observamos três formas de ação específicas¹⁰⁴. A primeira se centra na constituição de direitos humanos distintos que deveriam ser alcançados a partir das atividades da Revista:

- Promover e realizar publicações, pesquisas, fóruns, conferências, editorações, seminários, cursos e ciclos de debates, buscando a “prevenção, educação e comunicação, inclusive em convênio com outras entidades”, e “visando a defesa de direitos da pessoa e do exercício do direito humano à comunicação”;
- Trabalhar para que a Comunicação “seja um direito exercido por todos e se transforme em instrumento indispensável à construção de uma verdadeira ordem democrática”;
- Contribuir para a formação política dos cidadãos, disseminando valores da democracia, dos direitos sociais, da educação à paz e à não violência, da solidariedade entre os povos, do respeito à diversidade étnico/racial, de gênero, sexual, cultural, ambiental e religiosa.
- Contribuir com a promoção do saber intelectual, técnico e científico, em todas as áreas do conhecimento humano.

A segunda forma é baseada em estratégias “práticas”, algo como os objetivos específicos:

- Instituir e manter órgãos e veículos de comunicação impressa, radiofônica, televisiva, cinematográfica, literária, de dados e eletrônica, bem como de produção e publicação de periódicos, produção teatral, fotográfica, cultural, esportiva, ambiental, social e de lazer;
- Desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências dos que atuam junto aos movimentos de defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, ou ainda daqueles que possam contribuir com seu conhecimento àqueles movimentos;
- Idealizar, conceber, instituir, organizar e incrementar sob sua égide prêmios, ordens honoríficas, medalhas, troféus, comendas, colares e láureas, certificados territorial nacional ou internacional, oficializando-as ou não perante os poderes e órgãos

¹⁰⁴ Talvez seja desnecessário fazer tal observação, mas ressaltamos que estas formas se mesclam e produzem resultados convergentes, conforme veremos.

constituídos e outorgando aos agraciados em solenidades cívicas;

- Apoiar, estimular, desenvolver, sistematizar e divulgar atividades de promoção humana, social, cultural e educacional, em especial junto a crianças, adolescentes e jovens;

A terceira diz respeito a ações iminentemente *políticas*, vinculadas à mobilização da rede para alcançar objetivos explícitos de transformação social:

- Articular-se ou filiar-se a entidades ou organizações nacionais e/ou internacionais com objetivos afins;
- Implantar e manter unidades que desenvolvam projetos e ações *educativas* junto a crianças, adolescentes e jovens;
- Realizar a propositura de ações e intervenções civis públicas e demais ações coletivas;
- Promover o desenvolvimento de empreendimentos voltados à divulgação dos valores de uma mídia livre, colaborativa, libertadora e cidadã, inclusive utilizando-se da legislação federal, estadual, distrital e municipal para financiamento dessas atividades.

Na edição número um, por exemplo, a Revista discute temas como racismo, beleza feminina, qualidade da informação na televisão, história do Brasil, educação pública, direitos da criança e do adolescente, multiculturalismo, gravidez na adolescência e exploração sexual. Toda semana, uma importante personalidade histórica é destaque na seção “Que figura...”, que divulga uma minibiografia da *figura* do mês. Na primeira edição, o educador pernambucano Paulo Freire foi o destaque.

Atualmente, a Revista possui uma equipe interdisciplinar, formada por cerca de 13 colaboradores remunerados, sendo dez contratados em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), dois em regime de estágio remunerado e um em regime de pessoa jurídica (por atuar no exterior). São cerca de 30 voluntários, sendo 8 de São Paulo e 22 de outros Estados. Atuam em áreas como comunicação, educação, artes gráficas, administração, psicologia e sociologia. Os colaboradores remunerados e voluntários pertencem às classes C e D.

O projeto adota o referencial teórico do campo de intervenção sócio-educativa denominado *educomunicação*, definida como “o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a

criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e participativos, destinados a ampliar os espaços de expressão na sociedade através de uma gestão democrática dos recursos da comunicação”¹⁰⁵. A missão auto-declarada da Revista *Viração* é “fomentar e divulgar processos e práticas de *educomunicação* e mobilização entre jovens, adolescentes e educadores para a efetivação do direito humano à comunicação e para a transformação socioambiental”¹⁰⁶.

Para tanto, a prática social da Revista *Viração* supõe uma teoria da ação comunicativa que privilegie o conceito de *comunicação dialógica*; uma ética de responsabilidade social por parte de seus produtores culturais; a promoção de uma recepção ativa e criativa por parte das audiências; a implementação de uma política de uso dos recursos da informação de acordo com os interesses dos polos envolvidos no processo de comunicação, especialmente o pré-adolescente, o adolescente e o jovem; e, finalmente, uma política de educação e de formação dos membros da sociedade, notadamente os educadores, professores e os estudantes das escolas brasileiras, comunidades e projetos e movimentos sociais, para o exercício de seus direitos de produção de mensagens através de todos os recursos e tecnologias disponíveis.

A proposta da Revista *Viração* (impresa) é fornecer um conteúdo editorial produzido *para, por e com* jovens e adolescentes em nível nacional, tornando-se um “fórum de reflexão e debates sobre a realidade brasileira e mundial, com linha editorial humanista, focada em valores como a educação para a paz e a não violência, a solidariedade entre os povos, o respeito à diversidade étnica/racial, cultural, religiosa e de gênero, a afirmação dos direitos do jovem e do adolescente e a valorização da cultura brasileira”.

A revista se propõe ainda a ser uma ferramenta de reflexão e debates também em sala de aula, seguindo diretrizes gerais do Ministério da Educação. As principais finalidades são a (i) consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e Médio; a (ii) preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; (iii) seu aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a (iv) compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

Além de uma proposta editorial, a revista também tem uma proposta pedagógica. Na base desta proposta está

¹⁰⁵ Conceito elaborado a partir das pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (www.usp.br/nce).

¹⁰⁶ Entrevista com os responsáveis pela coordenação da revista. A partir de agora, todas as aspas sem referência são conteúdo oriundo da mesma entrevista, realizada em fevereiro de 2011 com os coordenadores da *Viração*.

o entendimento da linguagem como um modo de ação social por meio do qual as pessoas estão agindo no mundo. Isso quer dizer que, quando jovens e adolescentes compreendem, escrevem, fotografam, desenham, ilustram e falam, estão envolvidos em um ato social de interação por meio da linguagem na construção da vida social, ou seja, dos significados, dos conhecimentos e de suas identidades sociais.¹⁰⁷

Este embasamento reflete a mudança caracterizada por diversos autores aos quais fizemos referência, registrando novas formas de mobilização e uma reelaboração dos direitos fundamentais a partir de bases contemporâneas.

5.3 Os conselhos editoriais jovens

A Revista Viração – resultado do esforço conjunto de um grupo de instituições e de profissionais da comunicação preocupados em ampliar os espaços de expressão das novas gerações – tem em seu destinatário sua principal fonte de inspiração, abrindo-se consequentemente para o exercício comunicativo de suas lideranças, através da formação dos “conselhos editoriais jovens”, que se constituem, simultaneamente, em espaços de aprendizagem e de exercício da comunicação solidária e cidadã.

A revista impressa (carro-chefe da organização) e o portal de notícias homônimo (na Internet) são produzidos por estes conselhos, a partir de uma “metodologia inovadora de participação de adolescentes e jovens por meio da comunicação” – segundo os coordenadores – buscando “aglutinar e favorecer a comunicação entre outras experiências do mesmo tipo, até então muito localizadas na comunidade, no bairro, na cidade”.

A partir desses princípios, os idealizadores e coordenadores da Revista se propõem a contrapor ao conceito de *adestramento* o de *formação*; a *passividade* do jovem à *participação ativa* e sua *autonomia*; reintroduzir a noção de *sujeito social* no lugar do *objeto*, *paciente*, *cliente*, *elemento*; e trabalhar com as noções de direitos e deveres, no lugar de valores consumistas e individualistas. A falta de perspectiva política por parte dos jovens participantes faz com que eles busquem *medidas alternativas* com o objetivo de promover mudanças positivas na vida das pessoas de uma determinada comunidade. (Teixeira, 2007)

Ao servir como espaço de produção e reflexão em relação à mídia pelos próprios jovens enquanto comunidade *desterritorializada* e com interesses específicos, a Revista

¹⁰⁷ Idem.

contribui para a divulgação de um novo discurso sobre juventude produzido pelos próprios jovens e a partir de uma referência *comum* a participantes de diferentes Estados brasileiros, de classes sociais distintas e com formações diferenciadas. Os objetivos dos integrantes da Revista é ampliado, ao favorecer a *participação* e abrir espaço a atividades antes restritas a *especialistas*:

[os jovens] aprendem a lidar com os mecanismos e as técnicas dos veículos de comunicação; desenvolvem habilidades de reflexão e crítica sobre as problemáticas que as afetam direta ou indiretamente; adquirem uma nova visão de vida e de mundo; discutem ideias e assuntos; estabelecem trocas; opinam e participam tanto do conteúdo a ser veiculado quando da concretização da programação dos meios; aumentam sua autoestima e, enfim, se tornam cidadãos mais conscientes e politizados. (Teixeira, 2007)

Esses conselhos editoriais jovens representam a grande inovação da proposta editorial. Cerca de 300 jovens e adolescentes são os responsáveis por cerca de 80% de todo o conteúdo editorial da Revista, nos formatos impresso e eletrônico, atuando em 22 capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Recife, Maceió, João Pessoa, Natal, Fortaleza, São Luís, Manaus, Campo Grande, Goiânia, Brasília, entre outras. As parcerias são feitas sempre com entidades não governamentais ou fundações, em cada Estado, de modo a garantir uma estrutura mínima de funcionamento (uma sala para as reuniões mensais ou quinzenais, equipamentos básicos, computador, Internet). Por vezes, as entidades parceiras também dão apoio para alimentação e transporte dos participantes. Os espaços cedidos pela instituição estão, em geral, localizados em uma região central da cidade, para facilitar o acesso. A própria sede em São Paulo fica na rua Augusta, com este propósito.

Nas reuniões, os coordenadores e mobilizadores procuram deixar claro o “caráter comunitário de produção”, com a participação constante dos adolescentes e jovens na sugestão de pautas, apuração de matérias, redação de textos e produção de imagens. Contribuem também com sugestões e deliberações quanto à administração, diagramação, vendas e publicidade da revista. Os participantes colaboram ainda para que se “redesenhe um novo discurso jornalístico sobre a juventude e para a juventude”, a partir da elaboração de ações e produtos de comunicação, além de intervenções sociais em suas comunidades e escolas.

O conselho editorial jovem, ou *Virajovem*, tem como funções: (i) tomar decisões editoriais e administrativas; (ii) articular e incentivar os *virajovens* para a produção editorial e para a mobilização; (iii) secretariar as reuniões do conselho editorial jovem; (iv) partilhar

experiências com os demais conselhos via uma lista virtual (*online*) de discussão. O conselho pedagógico se reúne a cada dois meses e os *virajovens* uma vez por ano, presencialmente, “para um momento de avaliação e formação para fins de reciclagem e estruturação das próximas ações de cada Conselho Jovem”. A equipe de redação tem reunião de capacitação semanal, além de reunião de pauta semanal. Há listas de discussão entre os coordenadores dos conselhos editoriais jovens, conselhos pedagógico e editorial e a redação. Estes fóruns servem para agilizar as decisões cotidianas a serem tomadas.

Os conselhos estaduais são instituídos à base do voluntariado e possuem um mobilizador que, na maior parte dos casos, é um jornalista ou estudante de jornalismo, ou ainda um agente ou educador da organização de apoio. Este *mobilizador* é orientado e acompanhado pela equipe da sede da Viração em São Paulo, por meio de contatos telefônicos e virtuais periodicamente, ou presencialmente nas reuniões anuais, conforme descrito acima. Os mobilizadores também *orientam* a sede, no que diz respeito a demandas e percepções peculiares de cada Estado ou *Virajovem*.

Cada Virajovem possui uma metodologia própria de produção e é adequada de acordo com a sua realidade. Tem como objetivo principal aprimorar a participação dos jovens durante o processo de produção da revista impressa e digital, bem como fomentar iniciativas locais e regionais de mobilização juvenil. Entre os objetivos específicos está a ampliação da diversidade do Virajovem, por meio do convite de representantes de grêmios estudantis, movimentos sociais, redes de juventude, projetos de comunicação popular e alternativa. As reuniões do conselho editorial jovem acontecem simultaneamente e mensalmente, até a segunda quinzena do mês. Para ajudar no processo de formação e consolidação de um Virajovem, um passo-a-passo é sugerido, contendo em geral os seguintes momentos:

- I. Leitura de uma poesia, um texto ou uma música cantada ou recitada, seguido de um momento de partilha. A ideia é nutrir os sonhos através de um ritual simples, envolvente;
- II. Os coordenadores apresentam as novidades em relação à vida do projeto/revista (questões editoriais, administrativas, relativas a projetos, campanhas de mobilização etc.); É realizada uma avaliação do visual, conteúdo e linguagem da edição do mês, para apontar os erros e sugerir soluções. E um momento para sugestões de pautas e distribuição de tarefas por duplas, trios ou

em grupos maiores, para estimular o trabalho em equipe;

- III. Por fim, há um momento para discutir um assunto com um palestrante, seguido de trabalho em grupo e plenário com todas e todos. Os temas são relativos a produção jornalística (noções básicas de jornalismo), leitura crítica da comunicação, democratização da comunicação, mobilização, cidadania e juventude, cultura, política da atualidade.

5.4 Dilemas e construções coletivas

A distribuição nacional da Revista *Viração* é feita por meio de assinatura. Atualmente, são 10 mil assinantes pagantes e cerca de 50 mil leitores, segundo o cálculo dos coordenadores – uma média de cinco leitores por exemplar. A ampliação de sua circulação se dá pelo fato de que muitos dos assinantes são escolas, grupos de jovens, educadores, professores, lideranças juvenis, bibliotecas públicas, particulares e comunitárias, ONGs, projetos e movimentos sociais. A sustentabilidade econômica se dá via captação de recursos financeiros por meio de venda de assinaturas, espaços para publicidade, convênios, projetos especiais e doações.

As doações e patrocínios, no entanto, devem vir de entidades com perfis coerentes com a linha editorial e os valores cidadãos sustentados pelo projeto. A *Viração*, seguindo este princípio, já recusou apoio financeiro de empresas que não atuavam de acordo com as práticas descritas nas páginas da Revista – como o respeito aos direitos humanos, por exemplo.

Em um dos casos, o fundador da *Viração*, Paulo Lima, consultou os coordenadores e jovens dos conselhos editoriais em todo o país e decidiu, com base na consulta, não aceitar o patrocínio do Grupo Votorantim – um dos maiores conglomerados empresariais do Brasil, com mais de 60 mil funcionários, operando nos segmentos industrial, financeiro e de novos negócios¹⁰⁸. O apoio viabilizaria a participação de jovens da *Viração* no Primeiro Encontro Nacional de Jovens e Adolescentes Comunicadoras e Comunicadores, para participação da Cobertura Jovem da 1ª Conferência Nacional de Juventude, eventos que ocorreram entre 26 e 30 de abril de 2008, em Brasília (DF). A participação do grupo no evento aconteceu, porém de modo mais humilde e sem o apoio do Votorantim.

¹⁰⁸ WIKIPÉDIA. Grupo Votorantim. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Votorantim>. Acesso em: 31 ago. 2009.

“Levamos em conta as posições de vocês”, escreveu Lima, após a consulta, “as de nossos conselheiros e jovens envolvidos na realização do encontro nacional de jovens e adolescentes e na cobertura jovem da conferência nacional de juventude. Antes de tomarmos uma decisão como equipe, revimos os valores que inspiram e pautam nosso dia-a-dia na redação e que estavam estampados em pequenos espelhos, pendurados logo na entrada da redação”.

Lima continua: “Com base em tudo isso, decidimos recusar o patrocínio, mas também enviar uma carta-oportunidade ao Instituto Votorantim mostrando os motivos de nossa decisão, de forma que o próprio Instituto trabalhe isso com o grupo. Por isso, foi muito importante uma reunião que tive em Brasília com a Tatiana Motta, diretora do Instituto Votorantim, que me pediu uma posição por escrito, pois seria de muita ajuda internamente” (Lima, 2008). O coordenador da Revista informa ainda que a recusa da *Viração* teve repercussão na equipe de Tatiana.

A carta foi enviada ao Grupo Votorantim e tornada pública para toda a rede de *Virajovens*. Um dos trechos, que é útil para nossa análise, argumenta:

Vimos, por meio desta, antes de tudo, agradecer pela oportunidade que nos concederam para conseguir apoio financeiro do Instituto Votorantim com o objetivo de realizar o Primeiro Encontro Nacional de Jovens e Adolescentes (...) No entanto, acontecimentos e notícias envolvendo o Grupo Votorantim nos levaram a realizar um amplo processo de discernimento em nossa instituição e entre as 21 entidades parceiras para a realização das iniciativas citadas acima. Como havíamos comunicado anteriormente, decidimos não aceitar a oferta de apoio financeiro.

Concluimos que a forte atuação no campo da responsabilidade social que o Instituto Votorantim vem desenvolvendo de forma enaltecida não poderia estar desvinculada de um pensamento, uma lógica, uma postura e uma prática de desenvolvimento sustentável e integral do Grupo Votorantim.

Neste caso, vale ressaltar o debate que a sociedade civil organizada vem promovendo em torno da construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, em São Paulo; da poluição causada por uma das empresas do Grupo no Rio São Francisco, em Três Marias, em Minas Gerais; e dos danos ambientais causados por outra empresa do Grupo em Sobral, no Ceará.

(...) Finalizamos esta carta-oportunidade com uma frase que costumamos acarinhá-la no nosso dia-a-dia entre os jovens e adolescentes que participam de nossas atividades, uma espécie de mantra deixado por Mahatma Gandhi que nos ajuda a buscar, de forma verdadeira, a responsabilidade social, como cidadãos e como organizações: “Precisamos ser a mudança que queremos ver no mundo”.

Desde já agradecemos esta oportunidade para partilhar nossos pensamentos e reflexões e também queremos nos colocar à disposição para contribuir com o Instituto e o próprio Grupo Votorantim na elaboração e na realização de projetos voltados para a área de juventude e na área de responsabilidade social. (...) (Lima, 2008)

5.5 Desafios e perspectivas

Segundo realizadores da Viração, os principais problemas a serem resolvidos, num contexto mais amplo, são: a falta de participação dos jovens e adolescentes no conjunto da sociedade; a invisibilidade deles nos grandes veículos de comunicação; a falta de um canal de comunicação que alimente e dê visibilidade positiva às redes de juventudes em construção e em consolidação por todo o país.

Pela experiência nestes oito anos, a Viração tem mostrado o seu potencial para solucionar parcialmente todos os problemas elencados acima. Mais especificamente, no contexto do projeto, os principais desafios são: a sustentabilidade da Revista e dos projetos a ela relacionados; a venda de assinaturas e de espaços publicitários; a distribuição nas bancas; a construção e consolidação dos Conselhos Editoriais Jovens; a construção e consolidação da troca de informações entre as redes de juventudes. Os coordenadores observam que a sustentabilidade – “tanto em termos de potencial financeiro quanto potencial humano” – é o principal desafio da organização. Para atingi-la, eles elencam metas específicas:

- (1) um plano estruturado de *marketing* e vendas para captar mais assinaturas por diferentes canais e por meio do fortalecimento de parcerias;
- (2) um produto atrativo, por meio da reformulação editorial da revista impressa e do portal na internet;
- (3) uma organização forte, menos dependente de seu líder e criador, Paulo Lima;
- (4) uma agência de notícias que poderá alimentar tanto a revista impressa como o portal de notícias, gerando receitas por meio de projetos de cobertura jornalística.

A visão estratégica consiste em “tornar-se um referencial nacional em educomunicação jovem, conquistando novos espaços e públicos”, por meio da ampliação sua área de abrangência para toda a sociedade. Para atingir essa visão, os coordenadores e mobilizadores elegeram como prioridades duas “macro-iniciativas”: o desenvolvimento do plano de *marketing* para vendas acima mencionado e a consolidação da agência de notícias (Agência Jovem de Notícias).

No que diz respeito ao potencial humano ao qual foi feita referência, Paulo Lima destaca:

O jovem não estava acostumado a participar de uma publicação. Na verdade, sempre ofereceram para o jovem, adolescente, leitor, a seção de cartas ou, quando raro, uma opinião sobre o que ele acha de alguma matéria, alguma reportagem ou entrevista – como parece ser a experiência da *Capricho* [revista do segmento jovem de caráter comercial] há vários anos. Mas nunca convidaram esses jovens para pautar a revista, para discutir o visual, para colocar em questão a linguagem, o conteúdo, sobretudo, para oferecer para ele um espaço para ele mesmo escrever, para ele mesmo se pautar, se manifestar. (Lima, 2007 apud Teixeira, 2007)

São notáveis as profundas mudanças ocorridas a partir da intervenção do projeto ao longo dos sete anos de vida. Isso se deu de forma clara, por exemplo, na promoção de políticas públicas na cidade de São Paulo. Os jovens envolvidos passaram a ter contato e voz ativa em movimentos e iniciativas que tratam de temas relacionados à *Viração*, tais como políticas de juventude e educação básica e fundamental.

Além disso, mudanças pontuais também foram proporcionadas a partir da atuação no projeto. Por iniciativa da vereadora do Tita Dias, por exemplo, foi aprovado pela Câmara dos Vereadores de São Paulo a lei 13.795/2004, que instituiu 31 de outubro como o Dia do Saci na cidade de São Paulo. A vereadora tomou conhecimento da campanha em defesa do Saci pelas páginas da *Viração*, que trouxe a reportagem “A Vez do Saci” como capa da edição número seis, em outubro daquele ano. Os jovens colocaram a vereadora em contato com os organizadores de uma campanha nacional e a organização Sosaci.

Outra lei municipal criada a partir de práticas de *educomunicação*, como a *Viração* e o projeto Educom.rádio nas escolas, é o projeto de lei 556/02, apresentada pelo vereador Carlos Neder em 2002 e tornado lei municipal em 2004. O texto institui o programa *Educomunicação pelas Ondas do Rádio* e a promoção de práticas de educação e comunicação no âmbito da administração municipal, sob responsabilidade da Prefeitura de São Paulo em conjunto com a sociedade civil.

Em âmbito nacional, a *Viração* foi convidada pelo Projeto Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a elaborar um guia de *educomunicação* destinado a contemplar 100 mil jovens atendido pelo projeto. Este guia foi utilizado pelos educadores em mais de 4 mil núcleos espalhados pelo território nacional, em todos os Estados. Também realizou diversas coberturas oficiais, como por exemplo a cobertura das Conferências de Juventude, que definem diretrizes para as políticas públicas neste tema; e a cobertura dos fóruns de Mídia Livre (Rio de Janeiro, julho de 2008) e Mundial de Mídia Livre (Belém do Pará, janeiro de 2009), sempre com a presença em peso de jovens de todo o país, organizados pela *Viração*. Participa de redes e articulações políticas como a

Rede de Empreendedores Sociais da Ashoka; a Rede Paulista pela Democratização da Comunicação e da Cultura; a Rede Juventude e Trabalho; o Selo UNICEF Semi-Árido; a Articulação de Defesa do Ensino Médio; e o Comitê Pró-Conferência Nacional da Comunicação.

Por conta deste trabalho consistente, a Revista já ganhou dezenas de prêmios e homenagens, tais como: Prêmio de valorização de Iniciativas Culturais, da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo; Prêmio Don Mario Pasini Comunicatore, em Roma; Prêmio Cidadania Mundial, concedido pela Comunidade Bahá'í do Brasil; Em junho de 2005, segundo Relatório Mídia Jovem, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), *Viração* é a primeira no *ranking* entre as revistas voltadas para jovens, superando a MTV e outras publicações e meios; em 2009, foi reconhecida pelo Ministério da Cultura como um “Ponto de Mídia Livre”, prêmio concedido a apenas 15 instituições em todo o país, em nível nacional; entre outras premiações.

Em 8 anos, alcançou um público estimado de 3,5 milhões de adolescentes, jovens e educadores sociais – seja pela própria revista, seja pelos projetos e produtos desenvolvidos em São Paulo e no Brasil. No total, foram mais de 10 prêmios, entre eles o mais recente Prêmio Internacional de Educomunicação, concedido pela União Católica Internacional de Imprensa (UCIP), com sede e Genebra, na Suíça.

5.6 Conclusões: um campo em disputa

Os atores sociais envolvidos no projeto da Revista *Viração* – os jovens – são historicamente uma importante força de transformação social. Desde seu início, em 2003, o projeto trouxe inovação tanto em sua proposta de inclusão por meio da comunicação – por ser brasileiro e de abrangência nacional –, quanto em sua proposta discursiva – dando voz a um segmento frequentemente tratado pela mídia hegemônica brasileiro como objeto de análise (Teixeira, 2007; Diógenes, 2008).

Em uma edição especial da Revista VEJA sobre a juventude, publicada em junho de 2004, três repórteres “mergulharam por dois meses e meio (...) no dia-a-dia dos adolescentes”, utilizando a seguinte metodologia: “Eles leram duas dezenas de livros e trabalhos acadêmicos e entrevistaram trinta especialistas, entre os quais psicólogos, médicos,

educadores e estudiosos de temas como a internet e a tecnologia” (Carta ao leitor, Revista VEJA Jovens, 2004¹⁰⁹).

Na publicação, há uma abundância de peças publicitárias – cujo *público-alvo* é, obviamente, os próprios jovens. À venda, produtos como refrigerantes, aparelhos e serviços de telefonia celular, absorventes diferenciados, automóveis, produtos de higiene bucal, serviços de instituições privadas de ensino (centros de intercâmbio, universidades, pré-vestibulares, ensino de línguas), produtos de informática em geral e uma peça da própria Editora Abril – que publica a VEJA – divulgando um projeto filantrópico-institucional denominado “Parceiro da Escola”. Apenas duas peças são de instituições públicas: uma do Ministério Público, sobre tabagismo, proveniente de um “acordo” com a quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Consumidor (Prodecon); e outra da Prefeitura de Macaé, porém sem nenhum caráter informativo ou educacional (é estritamente uma peça de divulgação de ações de governo).

A edição analisada possui quatro anunciantes da área de telefonia celular e, das páginas 76 a 81. *Coincidentemente*, há uma extensa reportagem sobre “tecnologia” cujo título é “Eles não vivem sem celular”. Na imagem principal, 17 jovens estão em pé, lado a lado, cada qual com um celular na mão. Na última parte da *matéria*, a página com as “dicas” de aparelhos está dividida em três: “os mais procurados”; “os objetos de desejo”; e “os futuristas”.

Clarissa Diógenes observa que “os meios de comunicação social veem os jovens como consumidores em potencial tanto para usufruir os produtos de mercado como os materiais simbólicos oferecidos pela mídia” (Diógenes, 2008, p.31). A autora lembra que a mesma Revista VEJA, também em uma edição especial em julho de 2003, define os jovens como “maquininhas de consumo”¹¹⁰. E conclui: “Por meio do apelo à juvenilização da cultura de massas, a mídia *explora* a imagem dos jovens para a venda de seus produtos e serviços” (*Id.*).

O projeto da Revista Viração elabora uma clara contraposição ao modelo consumista e pouco representativo dos meios de comunicação hegemônicos, que apresentam a *explicação oficial* a partir da versão de especialistas e relegam aos próprios jovens o papel de fontes para *ilustrar* as matérias. O objetivo expresso do projeto é, desde seu início, produzir uma revista

¹⁰⁹ Jovens. VEJA, São Paulo: Abril, ano 37, n. 32, jun. 2004. Edição Especial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2004/>. Acesso em: 10 out. 2010.

¹¹⁰ A frase original é o *lead* da matéria: “São adolescentes, mas pode chamá-los de maquininhas de consumo” (Veja, 2003). Vide Vide Jovens. Revista VEJA, São Paulo: Abril, ano 36, n. 30, jul. 2003. Edição Especial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/jovens_2003/p_080.html>. Acesso em: 10 out. 2010.

“que não fosse consumista, que não levasse à alienação, mas que fosse esclarecedora e que também levasse ao senso crítico do próprio jovem e do adolescente”; e que “se diferenciasse das demais revistas oferecidas em bancas”, pois estas viam o jovem e o adolescente “como um produto”, e “não como um segmento com potencialidade” para mudar a situação do Brasil e do mundo. (Teixeira, 2007, p.91-92)

Nesta metodologia, que entende o papel político da comunicação, seus produtores participam de diversos momentos que não se restringem à mera produção de informação: realizam oficinas de comunicação e outros assuntos relacionados à realidade social e cultural em que estão inseridos; participam de encontros e eventos de juventude e dos temas pertinentes ao desenvolvimento dos movimentos sociais; visitam escolas públicas e privadas para divulgar o projeto ou para integrar os estudantes aos conselhos jovens; conhecem todo o processo de produção de um impresso; experimentam todas as dificuldades de uma revista impressa alternativa, como mudanças no cronograma, recursos financeiros escassos e outras dificuldades inerentes a uma ação voluntária; e participam ainda de ações criativas de comunicação independente, como a rádio comunitária da escola ou o jornal mural, incentivando desta forma o ativismo no campo da comunicação.

Em termos de linguagem, os jovens convivem com problemas como ter de decidir de modo ágil e dinâmico acerca da estrutura gráfica da revista; modos de organização e mobilização; checagem de uma matéria jornalística; transcrição de entrevistas; elaboração de conteúdos *atemporais*, ou seja, matérias com a devida contextualização e que possam servir de fonte de informação e como uma referência; adequação das *falas* orais à fala escrita; entre outros desafios.

A Internet enquanto *meio* é bem vinda, porém insuficiente para a realização plena de uma ação coletiva, popular, contra-hegemônica e efetivamente participativa. Os *usos* da rede mundial de computadores – a partir de um projeto político consistente e coerente – podem ser de grande valia para o desenvolvimento de projetos como o descrito neste trabalho. No entanto, a dedicação, o esforço coletivo e a articulação da sociedade civil são elementos essenciais para o sucesso de uma iniciativa cujos objetivos estão na contramão da lógica e do tempo mercadológicos.

6 IN-CONCLUSÕES: ENTRE OS DETERMINISMOS TECNOLÓGICOS E AS TECNOFOBIAS

Em um momento histórico em que a cultura digital está tão amplamente difundida, estudos deste campo possuem uma curiosa peculiaridade: ao mesmo tempo em que seria possível observar o objeto de estudo em tempo real, a dinâmica de compartilhamento de informação verificada na própria cultura digital contemporânea é uma *prática cultural* de seus pesquisadores.

Do ponto de vista metodológico, pelo menos um problema pode ser observado. Até que ponto a excessiva familiaridade com as ferramentas da cultura digital contemporânea não poderiam influenciar o olhar do pesquisador, que deveria ampliar seu ponto de vista e agregar outras visões de mundo sobre o mesmo tema? Se for verdade que está em curso uma mudança de paradigma no campo da *comunicação* no que diz respeito a suas *formas, hábitos e protocolos*, inclusive o campo acadêmico, até que ponto a pesquisa também não será influenciada pela nova dinâmica processual instalada no seio da sociedade dita *pós moderna*? A ausência de distanciamento crítico não poderia minar os esforços de conduzir uma pesquisa acadêmica ampla, do ponto de vista conceitual?

O mesmo podemos indagar sobre os estudos acerca da noção de *cidadania*. Conceito em intensa ressignificação, a cidadania contemporânea possui muitas facetas: *global, sociopolítica, cultural, histórica*. Com novos atores sociais cada vez mais articulados globalmente – empresas, movimentos sociais e outros grupos dos mais distintos –, a noção moderna de cidadania está sendo, antes mesmo de redefinida, posta à prova. Isto ocorre pelo fato de que os direitos humanos foram pensados desde o princípio a partir de seu caráter *universalista* – ou seja, aplicáveis por toda a parte. Também são *naturais* – ou seja, inerente a todos os seres humanos. O são por fim *iguais* – os mesmos para todos.

Os conceitos sobre os direitos humanos foram formulados enquanto *ideais*. Era porque faltavam – principalmente após a Segunda Guerra Mundial, momento em que ganharam grande força – que precisavam ser colocados urgentemente em prática. Mas o que sobressai nestes ideais é, justamente, seu caráter *global*. Suas três principais características remetem, inequivocamente, a um ideal planetário que começava a tomar forma.

Não por coincidência, este mesmo clima utópico e, principalmente, *preventivo* – como evitar a barbárie? – faria parte do imaginário dos primeiros pensadores do campo da

comunicação. Entre eles, os matemáticos Norbert Wiener e Alan Turing, envolvidos em alguns dos primeiros experimentos no campo da informática. Muitos deles – sobretudo Wiener – foram responsáveis pelas primeiras práticas que promoviam a comunicação enquanto centro de uma sociedade democrática e livre.

A *comunicação* da qual falavam estes autores era certamente dúbia: ao mesmo tempo em que era fruto de uma utopia, conforme detalhamos na seção 3, possuía um caráter extremamente *instrumental*. A lógica matemática, racional e iluminista serviria de base para a organização do mundo por meio da comunicação. A gigante norte-americana Google se destacaria, décadas depois, ao utilizar algoritmos codificados para organizar qualquer tipo de informação – desde reportagens jornalísticas até anúncios publicitários, passando por correios eletrônicos e mapas geográficos de países, cidades, ruas.

Por outro lado, a própria sociedade se *mediatizou*. Não só os avanços tecnológicos produziram dinâmicas específicas de interação social, como também – e principalmente – as próprias dinâmicas culturais e sociais se tornaram midiáticas. Isto implica em observar mudanças nos hábitos populares, nas disputas políticas, nos rituais públicos, nas artes. Em suma, uma mudança na esfera pública tanto em termos de representação midiática quanto em termos de representatividade política. O próprio conceito de *rede* adquiriu um novo verniz nos séculos XX e XXI. Em geral imaginada em seu caráter religioso, a noção de *rede* foi ressignificada e adquiriu um caráter fortemente tecnológico, no século XX, e notadamente social, no século seguinte.

6.1 História e atualidade de conceitos em construção

Os caminhos dos conceitos que investigamos, mais do que globais, possuem características expressamente históricas. Cidadania, comunicação, mídia, política, rede. Estes e outros termos observados durante este trabalho possuem essa semelhança: sua profunda transformação durante os diversos momentos, indicando que a dinâmica cultural e social influenciou decisivamente os processos discutidos aqui. O que Norberto Bobbio relatou sobre os direitos humanos, *direitos históricos*, se mostrou útil na avaliação dos outros conceitos encadeados – nasceram em certas circunstâncias, de modo gradual, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, “não todos de uma vez e nem de uma

vez por todas”.

A concepção contemporânea das *redes* – abertas, livres e compartilhadas – não poderá ser fixada a partir de sua arquitetura originária, tampouco poderá ser facilmente minada por ranços autoritários. É sobretudo sua História – política, social, técnica e cultural – que mantém sua estrutura razoavelmente democrática. No caso da Internet, antes de imaginarmos uma “arquitetura” por trás da liberdade da rede, devemos ressaltar que os grupos de administração da *web* são autogestionados, de estrutura aberta e conscientes do debate acerca de temas como democracia e liberdade.

Para além da transformação do público passivo (idealizado por autores modernos) em um público ativo e participativo (idealizado pelos autores pós modernos), uma outra transformação se delineou sensivelmente. A discussão sobre *esfera pública*, que possui muitas facetas, se tornou em parte um debate sobre o que deveria ser público e o que deveria ser privado. Antes, reconfigurou a própria noção de *público* e *privado*. A publicidade enquanto fator de ampliação da cidadania, desde as tábuas de madeiras brancas que davam visibilidade aos candidatos a cargos públicos na Roma antiga até as promessas contemporâneas de austeridade por meio da transparência dos atos de governos e empresas, foi sensivelmente remodelada pelas novas tecnologias e, antes mesmo do aparato tecnológico, pelo desejo de cidadãos em todo o mundo de compartilhar e receber informações que julgam de seus interesses.

Este é um debate que está no cerne da questão comunicacional. Os casos *WikiLeaks* e *The Pirate Bay* sugerem que tanto o aparato jurídico (as leis que deveriam planar sobre a sociedade e referenciá-la) quanto o aparato político-institucional (o Estado a executar com justiça e austeridade estas leis) não acompanham as transformações culturais e sociais da *multidão*. A troca de informações livre e aberta, utopia original de Norbert Wiener e outros, produziu resultados concretos, sem beneficiar entretanto todos os setores da sociedade. E sobre este último aspecto, deveria haver uma preocupação mais lúcida, para além dos *determinismos tecnológicos* (por um lado) e das *tecnofobias* (por outro lado).

A partir da história da tecnologia aqui comentada, observamos que são os usuários os principais produtores de *inovação*, em um sentido mais amplo. São eles fundamentalmente que *determinam* as tecnologias aos valores de suas sociedades, a partir de disputas e consensos que se dão por meio da *política* e da *cultura*. Da política, por envolver atores sociais que imprimem nas máquinas suas ideologias ao longo da História, gradualmente. Da

cultura, porque são os cidadãos – usuários ou não – que moldam as técnicas, a partir de seus valores e usos cotidianos.

6.2 A rede e a agenda pública

Outro debate importante diz respeito à opinião pública. Nos Estados Unidos, o estudo mais recente do *Pew Research Center* – instituto que realiza investigações sistemáticas sobre a influências das diversas mídias no cotidiano dos norte-americanos – indica que a Internet está tomando lentamente e progressivamente o lugar da televisão como fonte principal de notícias nacionais e internacionais. 41% dos norte-americanos dizem ter na Internet sua fonte principal de informações, um aumento de 17% desde 2007. A televisão continua como a principal fonte, em relação ao conjunto da população deste país, mas o índice de 82% de pessoas que afirmavam tê-la como principal fonte de notícias caiu para 74% em 2007 e 66% em 2010.

Mais importante ainda é notar que o mesmo estudo indica em 2010, pela primeira vez na história, a Internet superou a TV enquanto principal fonte de informação em relação aos norte-americanos com menos de 30 anos. De 2007 a 2010, o número de pessoas entre 18 e 29 anos com esse perfil quase dobrou (34% para 65%), enquanto a televisão caiu de 68% para 52%. Dados em perspectiva apontam para um cenário parecido, nos próximos anos, para os norte-americanos entre 30% e 49%¹¹¹.

Por outro lado, uma pesquisa realizada para o Serviço Mundial da BBC em 26 países apontou que 71% dos entrevistados no Brasil dizem que “poderiam viver sem a internet”, um índice menor apenas que o de filipinos e paquistaneses (79% ambos). Segundo a sondagem, 50% dos brasileiros acham que o aspecto mais valioso da Internet é o acesso a todo tipo de informação, enquanto o segundo aspecto mais valorizado é a “possibilidade de comunicação com outras pessoas” (opinião de 32% dos entrevistados). Enquanto a média mundial de entusiastas de redes sociais como Facebook e Orkut é de 51%, no Brasil as pessoas que admitiram dedicar parte de seu tempo a elas sobe para 60%. A maior preocupação dos brasileiros com a rede era a “possibilidade de se deparar com conteúdo violento e explícito”,

¹¹¹ Internet Gains on Television as Public's Main News Source. The Pew Research Center for the People & the Press, 04 jan. 2011. Disponível em: <<http://people-press.org/report/689/>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

indica a pesquisa, realizada pelo instituto internacional *GlobeScan* para a BBC¹¹².

Observamos ainda que, tanto em relação à Internet quanto em relação a outros meios (rádio, tevê e jornal), o que é pautado não é propriamente o *pensamento* das pessoas, e sim a agenda pública. Seja qual for o referencial conceitual para o início de um debate sobre o tema, é preciso registrar a obsolescência da metodologia que considera o público como meramente passivo. Isto implicaria na conclusão equivocada de que a agenda pública corresponde necessariamente ao pensamento do público.

Outro equívoco metodológico comum diz respeito à utilização de conceitos não acompanhados do necessário senso crítico para avaliar o próprio conceito. O mesmo *Pew Research Center* divulgou um outro estudo no começo de 2010 analisando o conteúdo produzido por 53 publicações em Baltimore, Estado de Maryland, nos Estados Unidos. Segundo a pesquisa, 96% das informações *novas* (nunca noticiadas até então) surgiam em meios tradicionais (jornais, revistas, TV, rádio) e apontava que as novas mídias não colaboraram para a disseminação das tais informações. A pesquisa apontou ainda que 17% das reportagens em todos os meios têm conteúdo novo, enquanto o restante é “essencialmente repetitivo, não trazendo nenhuma informação exclusiva”. E que são, portanto, as reportagens inovadoras “que tendem a determinar a agenda de relatos por parte da maioria dos outros veículos”¹¹³.

Conforme questionamos na seção 4, até que ponto as “informações novas” são efetivamente as “melhores”? O que é uma informação boa, e para quem? Residiria na *novidade* a qualidade da informação? Quem são as pessoas aptas a interpretar as informações de modo a respaldá-las enquanto *importantes* ou descartá-las na qualidade de *fúteis*? Para um debate mais lúcido sobre a Internet, este tipo de indagação é secundária, pois a Internet enquanto *meio* desestrutura a própria concepção moderna da *mediação*. Seja em termos de representatividade política – no que diz respeito à participação na vida pública, por exemplo –, seja em termos de representação midiática – na transformação do cidadão de *consumidor* de informações a *produtor* de sentido e de informação. Parece ser mais importante a própria transformação do conceito de esfera pública – que se perguntaria nesse caso “Quem é

¹¹² Foram entrevistados 27.973 adultos de 26 países, em novembro de 2009 e fevereiro de 2010. Dos que responderam às perguntas, 14.306 se declararam usuários da Internet. Vide “Brasileiros estão entre os que menos julgam internet vital, diz pesquisa”. BBC Brasil, Brasília, 8 mar. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100307_pesquisabbc_brasilml.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2011.

¹¹³ Jornais são referência em conteúdo inovador, diz estudo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 jan. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1201201016.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

autêntico para expressar informações *confiáveis e importantes?*” – do que propriamente as questões de cunho universalista – que teria como questão algo como “O que é importante para todos?”.

Sendo as redes de informação contemporâneas – com notável destaque para a Internet – um meio ainda pouco estudado no Brasil e, sobretudo, investigado em grande parte a partir de disciplinas estanques que não dialogam, a própria percepção do público (e do que é o público) fica comprometida, o que torna em parte perigosa a metodologia que toma *indícios* como *resultados práticos*. A autorreferência hermética observada em algumas dinâmicas *online* demonstra como a rede pode ser utilizada também para o fechamento ao diálogo multicultural. Se é verdade que a rede é *aberta, livre e compartilhada*, seus usos podem ser paradoxalmente não-abertos, não-livres e não-compartilhados. Faz parte da própria dinâmica da *web* a sua inerente *liberdade negativa* – a liberdade que pressupõe a supressão de qualquer tipo de coerção, como a liberdade de expressão, aparada juridicamente apenas pela *liberdade positiva*, que é a coerção em nome de um objetivo superior, coletivo, a lei acima dos homens, o *Leviatã* de Hobbes. As guerras – que sustentaram boa parte do desenvolvimento tecnológico global – são o exemplo mais bem acabado destes usos pouco populares e humanistas da tecnologia.

Por outro lado, conforme destacamos neste trabalho, em nome de muitas liberdades é que se sustentaram e se sustentam as dinâmicas mais importantes da atual rede mundial de computadores – o compartilhamento de conhecimento científico, o desejo por um mundo mais justo, a luta contra arbitrariedades políticas, a democratização dos processos de troca de informação, a austeridade político-institucional etc. A própria arquitetura da *web* é fruto de um embate entre o discurso da propriedade, do fechamento e da guerra e o discurso da liberdade, do diálogo e do entendimento entre os povos.

A ressignificação cultural permitida pela denominada *sociedade do conhecimento* produziu não só a democratização parcial das informações (no seu sentido instrumental), mas igualmente a democratização parcial dos próprios conceitos em jogo. A concepção de termos como *cidadania, global* ou *conhecimento* varia de sociedade para sociedade e depende de uma intensa negociação entre atores sociais dos mais diversos (alguns analisados neste trabalho). Gerar conhecimento sobre estas dinâmicas deve se resguardar de análises do tipo elitistas (que concluem estarmos na era da *ditadura da audiência*), ao mesmo tempo em que resiste às avaliações do tipo *aldeia global*, supostamente fomentada pelas tecnologias de

informação e comunicação, ignorando que a dinâmica social não admite padrões fechados. Trata-se, antes, de garantir a própria liberdade de negociar e disputar projetos de sociedade.

Enquanto *meio*, a Internet se distingue neste determinado momento histórico pela sua potencialidade social. *Poderá*, em sua forma gramatical *futuro do presente*. É bem vinda (com restrições) para a maior parte da população. Mas seus usos são tão distintos que deve ser vista com cautela (mas não medo). Revelou-se insuficiente para a realização plena da cidadania, nos termos estudados na seção 2. Alguns de seus *usos* podem ser de grande valia para o desenvolvimento de projetos políticos consistentes, coerentes e preocupados com o diálogo aberto e humanista – como o descrito na seção 5.

Na atual dinâmica da *sociedade do conhecimento*, conforme tentamos demonstrar, é deveras arriscado separar os dois conceitos que estão em jogo – *sociedade* e *conhecimento*. Promover esse diálogo foi um de nossos objetivos neste trabalho, que após aprovado poderá se abrir às ideias *em rede*, de modo a ser democratizado e renegociado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida; traduzido por Julia Elisabeth Levy... [et al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTOUN, Henrique. **Jornalismo e ativismo na hipermídia**: em que se pode reconhecer a nova mídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 16, 2006.
- _____ (org.). **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- _____. A Comunicação entre a Disciplina e o Controle. In: D'Amaral, Marcio Tavares (org.). **As ideias no lugar**: tecnologia, mística e alteridade na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- ASSIS, Érico Gonçalves de Assis. O novo protesto: ativismo político midiaticizado. In: COGO, Denise; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**: A modernidade sem peias. Lisboa, Editorial Teorema, 2004.
- BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 27-39.
- BARRETO (de Campos), Gustavo. **Comunicação contra-hegemônica e direitos humanos**: a construção de redes de comunicação popular em um contexto de centralização da produção de bens culturais / Gustavo Barreto de Campos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2007. 104 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Orientador: Mohammed ElHajji.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. Págs. 466-468.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Informação e saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

BRETON, Philippe. **A utopia da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____. **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento. In: COELHO, Teixeira. (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2002, p. 15-31.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CARPENTER, Edmund; MCLUHAN, Marshall. **Revolução na comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO JR., José Murilo. Por uma cultura digital participativa. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (orgs.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009. Pgs. 9-11.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: A era da informação – economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2009 (1999).

_____. **O poder da identidade** (cap.2). A era da informação – economia, sociedade e cultura; v.2; 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica: Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Coord. Carlos Sussekind. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. Pág. 951-953.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COGO, Denise; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano H. R. (Org.). **Comunidade e contra-hegemonia**: rotas da comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2008, p. 61-74.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURRAN, James. Teoria midiática e cultural na era do liberalismo. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Novos rumos da cultura da mídia**: indústrias, produtos, audiências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DIÓGENES, Clarissa Diniz. **Mudança, atitude, ousadia**: o/a jovem na Revista Viração. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2008. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Orientadora: Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante.

DUSEK, Val. **Filosofia da tecnologia**. São Paulo: Loyola, 2009.

FREDERICO, Celso. **Brecht e a "Teoria do rádio"**. Estud. av., São Paulo, v. 21, n. 60, Aug. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.193-251; edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão destrancendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth. **Media and Culture Regulation**. Inglaterra: The Open University, 1997. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 410p.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008 (1997).

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (2007).

IANNI, Octavio. **O príncipe eletrônico**. In: Enigmas da Modernidade-Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Ed., 2003.

LIMA, Paulo. Carta ao Grupo Votorantim. [Comunicação pessoal] Mensagem recebida por <paulo@revistaviracao.org.br> em 10 de maio de 2008.

LIMA, Venício. **Mídia**: teoria e política. 2a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MACHADO, Jorge Alberto S.. **Ativismo em rede e conexões identitárias**: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, Dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A globalização da comunicação**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1979.

MONTAIGNE, Michel de. **Os Ensaios** – Livro 1 (cap. XXXI – Dos Canibais). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia**: Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PINHEIRO, Marta de Araújo. Redes: um novo projeto político da comunicação. In: COGO, Denise; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO, Claudio. Política da cultura digital. In: COHN, Sergio; SAVAZONI, Rodrigo (Orgs.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro** [1908]. WOLFF, Kurt (org.). The Sociology of Georg Simmel. New York: Free Press, 1950, pp. 402-408. Disponível em <http://midiacidada.org/img/O_Estrangeiro_SIMMEL.pdf>. Acesso em: 01 out. 2010. Texto também disponível em português em MORAIS FILHO, E. de (org.). Georg Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo, EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. **Wikinomics**: How Mass Collaboration Changes Everything. EUA: Portfolio, 2008 (2006).

TAYLOR, Charles. The Age of Authenticity. In: **A Secular Age**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 2007.

TEIXEIRA, Nayara Carla. **A Mídia Alternativa Revista Viração**: Uma Iniciativa que inclui adolescentes e jovens na busca pela emancipação social. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP. Orientadora: Cicilia M. Krohling Peruzzo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Manual para elaboração e normalização de Dissertações Teses** / organizado por Elaine Baptista de Matos Paula et al. – 3. ed. rev., atual. e ampl. -- Rio de Janeiro : SiBI, 2004. 102 p. (Série Manuais de Procedimentos, 5)

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. Instituto Paulo Freire, 2006. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf>. Acesso em 04 Jan. 2010.

VAZ, Paulo. **As esperanças democráticas e a evolução da Internet**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v.1, n.24, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/ojs/index.php/revistafamecos/issue/view/268/showToc>>. Acesso em 06 Jan. 2010.

_____. **Esperança e excesso**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2000. Disponível em: <<http://souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/esperanca.pdf>>. Acesso em 03 Jan. 2010. Apresentado também na Compós do mesmo ano.

WIENER, Norbert. **Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine**. Cambridge: MIT press, 1965 (original de 1948, revisado em 1961)

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Tradução: Isabel Crossetti. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. (Coleção Cibercultura)

GUSTAVO BARRETO

REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA E
REPRESENTATIVIDADE POLITICA

UFRJ V.1